



trapiche
educação, cultura & artes

ART
water
made
from
sun

Revista do Programa de Pós-Graduação
em Culturas Populares - PPGCult
DTE/UFS/CNPq | Nº 3 | 2019 | ISSN: 2358.4807

nº3

Equipe Editorial

Editora-chefe

Christine Arndt Santana
- Departamento de Teatro/UFS

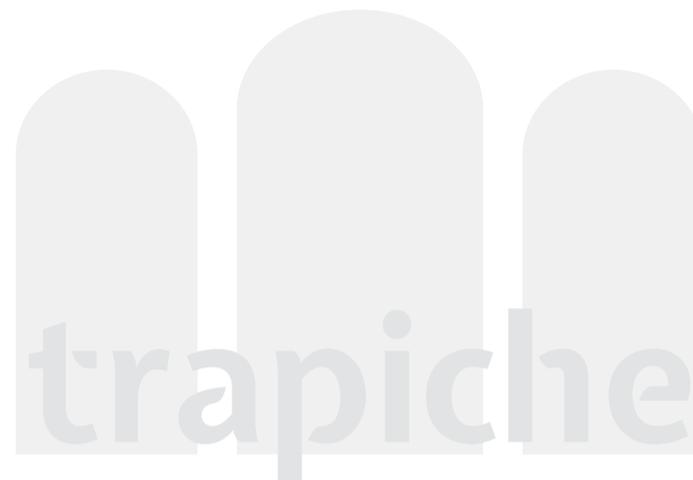
Editores-adjuntos

Maicyra Leão
- Departamento de Teatro/UFS

Gerson Praxedes Silva
- Departamento de Teatro/UFS

Conselho editorial

George Mascarenhas - UFBA
Célida Salume Mendonça - UFBA
Raimundo Mattos de Leão - UFBA
Bernard Charlot - PPGCult/UFS - Paris VIII
Alexandra G. Dumas - UFS
Danielle Brasiliense - UFF
José Ferrão - UFFRJ
Christine Arndt Santana - UFS
Gerson Praxedes Silva - UFS
Marjorie Garrido - UFS
Maicyra Leão - UFS
Mara Leal - UFU
Clóvis Carvalho Britto - UnB
Iara Sydenstricker - UFRB
Nadir Nóbrega - UFAL
Reginaldo Carvalho - UNEB



educação, cultura & artes

Nº 3 | 2019 | ISSN 2358.4807

Revista do Programa de Pós-Graduação
em Culturas Populares - PPGCult
DTE | UFS | CNPq

Arte, Maternagem e Feminismos

Organização dos textos e
editora deste número
Maicyra Leão

Arte da capa
Yuri Cirulo

Revisão dos textos
dos próprios autores

Projeto Gráfico e Diagramação
Julio Gomes de Siqueira

FICHA CATALOGRÁFICA

Trapiche: educação, cultura & artes / Programa de Pós-Graduação em Culturas Populares-PPGCult/DTE/UFS/CNPq. N. 3, (2019) - São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2019. 128 p.

N. 3 (out. 2019)
Anual

E-ISSN 2358-4807

1. Educação - Periódicos. 2. Arte. 3. Culturas Populares. 4. Ensino de artes. 5. Pesquisa. I. Universidade Federal de Sergipe. II. Programa de Pós-Graduação em Culturas Populares. III. Departamento de Teatro.

CDU - 7:37

Ao longo de sua formação enquanto espaço de discussão transversal, a Revista Trapiche vem debatendo temas relacionados à cultura, à arte e à educação, sem perder de vista a complexidade e o dinamismo que movimenta suas discussões. Na edição atual, o tema da maternidade surgiu como agenciador dos discursos aqui apresentados e foi estimulado pela realização do Seminário homônimo que deu título a este dossiê - Arte, Maternagem e Feminismos – ocorrido em junho de 2019, na Universidade Federal de Sergipe. Assim, os textos e as imagens aqui apresentados, são reverberações desse encontro mobilizador que reuniu diferentes áreas do conhecimento, tanto no âmbito acadêmico/científico, quanto na esfera artística e do conhecimento popular, todos conectados pela expressão do materno enquanto prática social potencialmente transgressora e criativa.

Em termos institucionais, o evento foi motivado pelo projeto de pesquisa PIBIC, anfitrião, intitulado “Cuidados diários: artistas/mães auto-representando sua maternagem recente”, coordenado por mim, e foi realizado em conjunto com pesquisadoras e estudantes da Universidade Federal de Sergipe e Instituto Federal de Sergipe que compuseram a Comissão de Organização e Científica do evento. O Seminário possuiu ainda parceria com o Programa de Pós-Graduação em Culturas Populares, com o Grupo de Pesquisa Arte, Diversidade e Contemporaneidade e Instituto Federal de Sergipe.

De forma sucinta, o evento se estruturou a partir de discussões orais – palestras, mesas redondas e comunicações; atividades artísticas – performances, exibição de filmes, podcast, exposição artística; oficina e roda de experiências. Contou ainda com um espaço simultâneo, oferecido às crianças, na tentativa de viabilizar a participação concentrada de suas (seus) cuidadoras (es). Assim, a estrutura desta edição da Revista, engloba parte das atividades desenvolvidas durante o evento.

Na sessão Artigos, o leitor encontrará o corpo teórico central da Revista. Compõem essa sessão, textos que abordam questões específicas acerca da maternagem, enquanto prática de cuidado e experiência do cotidiano.

O texto de abertura, da experiente pesquisadora, Ciane Fernandes, nos convoca à reflexão sobre os entrelaçamentos necessários e especializados entre a Arte e a Vida, a partir de um ponto nevrálgico: a imersão em corpo-ambiente e a criação ético-estética em colaboração com uma criança autista.

O segundo texto apresentado, uma co-autoria entre eu e a orientanda Raiane de Jesus, aborda a terceirização do cuidado materno no âmbito do acolhimento institucional na cidade de Aracaju. Neste caso, as chamadas Mães Sociais assumem o protagonismo do discurso e as relações de cuidado são enfatizadas como pilar sustentador do tipo de vinculação institucional pretendida.

Já no artigo da também experiente Lourdisnete Benevides, nos deparamos com um patchwork entre a experiência autobiográfica, o imaginário poético, a ciência e a ancestralidade. De filha à mãe de mãe dos anos 1920, Benevides nos debulha um emaranhado poético entre as formas de conhecer e de conhecimento na passagem entre o nascer e o morrer, nesse alinhamento entre a história do mundo e a nossa.

Já Júlia Caianara, também estreante e a partir da pesquisa de PIBIC já mencionada, orientada por mim, nos oferece um questionamento acerca das razões e motivações de uma baixa produtividade artística envolvendo o tema da maternidade, em Sergipe. Apesar desse fato espelhar o âmbito brasileiro, o artigo nos faz refletir sobre um disparate entre essa condição e a visibilização do tema na arte e circuito internacionais.

Fechando a sessão, a especialista Melanie Letocard reflete temas chaves da epistemologia feminina como direitos sexuais, a relação entre a prática do cuidado e a constituição social, bem como a relação de liberdade e domínio do corpo feminino, a partir da obra *El país de las mujeres*, de Gioconda Belli. Apesar do romance apresentar uma condição supostamente utópica para o contexto da Nicarágua, a leitura de Letocard lança uma perspectiva transgressora e potencial para a constituição social contemporânea. É com essa possibilidade que encerramos essa sessão.

Na sessão Ensaios, Victória Araújo apresenta parte da série *Autoras* que expôs durante o evento. As imagens nos mostram aspectos dessa feminilidade, que ora exige um recolhimento, ora nos convoca à força.

Na sequência, os Resumos Expandidos trazem um estímulo, com gostinho de “quero mais”. Todos os resumos equivalem a uma comunicação oral apresentada durante o evento e estão mesclados de forma a contemplar as duas linhas centrais das apresentações: Atualizações nas relações entre arte e feminismo e Tensões de classe, raça e gênero na maternagem.

Na galeria, temos uma convite proposto por Bruxxa. Um convite realizado durante a Oficina ocorrida como preparação para o Seminário e que tratava da utilização do fanzine como recurso *artívista*. Assim, ela nos surpreende com cores e recortes, chamando atenção para a invisibilização da categoria Mãe.

Fechando a revista, contamos com o grito de Priscila Costa, que participou do evento compartilhando dois episódios da série de Podcast Ver.SAR, na qual artistas convidadas lêem textos de mulheres-autoras selecionados por elas. A mensagem final e que ora aqui evocamos como encerramento deste editorial é: **É PRECISO LER E OUVIR AS MULHERES!**

Maicyra Teles Leão e Silva

Aracaju, outubro de 2019.

EDITORIAL

- 3** Apresentação
- Maicyra Teles Leão e Silva

ARTIGOS

- 9** Maternagem em Corpo-Ambiente: Autismo, Dança e Detox
- Ciane Fernandes - UFBA
- 21** Perspectivas do cuidado a partir do trabalho desenvolvido por mães sociais de Casas-Lares, do município de Aracaju-SE
- Maicyra Teles Leão e Silva - UFS, Raiane de Jesus Santos - UFS
- 39** Entre o luto, a maternagem, o xale e a cura
- Lourdisnete Silva Benevides - UFS
- 51** A representação do materno (não) performada por artistas sergipanas da contemporaneidade
- Maicyra Teles Leão e Silva - UFS, Julia Caianara Dantas Vieira - UFS
- 62** Maternalismo, direitos sexuais e maternidade solidária na ficção utópica de Gioconda Belli
- Melanie Létocart Araújo - UFS

ENSAIO

- 73** Fotos da Série "Autoras"
- Victoria Araújo - Artista independente

RESUMOS EXPANDIDOS

- 78** Filho da mãe! Contradições feministas da maternidade
- Laiany Rose Souza Santos - UFS, Carla Apenburg Trindade - UFS
- 85** Educação Feminina: Uma crítica de Mary Wollstonecraft à John Gregory
- Mariana Dias Pinheiro Santos - UFS
- 88** Entre Corpos e Inquietações: Clarice Lispector e Nélide Piñon
- Eliliane Santos Ferreira - UFS
- 91** Da Maternidade: Reflexões sobre identidade, quadrinhos autobiográficos e subjetividades na arte contemporânea
- Marta Mencarini Guimarães - UnB

- 96 Arquivo expandido: a performance de "Passado a limpo"
- Grasi Cabelodrama - PUC/SP
- 102 Percursos de pesquisa: notas iniciais sobre o trabalho de campo com o projeto Parir no Vale do Capão (BA)
- Danielle Parfentieff de Noronha - Universitat Autònoma de Barcelona
- 107 A maternidade enquanto fator impulsionante para a submissão da mulher africana
- Beatriz Linhares Silva - UFS, Evelyn Ralyne Freire Fonseca - UFS
- 109 Notas Sobre Feminismo Africano A Partir de "As Alegrias da Maternidade", de Buchi Emecheta
- Fernando de Mendonça - UFS
- 112 Maternidade e branquitude: uma discussão sobre os privilégios raciais, simbólicos e materiais
- Bárbara Ferreira de Freitas - UFBA

GALERIA

- 120 Fanzine feminista "Mães Invisíveis"
- Bruxxa - Artista independente

RESENHAS

- 125 É preciso ler e ouvir as mulheres!
- Priscila Costa Oliveira - UDESC

ARTIGOS

Maternagem em Corpo-Ambiente: Autismo, Dança e Detox

Ciane Fernandes
Teatro - PPGAC/UFBA

RESUMO

Relato de experiências relativas à maternidade no contexto da criança autista, bem como de possibilidades artísticas fundadas na somática em meio ambiente aberto, a exemplo da ecoperformance, acompanhadas de protocolos de desintoxicação e rotinas de auto-cuidado. Compartilhamento de experiências de vários anos em imersões corpo-ambiente com meu filho autista, e seus desdobramentos na cena performativa e suas implicações ético-estéticas. São apresentadas algumas perspectivas recentes referentes ao autismo e seus tratamentos, questionando esse distúrbio como um quadro puramente psiquiátrico e incurável, demonstrando-o como resultado de diversos fatores associados, relacionados, por exemplo, a traumas, intoxicação ambiental, distúrbios de metabolismo, alimentação, entre outros. Atividades somáticas em meio ambiente aberto, como o Movimento Autêntico, contribuem para uma mudança no quadro autista, ainda mais quando associadas a protocolos naturopatas de desintoxicação e desparasitação, entre outros. Os processos apresentados demonstram que a associação entre dança, cuidados de saúde, educação e pesquisa é uma estratégia necessária e fundamental na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: Maternagem. Transtorno do Espectro Autista. Somática. Ecoperformance. Desintoxicação.

ABSTRACT

Report of experiences related to maternity in the context of autistic childhood, as well as artistic possibilities founded on somatics in open environment, such as ecoperformances, together with detoxification protocols and self-care routines. Sharing of many years of experience in body-environment immersions with my autistic son, and unfolding in the performative context and its ethic-aesthetic implications. The text presents some recent perspectives regarding autism and its treatments, questioning it as a purely psychiatric and untreatable disease, demonstrating it as the result of the association of diverse factors, such as traumas, environmental intoxication, metabolic disturbs, eating habits, among others. Somatic activities in open environment, such as Authentic Movement, contribute for a change in autistic symptoms, even more when associated to naturopath detoxification and deworming protocols, among others. The presented processes demonstrate that the association of dance, health care, education and research is a necessary and fundamental strategy in contemporary times.

KEYWORDS: Maternity. Autistic Spectrum Disorder. Somatics. Ecoperformance. Detoxification.

Recebido em 16/07/19. Aprovado em 04/08/19.

Maternagem em Corpo-Ambiente: Autismo, Dança e Detox

*Ciane Fernandes*¹

Teatro - PPGAC/UFBA

Escrevo diretamente da Bahia, mas nasci em Anápolis GO, de uma família paulista de Santos SP. Minha gestação já foi em trânsito, pois meu pai (que era bancário) foi um líder comunista e no período da ditadura foi transferido para Goiás, onde minha mãe criou as três filhas – as duas nascidas em Santos antes de mim, e eu, que nasci de um parto bastante difícil, num ambiente estranho e por vezes até hostil para uma professora de piano clássico. Minha mãe costumava contar que Anápolis era tão empoeirada que ela não me deixava ficar no chão engatinhando, por exemplo. Mas ela sabia que eu reencontraria o chão por toda minha vida nas abordagens somáticas, a cada aula, performance e até mesmo nos livros e artigos. Espero que este texto traga também essa sensação de enraizamento, aonde quer que cada um de nós esteja, já que estamos sempre pulsando, entre pausa e ebulição, em ondas como no mar, como no ventre de nossa grande mãe terra.

Depois de nascer em Anápolis e passar 03 anos em São Paulo, vivi em Brasília dos 06 aos 20 anos, exceto por 03 anos de intervalo em Santos durante o colegial. Adoro pequi, tenho muito orgulho de ser goiana, e muita paixão pelas árvores torcidas do cerrado, e por esses percursos que, como este I Seminário Arte, Maternagem e Feminismos, trazem o novo, o inusitado, reconhecendo e valorizando as matrizes, a maternidade, o cuidado. Este evento é um abraço aos ancestrais para criar o novo, a mudança, reconectando com nossas origens e avançando como um bebê que aprende a caminhar de pé justamente ao deslizar pelo chão, reconhecendo a fonte de vida nesse planeta regido pela gravidade e pela fluidez aquosa. Este evento é um ato de arte e amor pela vida, esta vida que gira nos movimentos celulares, elementais e estelares.

1. Professora do Departamento de Teatro da Universidade Federal da Bahia e do Programa de Pós Graduação em Artes Cênicas da mesma Universidade.

Resido em Salvador desde 1995, quando retornei do doutorado em New York, e neste intervalo também passei 02 anos estudando em Berlim. Nesta capital, estudei dança clássica indiana e foi num congresso na Índia que, em janeiro de 2003, conheci o pai de meu filho, que é italiano. Meu filho nasceu em Roma, em um processo nada fácil para uma estrangeira entre renovações de visto e troca de residências (talvez o mesmo desconforto que minha mãe sentiu em Anápolis, eu sentia na bela e frondosa Roma, um dos lugares mais xenofóbicos que conheci em minha vida, e olha que já conheci muitos lugares!). Então meu filho também nasceu neste trânsito, já que, por exemplo, eu viajei entre Roma e Berlim duas vezes mesmo durante a gravidez, e viemos para a Bahia quando ele tinha apenas 04 meses de idade. Mas desde pequeno ele adora açaí e também acarajé, e hoje com 15 anos poderia dizer que ele é brasileiro, e como um número crescente de nossa população e também da população do planeta, não se enquadra na neuronormatividade.

É difícil traçar a origem do seu quadro de “autismo” (Transtorno do Espectro Autista TEA), e sabemos que muitas são as causas desta doença, que, associadas, constroem um destroço cognitivo generalizado. De fato, autismo é um conjunto de sintomas, com inúmeras causas distintas conjugadas, e até que se encontrem os motivos disparadores e propulsores de cada caso, ficamos perdidos e gastando muito tempo e dinheiro com ações inúteis e supostamente milagrosas que não resultam em quase nada, e talvez esse quase nem tenha sido por conta destas medidas, nunca vamos saber. A medicina oficial não acompanha o desenvolvimento mutante e crescente de doenças, que correm em disparada, alimentadas pelo uso indiscriminado de agrotóxicos nocivos, fármacos desnecessários que mascaram as causas reais, e médicos desinformados e resistentes a descobertas recentes e efetivas. Enquanto a economia rege as decisões e estratégias relativas à “saúde” (e note-se que, por exemplo, a indústria farmacêutica é a mais rentável do planeta, principalmente o comércio de vacinas), estaremos afundados nas doenças e perdidos em labirintos que nos afastam cada vez mais do empoderamento pessoal e coletivo a qualquer custo.

Os últimos treze anos têm sido uma longa jornada de estudo, amor e resistência artística com meu filho Lucio. Agradeço à Bahia por ter me recebido em 1995, vinda de Brasília, após retornar de New York, e em 2004, quando retornei de Roma com Lucio bebê, com seus 04 meses de idade. Parei de amamentá-lo logo após ele completar três meses, ainda na Itália, já que ele tinha mais fome do que meu leite dava conta, uma vez que eu com minha intolerância alimentar a lactose e glúten, não tinha muitas opções morando na Itália, o que dificultou bastante meu processo. Lucio também demonstrou intolerância à lactose, então sua mamadeira era com leite sem lactose, e permanece até hoje

com esta restrição, além de inúmeras outras que vieram sendo descobertas ao longo desta jornada (a exemplo do glúten, da caseína e do açúcar de cana – só usamos açúcar de coco). Foi após a primeira dose da vacina tríplice viral, ainda em Roma, que ele ficou com o olhar um pouco vago e perdido, mas em seguida parece ter se recuperado. Após a segunda dose, o tal “reforço”, aos doze meses de idade, seu intestino simplesmente parou de funcionar normalmente e não conseguia mais defecar como fazia antes.

Neste ínterim, brigas crescentes com seu pai criaram um clima insuportável dentro de casa, até dezembro de 2006, quando me segurou com força sobre a cama, tampando minha boca para que não gritasse por socorro, o que eu havia começado a fazer. A babá assustada largou Lucio, com seus apenas dezoito meses de idade, na sala e saiu correndo do prédio. Lucio veio até o quarto chamado pelo grito abafado, ele que começara a caminhar já aos 11 meses de idade, dava tchauzinho e mandava beijinhos, e já falava umas cinco ou seis palavras (mamãe, vovó, batata, mamadeira e tartaruga, com suas devidas adaptações como “tataúga”). Ao ver a cena no quarto, Lucio saiu correndo e gritando alto pelo corredor até a sala, o que fez com que seu pai me largasse. Corri até a sala e lá estava meu filho sentado todo curvado, olhando os dedinhos e se balançando. Desde então resistia bastante a olhar para alguém ou demonstrar qualquer afeto, nem ao menos sorria, parou de falar ou mesmo balbuciar qualquer som, e depois começou ainda com gritos estridentes, aos poucos olhando de modo direto, porém ausente. O quadro foi intensificando ao longo dos próximos dois anos, já que cada vez que saíamos na rua o pai nos surpreendia, o puxava dos meus braços e ameaçava que iria levá-lo para a Itália. Na polícia, com meu filho no colo e seu pai vindo atrás de nós, me mandaram ir à Delegacia da Mulher, porque aquela não era uma questão “deles”. Fui duas vezes prestar queixa na Delegacia da Mulher (inclusive após o pai de meu filho me segurar pelo pescoço contra uma parede do quarto, quando já estávamos separados e vivendo em locais distintos). Mas isso de nada adiantou.

Quando eu falava com as pessoas sobre o ocorrido, não me davam nenhuma atenção. E eu clamei por ajuda de todos os lados, mas parecia que eu estava falando algum absurdo. Foi um período não apenas de solidão, mas de exclusão, adicionado aos terríveis e permanentes momentos de ver meu filho ausente, sem nenhuma resposta ou envolvimento afetivo. Foi preciso muita convicção e agrado à somática por ter me dado o suporte interno, a conexão com a sabedoria celular que tem me nutrido emocional e espiritualmente para validar a fonte de conhecimento mais primordial que é o movimento criativo. Isto me ajudou a enfrentar e atravessar os absurdos da exclusão. Quando eu contava o ocorrido, era como se eu quisesse encontrar um motivo, uma desculpa, para uma doença genética psiquiátrica sem cura, e eu podia ler o texto em seus

olhares de pena: “Coitadinha dessa mãe; está buscando uma justificativa para fugir do fato de que o filho é autista e pronto”.

Por isso uma das maiores questões para mim tem sido: Ser ou estar autista? Hoje sabemos que grande parte dos sintomas autistas são disparados por motivos não primeiramente genéticos, e sim ambientais, e sabemos também que doenças neuropsiquiátricas, entre outras, como distúrbios de memória, depressão, esquizofrenia, doenças autoimunes, Parkinson, Alzheimer, Síndrome da Fadiga Crônica, e até mesmo câncer, dentre outras, tem relação direta com a função hepática e intestinal, este último não por acaso chamado de “segundo cérebro”. Questões determinantes em doenças da atualidade, em especial quadros neuropsiquiátricos, são intoxicação ambiental e alimentar (inclusive da água), acidez corporal generalizada, distúrbios gastrointestinais, disbiose / intestino permeável, alergias alimentares, infestação parasitária, diminuição da flora saudável e protetora com proliferação de fungos e bactérias nocivas, acúmulo de toxinas liberadas pelos vermes e restos de alimentos gerando inflamação e má absorção de alimentos, entre outros.

Metais pesados atraem p si proteínas e enzimas, unindo-se a elas e impedindo seu funcionamento, e se ligam às paredes celulares, dificultando o transporte de nutrientes. Já as bactérias nocivas, junto com vírus e vermes, além do excesso de fungos, associam-se a restos de alimentos, toxinas e metais pesados no intestino, criando um aglomerado ou biofilme que dificulta a absorção de nutrientes e gera a disbiose intestinal, e também protegem os micróbios de diversas formas de ataque.² Tudo isso é um grande círculo vicioso, já que insistimos em comer alimentos industrializados repletos de agrotóxicos e químicos, além de mutantes, como é o caso do glúten, que vem apresentando mimetismo molecular com moléculas saudáveis do corpo humano e provocando reações autoimunes variadas.

A biofísica e a bioquímica (exatamente nesta ordem constitutiva da materialidade), contribuem ou mesmo determinam quadros neuropsiquiátricos e suas especificidades, que não são condições abstratas tratáveis apenas sintomatologicamente. De fato, tratar um sintoma sem verificar e desmontar a intrincada rede de causas, apenas mascara o quadro como um todo e perpetua uma situação, que torna-se cada vez mais crônica com efeitos colaterais e dependência química (para faturamento farmacêutico *ad infinitum*). E quanto mais as pessoas tentarem evitar este fato, e reforçarem modelos falidos de uma medicina ultrapassada e fundada em lucros de uma minoria internacional corrupta, mais doenças irão surgir e se multiplicar, em pessoas cada vez menos empoderadas, mais vulneráveis, escondidas e invisíveis, já que nossa sociedade não prioriza e exclui indivíduos que não produzem capital.

2. “Biofilme é uma coleção de comunidades microbianas incluídas em uma matriz de substância polimérica extracelular (EPS) e separada por uma rede de canais abertos de água. ... A matriz, na qual os micróbios em um biofilme estão embutidos, os protege da exposição ao UV, toxicidade metálica, exposição a ácidos, desidratação, salinidade, fagocitose, antibióticos, agentes antimicrobianos e sistema imunológico. ... [E]ssas são comunidades microbianas (bactérias, cândida, vírus, etc.) que possuem uma camada protetora em torno delas, o que as torna entre 100 e 1000x mais difíceis de matar do que aquelas que não vivem nessas comunidades protegidas.” (RIVERA, 2016, p.187)

Por estes motivos, a ênfase na saúde e na coletividade são duas estratégias totalmente coerentes com o movimento criativo no contexto somático, fundamentais na reconquista do espaço-tempo pessoal pós-traumático e de intoxicação ambiental generalizada.

Felizmente alguns terapeutas mais esclarecidos sabem o suficiente para contemplar casos de Síndrome do Estresse Pós-Traumático,³ e demorou pelo menos um ano até eu perceber que eu, tanto quanto meu filho, estávamos passando pela mesma síndrome, exceto que para ele havia afetado todo seu desenvolvimento, devido à tenra idade e aos sintomas já desencadeados pelas vacinas. Em 2009, fomos morar em Lençóis BA, na Chapada Diamantina, por um ano, onde desenvolvi uma pesquisa de pós-doutorado envolvendo ecoperformance, trauma e vídeo-documentário, sob orientação do Prof. Dr. José Francisco Serafim (Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia). Encantada em dançar nos/com os ambientes naturais com meu filho, trabalhando a pausa e reativação dos fluxos que haviam sido congelados com o trauma, passei a residir parte neste local e parte em Salvador, entre os anos seguintes, desenvolvendo projetos de Imersão Corpo-Ambiente (FERNANDES, 2012, 2016), com a participação de alunos do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal da Bahia.

3. Um dos métodos somáticos a que tivemos acesso foi o *Somatic Experiencing™* (Vivência ou Experiência Somática), criado por Peter Levine (1999, 2007) e seu desdobramento *Somatic Centering™*, desenvolvido por Alexandre Duarte, que trabalha especificamente recuperando crianças traumatizadas por todo o mundo, como, por exemplo, na Tailândia após o *Tsunami*.

4. Movimento Autêntico é um método de arte-terapia desenvolvido por Mary Starks Whitehouse (1910-2001) nos anos de 1950 e 1960. O método associa dançar de olhos fechados e em silêncio (sem estímulo musical) à psicologia de Carl Gustav Jung e à troca de *feed-back* entre parceiros ("realizador" e "testemunha"). Nas sessões, que têm duração variada, o grupo divide-se em duplas: o realizador move-se de olhos fechados, escutando e seguindo os impulsos de seu corpo, enquanto a testemunha acompanha e protege o colega, porém sem interrompê-lo nem julgá-lo. Após mover-se, o realizador e seu observador trocam experiências, desenhos, poesias etc., sobre a vivência. O processo então é repetido, mas com papéis revezados. Ao final da sessão, as duplas se juntam em um grande grupo para trocar impressões, sensações ou outras formas de expressão sobre as experiências. Para mais informações, vide Patrizia Pallaro, 1999.

Em sessões de Movimento Autêntico⁴ em ambiente aberto com câmera automática, Lucio passou de uma presença casual e não envolvida a uma testemunha por vezes tentando despistar seu interesse e foco pela mãe em imersão em suas próprias sensações e impulsos em movimento - ao invés de correr atrás dele para proteger a integridade da casa, como acontecia em nosso cotidiano. Ou seja, a ecoperformance provocou uma mudança em nossa relação, e ele deixou de ser o centro das atenções para ser a testemunha de uma recuperação real de minhas sensações e motivações em movimento no/com o ambiente. Inicialmente eu me senti um pouco culpada, pois a mãe deve sempre priorizar o filho e cuidar dele em primeiro lugar. Mas realmente quando se trata de um filho autista isso chega a ser nocivo, e perdemos a individualidade, somos interrompidas em absolutamente tudo o que fazemos; todos os nossos ritmos corporais são consistentemente desfocados para cuidar de outra pessoa que exige 24 horas de nossa atenção.

Tudo em casa deve ser cuidadosamente guardado e até mesmo escondido, como, por exemplo, shampoo ou sabonete líquido no banheiro, leite de castanhas e ovos na geladeira, para que não sejam desperdiçados a esmo na pia, chão ou parede. E quando estamos calmamente relaxadas ou dormindo, de repente surge um grito estridente ou o som de pancadas do filho na própria cabeça ou em algum duro móvel de madeira, ou uma súbita e extrema bateção

de porta que racha a parede, para citar apenas alguns exemplos. Também na rua nunca se sabe quando as crises vão surgir, e estamos sempre em estado de alerta, o coração a ponto de sair pela boca. De fato, enquanto dava a palestra neste evento e agora enquanto escrevo este texto, me dói a cabeça porque há mais de um mês, a caminho do hospital para realizar um exame de medicina nuclear, em uma dessas crises-surpresa, Lucio bateu a cabeça com tanta força contra meu nariz que fraturou meu septo nasal. Sangrou por todo o caminho que durou mais de meia hora, mas eu não podia levantar a cabeça, pois precisava me proteger enquanto o segurava também.

Em meio a tudo isso, é inestimável cada segundo em que posso estar imersa em um ambiente natural em contato com meus próprios impulsos de movimento, respeitando meus ritmos até completar cada frase de movimento, deixando por vezes surgirem tremores ou lentidões ou explosões incontroláveis, ou só flutuar em meio à fluidez da água ou do vento, ou deslizar na maciez da terra ou se sentir acolhida pela quentura de uma grande pedra, ou poder virar uma planta calma e espiralada (vide Figura 01). Algumas vezes, tive também a oportunidade de realizar essas imersões sozinha, ou em companhia de algum amigo ou amiga, o que me devolvia a conexão com o impulso interno, em sintonia com um ambiente vivo e pulsante, entre pausa dinâmica e movimento contínuo.



Figura 01 - A autora em ecoperformance acima da Cachoeirinha, Lençóis BA, 2012. Fonte: Márcio Ramos.

Na companhia de Lucio, esses momentos eram uma oportunidade de transformar nossa relação, devolvendo meu eixo de senso-percepção associado a processos criativos em campo expandido, a que denominei de ecoperformances. Passados alguns meses, Lucio começou a observar

também a câmera, a passar diante das filmagens, e a interagir com os panos e *sarees* que eu levava para improvisar (vide Figuras 02). Um dia, para minha surpresa e deleite, ele pegou um pano e dirigiu-se para frente da câmera, e improvisou por cerca de dez minutos (vide Figura 03). Este processo foi estimulado quando alunos da pós-graduação também vieram a Lençóis, em várias visitas consecutivas, e Lucio integrou as ecoperformances com o Coletivo A-FETO de Dança-Teatro⁵ (vide Figura 04).

5. Grupo de dança-teatro e performance que criei na Escola de Teatro da UFBA em 1997, e que a partir de 2010 imergiu com atividades de Pesquisa Somático-Performativa desenvolvidas na disciplina TEA 794 Laboratório de Performance, do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da UFBA.

6. Quando começamos os tratamentos de desintoxicação, dois dos naturopatas me questionaram qual era exatamente a composição destas vacinas, já que Lucio as recebeu em grande quantidade (semanalmente por dois anos). Voltei à clínica que prescreve e fabrica estas vacinas e, para minha surpresa, nem mesmo a equipe médica sabia qual a solução usada como base para associar os antígenos, os quais também me foram descritos de modo bastante geral. Demorou alguns dias para conseguir localizar o produtor da solução-base, e ninguém ali queria se responsabilizar por dizer quais eram exatamente os componentes da solução. Para minha surpresa, num domingo à noite, recebo uma chamada de uma das farmacêuticas, responsável pela manipulação desta solução na empresa, me confirmando os ingredientes de modo bem informal e depois conversando assuntos bem casuais como as aulas de sapateado de sua linda filha (provavelmente para que parecesse ser uma ligação informal entre amigas, nada passível de um processo, por exemplo). Os conservantes das vacinas são fenóis e hidróxido de alumínio, que em uma criança normal não criaria muito estrago, mas no caso de uma criança autista com disbiose, esses produtos são altamente tóxicos, inclusive neurotóxicos. Além disso, os antígenos de fungos e ácaros de poeira só me foram especificados mais de um ano depois, através de outro telefonema misterioso do próprio dono da clínica, após inúmeros telefonemas meus. Nessa conversa informal, ele resistiu bastante a listar os antígenos usados nas vacinas, mas após minha cuidadosa insistência, ele acabou mencionando cada um dos antígenos, que nunca haviam sido listados em nenhuma das receitas que tenho. Deste modo, foi possível realizar não apenas o detox específico daqueles conservantes, através do método CEASE (SMITS, 2010), mas também usar a eletromedicina especificamente para os patógenos em questão, que são fungos específicos e precisam ser atacados em suas particularidades eletromagnéticas. Para mais informações, vide Hulda Regehr Clark, 1995.

7. A neurocientista Aditi Shankaradas, da California State University, vem utilizando uma tec-



Figuras 02 e 03 - Lucio Di Franco em ecoperformance acima da Cachoeirinha, Lençóis BA, 2013. Fonte da autora.



Figura 04 - Felipe Florentino, Lucio Di Franco, Ana Milena Navarro e Susanne Ohmann no Poço Halley, Lençóis BA, 2012. Fonte da autora.

infecção de garganta que passou quase despercebida, e na época foi tratada com um antibiótico comum, e seguimos com as terapias como fonoaudióloga e psicopedagoga em Seabra BA. Por dois anos consecutivos, entre 2014 e 2016, recebeu semanalmente uma vacina para alergias diversas, já que apresentava um quadro crônico de bronco-espasmo desde um ano de idade.⁶ Eu não entendia o porquê, mas ele começou a desenvolver um quadro de autoagressão inexistente anteriormente, e que julgavam ser uma evolução natural do quadro.

Recentemente, em maio de 2019, finalmente descobri que se tratava já de um quadro de encefalite (na época infecciosa e posteriormente autoimune), disparado por aquela infecção de garganta, e possivelmente uma combinação mortífera de vírus variados (alguns dos quais presentes nas vacinas tríplice viral entre outras obrigatórias) e fungos injetados pelas vacinas anti-alérgicas, além de uma epilepsia subclínica,⁷ mas que nenhum dos inúmeros e incontáveis médicos aos quais fomos (muitos deles com consultas de R\$500,00 ou mais, dos quais o seguro só reembolsava cerca de R\$80,00) teve a condição ou clareza de perceber. Associados à história pessoal e aos sintomas, os mesmos resultados de exames que médicos analisavam sem perceber qualquer irregularidade, foram suficientes para apontar esse diagnóstico, após 13

No entanto, paralelo a este processo, algo estranho acontecia e, em 2015, gradualmente, cessei as eco-performances com Lucio, pois seu quadro parecia estar piorando e mal conseguíamos chegar ao rio fazendo trilhas sem ele ter crises. Em 2012, em Lençóis, ele havia tido uma

nologia inovadora criada pelo neurologista Dr. Frank Duffy, da Harvard University, denominada de Brain Electrical Activity Mapping (BEAM), para identificar convulsões não evidentes em eletroencefalogramas comuns, mesmo que realizados durante 24 horas seguidas. Não chegamos a realizar o BEAM em Lucio, e seu EEG deu resultado final normal, porém, outros dados identificados no exame (que passaram despercebidos pela maioria dos médicos), associados a resultados específicos de outros exames, apontaram para convulsões não identificáveis como tal, ou seja, ele não treme nem parece estar tendo convulsão, mas seu cérebro está tendo estas descargas e possivelmente provocando regressões comportamentais.

anos de busca incessante, por um médico esclarecido e atualizado, indicado por uma amiga do sul do país, que só conheço através de um grupo de *whatsapp*, mãe de um menino autista com sintomas e resultados de exames muito semelhantes. Esse suporte entre mães tem sido fundamental também em outros países, a exemplo do *Thinking Moms' Revolution* (Revolução das Mães Pensantes, CONROY e GOES, 2013).

Devo confessar que muitas vezes cheguei aos médicos já com a lista de exames que deveriam ser prescritos, devido a estudos que tenho feito junto a esse grupo de mães de autistas de todo o Brasil, que tive a sorte e privilégio de conhecer em 2016. Este grupo se juntou a partir de tratamentos de naturopatia que incluem desintoxicação, vermífugos, suplementação, ozonioterapia, câmara hiperbárica, eletromedicina,⁸ quelação de metais pesados, Terapia CEASE (*Complete Elimination of Autistic Spectrum Expression*), entre outros. Desde que iniciamos os tratamentos de desintoxicação em setembro de 2016, Lucio tem saído gradualmente do isolamento, como se seus neurônios estivessem cobertos por uma densa camada de poeira gosmenta.

E, de fato, de seus intestinos tem saído grande quantidade de biofilme, tanto quanto do meu. Tenho testemunhado a morte e eliminação de incontáveis vermes de até 80 cm de comprimento, os chamados “verme corda” (VOLINSKY, et all. 2013), mutantes cujo DNA combina cromossomos de quatro espécies: *Homo sapiens* (nós!), *Branchiobdella balcanica* (verme), *Cymininus notabilis* (mosca de semente) e *Rhysotritia duplicata* (ácaro). Esta informação tem sido abafada ou negada na mídia, fazendo crer que estes seres, quando eliminados do corpo humano rodeados por biofilme, são pedaços de intestino, ou apenas restos de alimento e resíduos tóxicos. Mas se isso é pedaço do intestino com alguma sujeira, eu e meu filho, e milhares de pessoas que tem realizado estes processos já há mais de uma década, estaríamos sem intestino, porque a quantidade é absurdamente grande, volumosa, e o enorme alívio e bem-estar subsequente a esta eliminação não é em nada comparável à perda de um pedaço de órgão do próprio corpo.

Assim, de 2016 até o presente, temos mergulhado em protocolos de desintoxicação 24 horas por dia, e os resultados têm sido excelentes. Após seis meses de tratamentos, Lucio começou a imitar movimentos, olhar nos olhos, sorrir, interagir. Qual não foi minha surpresa quando, em 2018, fiz alguma pergunta e ele parou, começou vagarosamente a levantar o queixo e puxar a cabeça para trás, e de repente trouxe-a para frente e para baixo em sinal de “sim”! Hoje ele ainda tem crises, mas em número muito menor, e é um rapaz muito afetuoso que me enche de beijos e abraços. Cada dia uma vitória, às vezes algumas regressões, mas é também assim que podemos descobrir o que realmente está acontecendo.

8. Aparelhos utilizados para eliminar microrganismos nocivos à saúde.

do, já que ele ainda não fala, mas emite diversos sons. Eu faço grande parte dos tratamentos de desintoxicação em mim mesma, para saber como é que ele se sente, apesar de que nunca é igual, mas já ajuda. E assim também passo pela desintoxicação, que atualmente é necessária a todos nós.

Em 2017, retornamos definitivamente para Salvador, e desde então tenho gradualmente focado o oceano como ambiente de ecoperformance. Isto tem sido inserido pouco a pouco nas aulas da graduação que leciono na Escola de Teatro da UFBA, bem como nas aulas da pós-graduação, associando os Padrões Neurológicos Básicos criados por Irmgard Bartenieff (BARTENIEFF e LEWIS, 1980), expandidos e atualizados para Padrões Neurocelulares Básicos, por Bonnie Bainbridge Cohen (1993) a modos de pesquisa baseados na prática, como a Prática Artística como Pesquisa, a Pesquisa Guiada pela Prática, a Pesquisa Performativa (HASEMAN, 2006) e, mais particularmente, a Pesquisa Somático-Performativa (FERNANDES, 2018). Cada vez mais, percebo a importância de integrar abordagens e práticas, a exemplo de desintoxicação, ecoperformance e pesquisa acadêmica. É evidente que qualquer atividade de dança é muito mais vivenciada por uma criança autista desintoxicada de metais pesados e parasitas, com seus sistemas neurológicos mais aptos ao aprendizado e à interação. E não é diferente com um aluno tentando escrever sua tese e tendo dificuldade de se concentrar, por exemplo. A associação entre arte, cuidados de saúde, educação e pesquisa, vêm se mostrando não apenas uma opção possível ou interessante, mas de fato necessária e fundamental na contemporaneidade.

No verão de 2019, durante cerca de três meses, realizei vários laboratórios de ecoperformance com Lucio em Itaparica BA, onde a variação das marés cria mudanças radicais na paisagem, entre lagoas de maré seca e fortes correntezas seguidas de ondas em direções por vezes contrárias e com redemoinhos. Essa vivacidade de um ambiente em constante mudança despertou os sentidos tanto de Lucio quanto os meus, e por vezes passamos mais de três horas seguidas dentro da água, por vezes entre cinco e sete horas, especialmente com a maré seca ou percebendo essas transições de um ambiente vivo ao qual nos adaptamos em movimento. Em geral, segui meu impulso de dançar em diferentes locais, em meio a bancos de areia e piscinas naturais, muitas vezes caminhando até muito distante, onde encontrava o mar. Lucio inicialmente preferia brincar sozinho, ou me acompanhava um pouco resistente mas sem muito alarde, gradual e discretamente se deixando envolver e interagindo com esse ambiente irresistível. Certo dia, em um desses momentos, de repente, ele não apenas “entrou em cena”, como havia feito aquela vez em Lençóis, mas pulou sobre meu corpo enquanto eu improvisava, e tivemos toda uma sessão de contato improvisação, enquanto ele sorria e interagia, rolando espiraladamente e se adaptando (vide Figura 05). Aquele se tornou “nosso lugar de dança”, e fizemos

um pacto entre nós de voltarmos sempre ali, ao que ele me olhou fundo nos olhos, colocou suas duas mãos suavemente ao redor do meu rosto e sorriu.



Figura 05 - A autora e seu filho Lucio Di Franco em Itaparica, 2019. Fonte da autora durante ecoperformance.

Referências

BARTENIEFF, Irmgard; LEWIS, Doris. *Body movement: coping with the environment*. Langhorne: Gordon & Breach Science, 1980.

CLARK, Hulda Regehr. *The Cure for All Diseases. With Many Case Histories*. Chula Vista: New Century Press, 1995.

COHEN, Bonnie Bainbridge. *Sensing, feeling, and action: the experiential anatomy of body-mind centering*. Northampton: Contact, 1993.

CONROY, Helen; GOES, Lisa Joyce (org.). *Thinking Moms' Revolution*. New York: Skyhorse, 2013.

FERNANDES, Ciane. *Dança Cristal: Da Arte do Movimento à Abordagem Somático-Performativa*. Salvador: EDUFBA, 2018.

_____. Im(v)ersões Corpo Ambiente e a criação coreo-videográfica. *Cena*, Porto Alegre, v. 13, 2013, p. 1-14. Disponível em: <<https://goo.gl/F6oj7d>>. Acesso em: 20 set. 2016.

_____. Sintonia somática e meio ambiente: pesquisas de campo do laboratório de performance do PPGAC/UFBA. *Repertório*. PPGAC, Salvador, ano 15, n. 18, 2012, p. 175-183.

HASEMAN, Brad C. Manifesto for Performative Research. *Media International Australia incorporating Culture and Policy*, theme issue "Practice-led Research", n.118, 2006, p.98-106.

LEVINE, Peter. *O despertar do tigre: curando o trauma*. São Paulo: Summus, 1999.

LEVINE, Peter; LINE, Maggie. Forrest: traumatized preschooler misdiagnosed with autism. In: LEVINE, P.; LINE, M. *Trauma through a child's eyes*. Berkeley: North Atlantic Books, 2007, p. 356-360.

PALLARO, Patrizia (org). *Authentic Movement. Essays by Mary Starks Whitehouse, Janet Adler and Joan Chodorow*. Londres: Jessica Kingsley Publishers, 1999.

RIVERA, Kerri. *Curando os Sintomas Conhecidos como Autismo*. Rio de Janeiro: BV Books, 2016.

SMITS, Tinus. *Autism, Beyond Despair: Homeopathy has the Answers*. Haarlem, Holanda: Emryss Publishers, 2010

VOLINSKY, Alex A.; GUBAREV, Nikolai V.; ORLOVSKAYA, Galina M.; MARCHENKO, Elena V. Development stages of the "rope" human intestinal parasite. Disponível em: <https://arxiv.org/ftp/arxiv/papers/1301/1301.2845.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

Perspectivas do cuidado a partir do trabalho desenvolvido por mães sociais de Casas-Lares, do município de Aracaju-SE

Maicyra Teles Leão e Silva
Teatro - PPGCult/UFS

Raiane de Jesus Santos
Ciências Sociais/UFS

RESUMO

Entre o final do século XIX e início do século XX, a assistência social no Brasil passou por mudanças paradigmáticas com relação à proteção de crianças e adolescentes, em especial quanto ao acolhimento institucional. Nesse contexto, o artigo se focou na investigação sobre a atuação de profissionais do cuidado, as chamadas Mães sociais, em unidades de acolhimento institucional, na cidade de Aracaju-SE, na atualidade, especificamente nas Casas-lares. Nesse sentido, a pesquisa buscou identificar como ocorre o processo de terceirização da maternagem, exercida nesse âmbito institucional, almejando promover discussões centradas na complexidade dos conceitos de ética do cuidado e vínculo afetivo. Assim, os procedimentos metodológicos transitaram entre leituras acerca da temática e a realização de entrevistas individuais e coletivas, tendo em vista que o objetivo central foi identificar particularidades na constituição da subjetividade dessas profissionais. Os resultados elucidam de maneira explícita como os vínculos afetivos são construídos prontamente entre as mães/cuidadoras e os infantes/jovens e ressaltam a lacuna quanto ao paradoxo existente nesta terceirização: quem cuida de quem cuida?

PALAVRAS-CHAVE: Casa-Lar. Mães sociais. Cuidado.

ABSTRACT

Between the end of the nineteenth century and the beginning of the twentieth century, social assistance in Brazil underwent paradigmatic changes regarding the protection of children and adolescents, especially regarding institutional care. In this context, the article focused on research the performance of care professionals, the so-called social mothers, in institutional care units in the city of Aracaju-SE, currently, specifically in nursing homes, a kind of family like alternative type of care. In this sense, the research sought to identify how occurs the process of outsourcing the maternity, exercised in this institutional scope, aiming to promote discussions centered on the complexity of the concepts of ethics of care and affective bonding. Thus, the methodological procedures moved between readings about the theme and the conduct of individual and collective interviews, considering that the central objective was to identify particularities in the constitution of the subjectivity of these professionals. The results explicitly explain how affective bonds are constructed between mothers / caregivers and infants / youth and highlight the gap in the paradox of this outsourcing: who cares for those who care?

KEYWORDS: Alternative care. Family like care. Social mothers. Care.

Recebido em 26/07/19. Aprovado em 21/08/19.

Perspectivas do cuidado a partir do trabalho desenvolvido por mães sociais de Casas-Lares, do município de Aracaju-SE

Maicyra Teles Leão e Silva¹

Teatro - PPGCult/UFS

Raiane de Jesus Santos²

Ciências Sociais/UFS

Introdução

Nas últimas décadas, a maternidade tem adquirido foco em discussões científicas transversais, entendendo que a condição da maternagem, ou seja, o exercício de praticar o cuidado em relação a uma criança, implica a constituição de modos de subjetificação específicas (Ruddick, 1989), que direcionam os modos como esses sujeitos, em sua maioria mulheres, se relacionam nos âmbitos familiares, sociais e profissionais. É nesse contexto que o projeto de iniciação científica - PIBIC *Cuidados Diários: Artistas/Mães Auto- Representando Sua Maternagem Recente* se insere, ampliando interdisciplinarmente discussões, uma vez que a representatividade do corpo materno no campo da arte promove questionamentos acerca dessa condição e abre lacunas quanto a falta de representatividade de determinados segmentos.

Quanto a estas lacunas, o projeto identificou a institucionalização relativamente recente das Casas-Lares, como locais de acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade familiar, as quais são lideradas internamente por Mães sociais, cuja função é o desempenho de funções maternas, do ponto de vista do cotidiano do cuidado seja no quesito doméstico, seja em sua amplitude emocional e no acompanhamento relacionado à educação, saúde, dentre outros. Assim, a pesquisa e, portanto, o artigo que aqui se apresenta focou-se na identificação do perfil dessas Mães sociais que desenvolvem suas funções no sistema de acolhimento de Aracaju-SE.

1. Doutora e Professora Associada do Departamento de Teatro da Universidade Federal de Sergipe. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Culturas Populares, na mesma instituição. Coordenadora orientadora da Pesquisa de PIBIC *Cuidados Diários: Artistas/Mães Auto-Representando Sua Maternagem Recente*.

2. Graduanda do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe. Bolsista CNPQ do Projeto de Iniciação Científica - PIBIC/UFS 2018-2019, intitulado *Cuidados Diários: Artistas/Mães Auto-Representando Sua Maternagem Recente*.

Percurso Histórico do Acolhimento Institucional no Brasil

Para compreender o processo de transição e efetivação do acolhimento institucional no Brasil, torna-se necessário assimilar as mudanças sócio-políticas que perpassam novos âmbitos institucionais, sobretudo o econômico, o qual atingia vertentes sociais de maior vulnerabilidade. Nos estudos de Irene Rizzini e Irma Rizzini (2004) sobre o percurso histórico da institucionalização de crianças no Brasil e os desafios ainda perdurantes neste âmbito, as autoras afirmam que não existe uma exatidão estatística que revele o número de crianças e adolescentes inseridos nos processos de institucionalização. No entanto, é sabido que várias gerações de crianças e jovens vivenciaram parte considerável de suas vidas em “grandes instituições fechadas, denominadas até o final da década de 1980 como ‘internato de menores’ ou ‘orfanatos’” (2004, p.14).

O Brasil possui um período tradicional, considerável, com relação à internação de crianças e jovens em instituições asilares. Desde o período colonial, o número de colégios internos, seminários, educandários, reformatórios e outras modalidades nesse viés, foram surgindo em conformidade com as relações assistenciais de épocas específicas. Com relação a um direcionamento maior por parte do Estado, as autoras pontuam:

A ampla categoria jurídica dos menores de idade (provenientes das classes pauperizadas) assume, a partir da segunda metade do século XIX, um caráter eminentemente social e político. Os menores passam a ser alvo específico da intervenção formadora/ reformadora do Estado e de outros setores da sociedade, como as instituições religiosas e filantrópicas (2004, p. 22).

Conforme a pesquisadora e especialista em atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, Chris Giselle Pegas Pereira da Silva (2009), entre o final do século XIX e início do século XX, foi dada uma maior importância às crianças abandonadas, sobretudo devido ao índice de mortalidade infantil em decorrência da Roda dos Expostos³, bem como ao aumento significativo de crianças ocupando as ruas.

Considerando que, no início do século XX, o Brasil estava passando por um crescimento em massa dos centros urbanos, o nível de estratificação social foi sendo amplificado, vislumbrando as relações de poder e dominação em detrimento das classes mais vulneráveis. Posto isso, Silva em seu estudo *Código Mello Matos: um olhar sobre a assistência e a proteção aos “menores”*, assinala que o Código Penal de 1890 permitia que a polícia tivesse maior abertura para controlar a criminalidade, bem como para reprimir a desordem por eles considerada. A delinquência juvenil era vista como algo inerente aos

3. Maria Luiza Marcílio em seu livro: História social da criança abandonada (1998), explica que a Roda dos Expostos consistia num dispositivo em formato cilíndrico com uma divisória no meio. O aparato era fixado no muro ou janela de uma instituição de acolhimento. No tabuleiro inferior da parte externa, o expositor, que desejasse abandonar uma criança, a colocava na Roda, girando-a e puxando um cordão que acionava uma sineta para avisar à vigilante – ou rodeira – que um bebê acabava de ser abandonado, retirando-se furtivamente do local, sem ser reconhecido.

indivíduos, sem que houvesse qualquer consideração com relação ao contexto em que estes estivessem inseridos, sendo, portanto, visualizados como um 'problema' social.

Considerando a amplitude da categoria 'menor abandonado', sendo definida pela ausência dos pais ou, ainda, pela incapacidade dos familiares de oferecer aparatos que favorecesse melhores condições de vida, foram desenvolvidas subcategorias durante o século XX pelos órgãos de assistencialismo. Este foi um período onde se constatou forte presença do Estado no que diz respeito a planejamentos e desenvolvimentos de políticas que atuassem em prol do atendimento ao menor⁴ (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Neste contexto de transição de vertentes sócio-políticas, o Estado com a finalidade de desenvolver o setor econômico adotou políticas de controle das camadas populares. Com isso, com o Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927⁵ foi regularizado o 1º Código de Menores, no governo de Washington Luís (1926-1930), posteriormente revogado pela Lei nº 6.697 de 10 de outubro de 1979.

No artigo *O papel das cuidadoras de crianças e adolescentes e as nuances do acolhimento institucional* de Carolina Sousa, Joelma Anjos et al, de 2016, os autores afirmam que as práticas acionadas durante a atuação dos Códigos de Menores menosprezavam a criança e o adolescente, reiterando a imposição destes enquanto sub-sujeitos. Os direitos básicos de compreensão da própria história, bem como a construção de seus futuros, lhes eram negados em decorrência da repressão que viviam. À vista disso, Alice Couto e Valéria Melo salientam:

O Código de Menores, de 1927, foi utilizado nessa época com o firme propósito de afastar as crianças de seu meio sócio-familiar. A possibilidade de perda do "pátrio poder" pela impossibilidade ou incapacidade, inclusive financeira, dos pais, permitia que o juiz encaminhasse a criança e o adolescente a instituições de internação (1998, p.30).

Posteriormente, outros órgãos nacionais de assistência à infância foram criados. Por volta dos anos 1940 e 1943, durante o governo de Getúlio Vargas, com a "perspectiva da proteção às crianças pobres e suas famílias, foram criados o Departamento Nacional da Criança (DNCr) e o Serviço de Assistência ao Menor (SAM)" (SILVA, 2011, p. 9). No período da ditadura militar, com a criação da Lei 4513-64, foi desenvolvida também a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, a qual instituiu a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), incorporando o "patrimônio e as atribuições do extinto Serviço de Assistência ao Menor (SAM)" (*idem*, p.9).

4. Trata-se do termo usado originalmente pelas autoras.

5. Fonte acessada em 28 de junho de 2019, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm>.

Juliana Melim aponta que os sistemas FUNABEM/FEBEM objetivavam proteger crianças e adolescentes inseridos em espaços desestruturados socialmente, e, portanto, visava reintegrá-los em espaços e vivências comunitárias. Entretanto, os direcionamentos para a inclusão dos infantes e jovens em âmbitos sócio-comunitários ocorriam apenas de forma teórica, tendo em vista que “as práticas internas da instituição reproduziam a lógica do regime militar vigente na época: repressão, confinamento e violência” (2012, p. 172).

Pensamento semelhante é desenvolvido por Daniela Oliveira que afirma que ocorreram vários debates priorizando pautas como alternativas que pudessem dar outros seguimentos para crianças e adolescentes que estavam passando por processos de internações. Em decorrência disso, a autora pondera que estes embates “culminaram na inclusão dos direitos das crianças na Constituição Federal de 1988 através do artigo 227, marcando um compromisso que o Brasil assumia com a perspectiva da criança como sujeito de direitos” (2011, p.18).

Em virtude de embates sociais, na década de 1980, foi realizada a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei nº 8.069, de julho de 1990. A Lei antecedente ao ECA foi a do Código de Menores de 1979, que atuava até então.

Desde sua promulgação em 1990, a referida Lei passou por alterações que amplificaram a metodologia asseguradora dos direitos das crianças e adolescentes, como a inclusão da Lei nº 13.257, de 2016, a qual menciona, no Art. 3º, que “a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.”⁶

O acolhimento institucional enquanto assegurador de direitos através de normas legais, tem como objetivo proteger a integridade da criança e do adolescente, bem como fortalecer as relações de convivência familiar e comunitária. De acordo com as Orientações Técnicas de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), o acolhimento institucional está distribuído em quatro modalidades, sendo: Abrigo Institucional; Casa Lar; Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora e em República, as quais devem compreender suas características e especificidades.

Sobre o aprimoramento ocorrido em decorrência do ECA, sobretudo no que concerne às políticas de acolhimento institucional, Oliveira salienta:

6. Fonte acessada em 29 de junho de 2019, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>

Essa mudança legal concretizada com o ECA visava produzir novos olhares sobre a infância e a adolescência, baseados na concepção de que são sujeitos de direitos, e que, portanto, o Estado deveria se responsabilizar por proporcionar para os mesmos, educação escolar, alimentação, lazer, entre outros (2011, p. 19).

A autora ressalta, ainda, que as modificações feitas neste âmbito são significativas, na forma legal, no entanto, o reflexo dessas ações na prática cotidiana dá-se de forma lenta, sobretudo em decorrência da visão “menorista” que alguns profissionais têm. Seguindo estas premissas, Rizzini&Rizzini ponderam, na mesma perspectiva, que a forma desarticulada como os profissionais e instituições interagem com as crianças e adolescentes contribui para a sequência de rupturas que se verifica nas trajetórias de suas vidas, uma vez que estas crianças e adolescentes raramente têm um protagonismo no processo de institucionalização pelo qual passam, e assim, “o sistema funciona de maneira tal que, nos programas de atendimento à criança e ao adolescente, a última voz que parece importar é, de fato, a deles. (2004, p. 54).

As Aldeias SOS e sua relação com o acolhimento institucional público

A Children's Villages SOS é uma Organização Não Governamental de caráter global que surgiu em 1949, cujo contexto refletia os fatores resultantes da 2ª Guerra Mundial e é responsável pelo desenvolvimento do projeto homônimo Aldeias Infantis SOS⁷. As aldeias surgiram através de ações humanitárias, sendo fundadas pelo educador Hermann Gmeiner, na Áustria. Hermann dedicou-se a unir crianças órfãs com um grupo de mulheres viúvas ou que tivessem qualquer vínculo familiar corrompido em detrimento da guerra. Neste período, essas ações ocorriam de forma voluntária.

O campo de atuação das aldeias foi amplificado e atualmente estende-se a 135 países. No Brasil, o modelo de funcionamento das Aldeias Infantis foi adotado por meio da criação das Aldeias Infantis SOS, em 1967, e hoje está presente em mais de 180 projetos, situados em 27 localidades. Em 2018, o Estatuto Aldeias foi atualizado e norteia o modo de funcionamento dessa metodologia no Brasil, na atualidade. O estatuto então evidencia que o modelo das aldeias evoluiu para variados programas e panoramas, que possuem como objetivo único: assegurar crianças e adolescentes em “situação social desfavorecida um desenvolvimento integral dentro de um âmbito familiar de proteção” (p. 2). Ainda o mesmo indica que o conceito de Aldeias Infantis que deve agir de forma gradativa:

7. Fonte acessada em 30 de junho de 2019, disponível em: <<https://www.aldeiasinfantis.org.br/>>.

O conceito da Aldeias Infantis SOS se baseia em quatro princípios: A mãe social (cuidadora profissional) (cada criança tem um pai ou mãe que lhe cuida), os irmãos (os laços familiares se desenvolvem naturalmente), a casa (cada família cria seu próprio lar) e a Aldeia (acho melhor acolhimento na modalidade casa lar) (a família SOS faz parte da comunidade) Nossa visão é que: Cada criança, adolescente e jovem pertence a uma família e cresce com amor, respeito e segurança (2018, p. 2).

Reafirmando, Oliveira considera que as aldeias seguem quatro aspectos básicos na construção do espaço familiar, sendo: “a mãe, os irmãos, a Casa-Lar e a aldeia. O primeiro deles se refere ao fato de serem contratadas mulheres que sejam sós, viúvas ou solteiras para exercerem a função dos cuidados nesses espaços” (2011, p. 46). O segundo aspecto se trata da relação consanguínea entre irmãos, ou seja, procura-se manter esse tipo de vínculo para que se configure, de fato, uma convivência familiar, e, portanto, um sistema que fortaleça os laços a fim de fortalecer os vínculos protetivos. O terceiro elemento está atribuído à Casa-Lar, espaço cujo objetivo central é transmitir uma semelhança à espaços de convivência familiar, “espaço este que ajuda a definir e delimitar os lugares ocupados pelas crianças” (*idem*, p. 47). O quarto aspecto baseia-se em uma das finalidades da Aldeias, a de transmitir às crianças sentimento de segurança, de modo que facilite as relações recíprocas com crianças de outras casas.

As Aldeias Infantis SOS, por sua vez, são uma Associação Nacional que tem como prioridade promover a assistência social focada na “garantia, defesa de direitos da criança e do adolescente e jovem e no atendimento e assessoramento às famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social” (2018, p. 4). Assim, a partir da experiência e sucesso da Associação, a metodologia foi adotada por governos locais, envolvendo um financiamento tripartite – privado, âmbito federal e estadual.

O acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju

Em Aracaju, o acolhimento institucional na modalidade Casa Lar, foi instituído em Aracaju-SE, ao final de 2014, de acordo com documento interno da Secretaria de Assistência Social⁸. A efetivação de criação da Casa Lar, contou com convênio entre a esfera pública - Prefeitura Municipal de Aracaju – e a Organização Não Governamental -Aldeias SOS Brasil. Posteriormente, em 2016, os serviços de acolhimento institucional em Aracaju passaram a ser oferecidos exclusivamente pela Prefeitura.

Assim, convivem no modelo atual do acolhimento institucional, em Aracaju, dois modelos de acolhimento: os abrigos infantis e as Casas Lares. A prefeitura local administra na atualidade, com maior representatividade, os abrigos

8. Documento produzido por Carolina Sousa, Joelma Anjos et al, em 2016, que nos foi disponibilizado para pesquisa.

Caçula Barreto e Sorriso, onde atuam seguindo a política de portas abertas⁹. Pode-se afirmar que estes abrigos são os que possuem maior fluxo, ou seja, existe uma maior mobilidade entre os residentes do abrigo, já que os mesmos possuem ainda alguma chance de reinserção familiar ou ainda necessitarão, de acordo com a decisão judicial, de mobilização para outros centros.

Concomitantemente, em Aracaju, funcionam quatro casas lares situadas em espaços sistematicamente estabelecidos pelo governo local, cuja localização exata é sigilosa para prevenir perturbações no funcionamento, uma vez que as crianças e adolescentes ali residentes estão sob a tutela do Estado e podem ter vivenciado situações de violência e testemunho mais complexas. De acordo com a equipe técnica que administra as casas lares, cada uma tem capacidade para nove crianças e/ou adolescentes, assistidos por uma cuidadora que reside na casa, denominada ‘mãe social’ e uma cuidadora substituta, que é chamada de ‘tia’. Além disso, contam ainda com cuidadoras ‘volantes’ designadas como suporte ou apoio, cuja função é auxiliar em possíveis necessidades. A expectativa que se têm dessa estrutura é que essas mulheres possam adentrar nestes espaços correspondendo ao lugar de afetivo de vinculação para com os residentes, servindo como referência ética, moral e afetiva.

A variante de acolhimento institucional a qual tratamos – Casa-Lar -, compreende uma ressignificação quanto ao modelo familiar adotado no acolhimento institucional de crianças e adolescentes, e tem a função específica da mãe social assegurada pela lei 7.644, de 1987. De acordo com esta última, a função das mães sociais é, de acordo com o Art. 4º: “ I - propiciar o surgimento de condições próprias de uma família, orientando e assistindo os menores colocados sob seus cuidados; II - administrar o lar, realizando e organizando as tarefas a ele pertinentes; III - dedicar-se, com exclusividade, aos menores e à Casa-Lar que lhes forem confiados.”¹⁰

Para além da equipe de coordenação das casas-lares, existe também a equipe técnica que é composta por psicólogos e assistentes sociais. Posteriormente, foi inserida também na estruturação da equipe, a função do pedagogo, cuja reivindicação foi pelas equipes específicas do município de Aracaju. Inicialmente, na estruturação atual, as crianças e/ou adolescentes são acolhidos nos abrigos Sorriso ou Caçula Barreto, através de análises de perfis feitas pelo Conselho Tutelar. Mediante os perfis ponderados, determina-se a modalidade que melhor se encaixa dentro do contexto de cada criança ou adolescente, podendo estes migrarem para as Casas Lares, de acordo com o grau de possibilidade de reinserção familiar.

9. A política de portas abertas trata-se de uma espécie de triagem para direcionar qual modalidade de acolhimento institucional o público-alvo ocupará. Essa decisão é tomada no âmbito judicial, através de processo iniciado pelo conselho tutelar a partir de relatório informativo. A modalidade de abrigo possui caráter excepcional e provisório.

10. Fonte acessada em 06 de julho de 2019, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7644.htm>.

Mãe social e a terceirização da maternagem

Historicamente o termo mãe social está interligado ao surgimento da Aldeias SOS, surgindo, portanto, a partir de 1967, quando a primeira Aldeias SOS Brasil foi implantada em Porto Alegre (RS). De forma institucional, mãe social é uma profissão que foi regulamentada pela Lei nº 7.644, já mencionada, onde é ressaltado que “As instituições sem finalidade lucrativa, ou de utilidade pública de assistência ao menor abandonado, e que funcionem pelo sistema de casas-lares, utilizarão Mães sociais visando a propiciar ao menor as condições familiares ideais ao seu desenvolvimento e reintegração social.” (Artigo 1º).

Apesar de não ser uma variante recente, ainda existem limitações com relação às abordagens quanto à função específica das Mães sociais. No entanto, discutiremos o termo a partir de alguns autores com a intenção de apresentar a diversificada compreensão do mesmo.

Em sua dissertação, Nádia Rodrigues Figueiredo discute as várias possibilidades no que diz respeito à forma como as cuidadoras e mães sociais se relacionam com as crianças e adolescentes residentes nos espaços em que estas atuam. A autora justifica essa diversidade baseada nas motivações específicas de cada uma dessas profissionais, levando em consideração o posicionamento que se toma ao escolher adentrar este campo do acolhimento/cuidado. A autora pontua ainda que “a maneira como cada mãe social exercerá sua função implica uma posição sua em relação à própria privação, como poderá se haver com a falta, seu endereçamento ao Outro e sua posição quanto ao desejo e ao gozo” (p. 92).

Nesse sentido, Elizabet Dias de Sá posiciona sua perspectiva a partir da expectativa com relação à função profissional dessas mulheres, entendendo a mãe social como uma pessoa que “diferencia-se da mãe biológica ou adotiva por exercer uma atividade remunerada, a partir de parâmetros preestabelecidos, com sentido de tutela e assistência social” (1998, p.1).

Ao analisar o termo mãe social, Dirce França faz uma avaliação a partir das nomenclaturas em si, pois remete aos âmbitos privado (mãe) e coletivo (social), gerando uma imposição quanto a relação ambígua de mãe e profissional. Ao problematizar essa dualidade França questiona:

se a pessoa que cuida considera-se e coloca-se no lugar de mãe, como será possível que ela ajude a criança a se adaptar em sua nova família e, em última instância, como ela poderá permitir a sua partida, sem que isso se torne um episódio traumático para ambas? (2005, p. 3-4).

Liana Costa e Paula Nogueira explanam a importância da mãe social para além do campo afetivo, como é discutido por outros autores. Para estas autoras, são estas profissionais que “absorvem e estão em contato direto com as reações, comportamentos, demonstrações e angústias, ansiedade, alegria e dificuldades das crianças” (2005, p. 38-39).

Diante disso, percebe-se que existem várias visões a serem consideradas sobre este termo que é atribuído para designar a terceirização da maternagem, entendendo “a terceirização dos cuidados infantis como um termo que tem sido utilizado para designar o fenômeno da transferência dos cuidados da criança para terceiros. Os “terceiros” podem ser, por exemplo, babás, vizinhos, parentes e instituições” (WAGNER; VIEIRA; MACIEL, 2017, p. 78). A partir das considerações da relação tempo-espço, pode-se aferir que este é um movimento inserido na humanidade desde muito cedo, no sentido de que os filhos são terceirizados desde sempre. O que muda, levando em consideração, sobretudo o contexto histórico, são as formas de terceirização e as justificativas que a sustentam, especialmente no campo institucional e público, como foram explicitadas até aqui.

O contato direto com cuidadoras das Casas Lares, em Aracaju

Tratando-se da complexidade da pesquisa, tendo em vista que é necessário neste quadro discursivo, lidar com a subjetividade como sendo um dos pontos centralizadores do próprio entendimento da atuação profissional dessas mulheres, optamos por entrevistar diretamente essas profissionais, com recorte específico em sua atuação nas Casas-Lares da atualidade, em Aracaju-SE. Além das mães sociais, foi nos recomendado também averiguar a atuação de outras profissionais, uma vez que atuam diretamente de forma compactuada, sendo elas: as tias sociais – que substituem as mães quando estas precisam se ausentar seja por causa de saúde, seja por conta de sua agenda regular de folgas, já que atuam em sistema de plantão; e as pessoas designadas como apoio, que justamente dão suporte às mães e tias, mas que não residem na Casa-Lar. Inicialmente essa interlocução se deu de forma individual e, posteriormente, grupal devido ao tempo restrito que estas mulheres têm com relação à carga horária do trabalho.

Como preâmbulo para o desenvolvimento das entrevistas, mantivemos contato e reuniões com os setores de coordenação e administração das Casas-Lares, em Aracaju-SE, especialmente com a equipe técnica formada por pedagogas, psicólogas e assistentes sociais, tanto para entender como estabeleceríamos a dinâmica para desenvolvimento das entrevistas quanto para

compreender os aspectos legais da institucionalização que rege as Casas-Lares e a profissão da mãe social.

As entrevistas em si foram realizadas de forma gradual, a partir de um roteiro semiestruturado¹¹ contendo desde perguntas objetivas quanto ao perfil demográfico das profissionais, quanto questões subjetivas sobre motivações, o trabalho institucional em si, rotina e experiências específicas ao longo do exercício, vida privada, especulações e perspectivas futuras. No entanto, vale ressaltar que as entrevistas seguiram um modo dialógico de ocorrência, com o propósito de que houvesse maior autonomia para imposições e inquietações advindas das próprias entrevistadas.

As entrevistas foram realizadas com sete profissionais, e aqui destacamos que nos referimos a profissionais utilizando o termo em feminino uma vez que todas as atuantes na atualidade são mulheres, sendo elas quatro mães sociais, duas tias e uma apoio. De acordo com a coordenação das casas lares, as tias sociais cumprem a mesma carga horária da mãe social e, além disso, todas as mães sociais passaram também pela função de tia social. Em termos de carga horária, ambas residem nas casas lares durante 5 dias e folgam 3 dias, caracterizando o regime de plantão. Já as referenciadas como apoio, cumprem uma carga horária divergente, ficando nas casas das 07:00 às 17:00, durante os dias de semana, já que a intensidade de programação e rotina é mais exigente, incluindo trânsito escolar, atividades esportivas, visitas médicas, compras, etc.

Inicialmente, percebemos como a maioria das entrevistadas relaciona o campo funcional e a predominância deste na esfera privada, uma vez que trabalham com regimes de plantão o que gera uma intensidade e imersão na sua forma de atuar. Assim, a vida privada e a casa dessas profissionais passa a ser liderada por outras pessoas. De forma mais objetiva, estabelecemos um quadro na intenção de apresentar um panorama geral sobre as entrevistadas.

11. A título de exemplo, seguem algumas perguntas norteadoras: Tem ou teve filhos? Se sim, qual a faixa etária?; há quanto tempo exerce esta profissão?; há quanto tempo trabalha nesta instituição?; tem experiência em outras instituições com o mesmo perfil?; por que se interessou por esta profissão?; como é seu dia a dia neste espaço?; quais os principais desafios?; existe alguma experiência ou memória que te marcou enquanto cuidadora/mãe social?; qual a relação das crianças/adolescentes com os cuidadores?; se você pudesse alterar algo no cotidiano do trabalho, o que mudaria?; tem algum momento específico durante a rotina do dia a dia, que para você representa o ato do cuidar em si?; como é lidar com vínculos afetivos consequentemente criados e passar por um processo de separação no caso de adoção?

Função	Idade	Estado civil	Filho(s)	Reside com os filhos biológicos
Mãe 1	45	Divorciada	1 filho	Não
Mãe 2	43	Solteira	Não tem	-----
Mãe 3	43	Casada	1 filha	Não
Mãe 4	39	Compartilha moradia com parceiro	1 filho	Sim
Tia 1	42	Compartilha moradia com parceiro	2 filhos	Sim
Tia 2	25	Solteira	Não tem	-----
Apoio 1	33	Solteira	1 filha	Sim

Quadro 1 – Resumo demográfico das entrevistas

Considerando os dados acima, observa-se que a faixa etária em média das cuidadoras circunscreve a faixa dos 40 anos, mas possui exceção marcante, uma vez que há também mulheres na faixa dos 20 anos. Quanto a esse aspecto vale mencionar também que inicialmente a função de mãe social requeria que a candidata já fosse mãe biológica, o que conduzia a um perfil demográfico mais avançado. Além da observação da faixa etária, tornou-se imprescindível entender qual a estrutura familiar em torno das mesmas, para além do ambiente de trabalho, sobretudo para compreender as relações com a sua própria família e como terceirizações decorrentes foram implantadas. Importante ressaltar que as cuidadoras que são mães biológicas, mencionaram a independência dos filhos (as), uma vez que são maiores de 18 anos, com exceção da cuidadora-apoio que têm uma filha de 15 anos e a cuidadora tia que têm um filho de 12 anos, sendo ambos cuidados pela avó materna, em intercalação com o padasto, no último caso.

Na entrevista, ao serem questionadas sobre a relação dos filhos, de como estes lidam com o fato destas cuidarem de outras crianças e adolescentes, destacamos algumas ponderações:

Eu saio de casa, tendo passado 3 dias de folga, aí ele [filho] já diz ‘mainha, a senhora vem quando?’ eu falo ‘oh meu filho, eu estou saindo agora, já tá perguntando quando eu venho?’, eu sinto que ele sente falta, mas eu explico que tenho que trabalhar, pra dar as coisinhas a ele (TIA 1).

No começo ela sentia falta, era apegada a mim demais. Aí, depois, tudo normal. Porque eu volto todo dia pra casa. Às vezes chego lá e ela já tá dormindo. Aí ela fala de manhã: ‘mainha, não vi a senhora!’. Aí eu falo: ‘mas te dei um beijo e você não viu’ (APOIO 1).

Um dos questionamentos que guiaram a tentativa de reconhecimento dessas mulheres, que disponibilizam tempo integral para o cuidado destas crianças e adolescentes, foi indagação de o porquê adentrarem um espaço de trabalho, cujo requisito principal é ter disponibilidade, não só de tempo, mas também disponibilidade afetiva e ética para transmitir valores e posturas tal qual requeridas na educação diária. Tal questionamento buscou assimilar a relação destas mulheres com suas vivências prévias, ou seja, identificar se tal opção de trabalho foi almejada no sentido de ocupar algum tipo de “lacuna”, como por exemplo no caso de viúvas que inicialmente ocuparam essa função associando-a ao fato de terem perdido parceiros e, às vezes, filhos. Das sete entrevistadas, exclusivamente uma das mães sociais, mãe há 3 anos, explanou:

Então, como eu sou adotiva, uma parte disso também faz parte da minha história, entendeu? Não que eu já tivesse vivido em abrigo, não. Fui adotada pela minha avó

e por meus pais [adotivos], e minha avó sempre falava que se um dia ela pudesse ter uma instituição, ela queria ter uma creche. Então eu sempre me identifiquei, só que eu me aperfeiçoei mais: entrei no Sorriso¹² e fui me identificando com cada carinho, cada jeitinho, cada birra. E, assim, a gente começa também a se ver mais como humano (MÃE 4).

As demais relataram que perceberam os entrelaces na esfera do cuidado e mas que escolheram desempenhar a função especialmente por enxergarem uma possibilidade profissional, com boa remuneração. Com relação à experiência prévia, em ambientes de acolhimento, duas das mães sociais haviam trabalhado em abrigos, também em Aracaju, exercendo o cuidado apenas de forma indireta, visto que uma trabalhava no abrigo como cozinheira e a outra trabalhava na portaria. Ressaltando que ambas trabalharam em diferentes abrigos, alegaram ainda que encontraram com algumas crianças daqueles, agora residindo nas casas lares e que as relações foram reconstruídas no dia a dia de compartilhamento neste ambiente.

A vinculação afetiva entre cuidadoras e crianças e adolescentes

Consoante Figueiredo (2006), à luz dos escritos de Lacan, quando uma mulher se auto denomina como mãe, significa que em seu ímpeto menos 'racional', a criança é designada como filho, independentemente dos laços consanguíneos. A maioria das entrevistadas refletiram através de suas falas o sentimento de pertença enquanto mãe para com as crianças/adolescentes:

É como se eles fossem meus filhos. É minha casa, entendeu? E a equipe técnica são as tias pra dar um apoio, porque às vezes, até sendo mãe, quando fica insustentável a situação, nós chamamos uma irmã, né? Ajuda. Então [e como se eu não vejo como meu emprego, como meu trabalho, minha fonte de renda, eu vejo como meu lar (MÃE 3).

- O que você identifica de diferença na relação como mãe do seu filho de 18 anos e dessas crianças? (*entrevistadora*).

- Nenhuma! Eu trato tudo igual. Trato melhor eles do que meu filho, porque eles são muito menores do que meu filho, então eu tento passar pra eles aquilo que a gente constrói. (MÃE 4).

Eu sempre digo às meninas (*se refere à equipe*): 'não são diferentes os meninos do acolhimento pros nossos filhos. A única diferença é o seguinte: os filhos da gente têm uma base familiar, e eles, perderam'. (MÃE 1).

12. Abrigo Institucional também localizado em Aracaju-SE.

O que fica perceptível, diante desses posicionamentos, é que independente da função que as cuidadoras exercem, as relações afetivas são constituídas de forma transversal, seja mãe, tia ou apoio. As relações afetivas se estendem perpassando sobretudo o campo funcional. Com isso, adentramos um aspecto que consideramos relevante para o estabelecimento desse vínculo afetivo que é o tempo de contato entre essas profissionais e as crianças e adolescentes residentes. Considerando que o tempo de permanência destes residentes, no caso das Casas-Lares, é considerado não-temporário, torna-se importante entender qual a durabilidade e especialmente a qualidade desse contato com as profissionais.

No caso da Mãe 3, por exemplo, a mesma exerce essa função há 3 (três) anos, mas antes disso já havia exercido a função de tia social, no mesmo âmbito da Casa-Lar. Do ponto de vista quantitativo, por exemplo, encontramos a seguinte configuração de dados: a Mãe 1 exerce a referida função há 2 anos e 8 meses; Mãe 2 é cuidadora-mãe há 9 meses e a Mãe 4 há 2 anos. Já a Tia 1 ocupa a função de tia nas casas-lares há 10 meses, enquanto a Tia 2 está atuando há 1 ano e 4 meses. Por fim, temos a cuidadora-apoio 1 há 7 meses na referida função. Apesar desse quantitativo, em uma das entrevistas coletivas realizadas, em que estavam presentes Mãe1, Tia 1 e Apoio 1, pudemos perceber pela dinâmica de conversas que apesar da ordem hierárquica em termos de função e mesmo a despeito da quantidade de tempo na função, a cuidadora-apoio demonstrava-se mais apta a proferir relatos específicos da experiência com os residentes do que a Tia1, que por sua vez manifestou claramente que, quanto à vinculação sujeito-sujeito, a apoio possuía mais proximidade para com as crianças e adolescentes.

Por outro lado, observa-se que também há resistência por parte das cuidadoras para com relação ao estabelecimento de vínculo mais aprofundado. Ainda que este se dê de forma natural, mediante trocas diárias e recíprocas, essa vinculação pode ser racionalizada e conduzida justamente como forma de autoproteção subjetiva, uma vez que há a eminência de uma separação, já que alguns, ou completam 18 anos ou podem ser adotados no decorrer.

Desse modo, destacamos o depoimento de uma das mães, que relatou: “me denomino como cuidadora, não é nem como mãe. Eu digo que sou cuidadora. Não uso mãe, não. Mas não tenho do que reclamar. (...) As crianças me chamam de tia e eu disse que prefiro assim também.” (MÃE 2). Diante deste posicionamento, quando foi questionada se havia alguma memória marcante durante o tempo vigente como cuidadora/mãe, especificamente há quase dez meses, a mesma relatou, referindo-se à uma adoção: “Eu nunca tinha passado por isso, mas aconteceu com dois irmãos que foram adotados. Eram o xodó da casa, eram os dois menores, pra onde um ia o outro ia. Acho que afetou mais a casa com eles saindo do que com os maiores. Eles dois foi fatal, foi o que ficou marcado na casa foi eles dois.”

Ainda no sentido de entrelaçar as relações atuais das cuidadoras com vivências já experienciadas, neste caso, nas referidas instituições, as mesmas foram interpeladas sobre memórias ou lembranças existentes, especificamente se havia alguma marcante no tocante à ‘contra-força’, substanciando a relação memória-esquecimento (GALVÃO. 2014). As respostas seguiram em sua maioria um padrão de recordação envolvendo casos de adoção ou outro tipo de desligamento por parte da criança: “Ah, aí entra na parte complicada, porque eu sou meio babona. Sou muito mãezona de coração, então eu tento não levar a adoção como a saída deles. Eu ‘levo’ como se estivessem saindo pra um casamento” (MÃE 3).

As interlocuções durante o processo de entrevistas, seguindo um modelo livre de diálogo, serviram para que as cuidadoras falassem abertamente sobre como as experiências do cotidiano, independentemente do tempo-espço de inserção nas instituições, e como essas acabaram por construir memórias particulares:

Até hoje não esqueço desses meninos. Eu levei eles pra casa da minha mãe no ano novo (...) Corriam o quintal da minha mãe todinho, até hoje minha mãe diz “e os meninos, aqueles danadinhos?” “Foram adotados, mãe”. Mas eu sinto muito a falta deles, não tem um único dia que eu não lembre deles (MÃE 4).

Para além da análise da relação memória-esquecimento, relatos como este explicitam o vínculo afetivo que é criado a partir das relações construídas cotidianamente. De acordo com as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento Institucional (2009), em função da importância da postura dos educadores/cuidadores, bem como famílias acolhedoras, deve-se ficar claro que a missão principal é vincular-se afetivamente às crianças e adolescentes, contribuindo para a construção de um ambiente familiar. É frisado também que, tanto nos casos de reinserção na família de origem, quanto os encaminhamentos para família substituta, devem ser promovidos processos de desligamento graduativos. Para além da criança e do adolescente, devem ser preparados também os cuidadores. Orienta-se que, aqueles que mantêm vínculo afetivo mais significativo com o que está sendo receptor do cuidado, passem por um processo de preparo, viabilizando espaços com acompanhamento contínuo, onde possam expressar sobretudo, desafetos em decorrência da separação.

No entanto, esse suporte e acompanhamento técnico-psicológico a essas profissionais ainda não alcança a necessidade ideal. Considerando que o modo de regimento das Casas-Lares, em Aracaju, segue a política geral das Aldeias SOS, há quesitos nessa transferência de metodologia para o sistema público municipal que enfrenta barreiras e demanda por adaptações. Durante a interlocução com as entrevistadas, foi explicitado que essa assistência quanto ao suporte técnico-psicológico, prevalecia antes da transição da ONG para o poder público.

eu acho que é porque passou da ONG para o poder do governo e foi ficando pra segundo plano. A gente sabe que o assistencialismo vai ficando pro segundo plano... Eu sempre digo a eles, a gente cuida deles e quem cuida da gente, do cuidador? A gente abre a boca mesmo com a equipe técnica, desabafando, mesmo que elas, saindo da conversa tenham que ir pra terapia delas (risos), mas eu faço isso(...) o olhar tá todo no acolhido (MÃE 1).

Com base nessa e outras inquietações, que explanaram a insuficiência do olhar assegurador do cuidado para com as cuidadoras, com a problematização desse e outros aspectos, torna-se necessário mudar esta realidade de contradições, onde o ato de cuidar do outro sobrepõe-se à relação do cuidar do si.

A partir do exposto ao longo deste artigo, consideramos que a efetivação do cuidado por parte destas profissionais perpassa a funcionalidade que lhes é imposta e que está imersa no cotidiano. Dessa forma, nota-se que estas cuidadoras desempenham um trabalho extremamente importante no âmbito do cuidado institucionalizado. Para além desse olhar formalizado, diante dos relatos que aqui forma explanados, fica perceptível que os laços afetivos são construídos de forma espontânea, ainda que exista alguma resistência por parte das cuidadoras e/ou crianças e adolescentes. Ainda, fica evidenciado que estas expressões podem aparecer de variadas formas no decorrer da rotina seguida nas casas-lares.

Ainda, chamou-nos a atenção que apesar de denominações e diferenciações com relação à terminologia funcional (mães, tias, apoio), as intensidades e relacionamento afetivo não correspondem exatamente à função hierárquica que estes termos operam, mas estão mais relacionadas a fatores subjetivos dentro da lógica de relacionamento um a um. Percebemos assim que há vinculações que se estabelecem mais fortemente entre uma cuidadora e uma criança/adolescente especificamente, sem esta relação estar mediada meramente pelo tempo de contato ou pela função institucional.

No decorrer das interlocuções, foi perceptível também que a efetivação do cuidado que é requerido a elas, necessita também de uma assistência paralela, não somente no que se refere às trocas afetivas com crianças e adolescentes, mas também no que diz respeito à própria representação institucional e a representatividade enquanto profissionais. Essa demanda, também pautada pelo desconhecimento e dificuldade envolvida na visibilização da função podem ser traduzidos em depoimentos como: “a gente é só uma imagem” (MÃE 3) ou, ainda, “apoie as cuidadoras. Apoie porque nós somos profissionais de verdade. Pode dar valor porque o serviço é bom.” (MÃE 2).

Dessa forma, torna-se necessário refletir sobre o modo como as cuidadoras, mães sociais, tias sociais e apoios, são levadas em consideração, a fim de que a perspectiva de Leonardo Boff (1999), sobre a dimensão do cuidado ser e estar constituída no ser humano, e portanto sem cuidado deixamos de ter esta essência humanizada, sobreponha o campo teórico. Por fim, entendemos que a terceirização do cuidado torna-se uma demanda necessária para a infraestrutura social, uma vez que o trabalho desenvolvido por estas profissionais é de relevância direta para o estabelecimento de referências éticas, morais e afetivas.

Referências

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1999. Disponível em: <http://www.profdoni.pro.br/home/images/sampled/2015/livros/sabercuidar.pdf>. Acesso em: 17 jul. de 2019.

BRASIL. **Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento Institucional**. Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONANDA) e Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS). Brasília, junho de 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf. Acesso em: 03 jul. de 2019.

_____. Lei nº 6.697, de 10 de Outubro de 1979. **Dispõe sobre o Código de Menores**. Brasília, Outubro de 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm. Acesso em: 03 jul. de 2019.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, Julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 03 jul. de 2019.

_____. Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987. **Dispõe sobre a Regulamentação da Atividade de Mãe social e dá Outras Providências**. Brasília, Dezembro de 1987. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7644.htm. Acesso em: 23 jun. de 2019.

COUTO, Inalda; MELO, Valéria. **Reconstruindo a história do atendimento à infância no Brasil**. In: BAZÍLIO, Luiz Cavaliere; EARP, Maria de Lourdes Sá; NORONHA, Patricia Anido. *Infância tutelada e educação: história, política e legislação*. Rio de Janeiro: Ravil, 1998. p. 20-38.

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL **Estatuto**. 12 de julho de 2018.

FIGUEIREDO, Nádia. **“Mãe social”**: um estudo psicanalítico sobre a opção profissional de ser mãe. Dissertação Mestrado em Psicologia – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp008041.pdf>. Acesso em: 07 jul. de 2019.

FRANÇA, Dirce B. **Mãe social**: o mito de reprodução do amor materno nas instituições de abrigo. Cuidados no início da vida: clínica, instituição, pesquisa e metapsicologia-Lou Muniz Atem (org) – São Paulo, Casa do Psicólogo, 2008. p. 1-8. Disponível em: <http://reconstruindovinculos.org.br/wp-content/uploads/2011/05/maes-sociais-o-mito-da-reprodu%C3%A7ao-do-amor-materno.pdf>. Acesso em: 29 jul. de 2019.

GALVÃO, Abílio Bruno. **A ética em Michel Foucault: do cuidado de si à estética da existência.** Intuitio. Porto Alegre: Revista do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFRGS. Vol. 7, n. 1 (2014), p. 157-168. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuitio/article/view/17068>. Acesso em: 03 jul. de 2019.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada.** São Paulo: Editora Hucitec, 1998. p. 332.

MELIM, Juliana I. **Trajetória da proteção social brasileira à infância e à adolescência nos marcos das relações capitalistas.** Serv. Soc.& Saúde. Campinas- SP. v. 11, n. 2 (14) p. 167-184, jul./ dez. 2012.

NOGUEIRA, Paula; COSTA, Liana. Mãe social: profissão? Função materna? Estilos clin. São Paulo. vol.10 n.19, dez. 2005. p. 162-181. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282005000200010. Acesso em: 24 jun. de 2019.

OLIVEIRA, Daniela. **Maternidade, missão e renúncia: um estudo sobre Mães sociais.** Dissertação (mestrado) – Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.bdttd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6664. Acesso em: 24 jun. de 2019.

OLIVEIRA, Daniela; UZIEL, Anna Paula. Mãe social: **a construção de um paradigma de cuidado materno nos espaços de acolhimento institucional.** DESIDADES: Revista Electrónica de Divulgación Científica de la Infancia y la Juventud, v. 4, n. 12, p. 17-28, 2016. Disponível em: http://desidades.ufrj.br/featured_topic/mae-social-a-construcao-de-um-paradigma-de-cuidado-materno-nos-espacos-de-acolhimento-institucional/4/. Acesso em: 24 jun. de 2019.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente.** São Paulo: Editora PUC-RJ, 2004. p. 96.

SÁ, Elizabet D. **Limites e possibilidades da Mãe-social nas casas-lares.** Belo Horizonte, 29 de outubro de 1998. Disponível em: <https://www.lerparaver.com/lpv/limites-possibilidades-mae-social-casas-lares>. Acesso em: 03 jul. de 2019.

SILVA, Chris Giselle. Código Mello Mattos: **um olhar sobre a assistência e a proteção aos “menores”.** Revista em debate – fascículo n. 8, PUC-Rio de Janeiro, 2009. p. 14. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.pucRio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=14406@1&meta=1>. Acesso em: 17 jul. de 2019.

SOUZA, Carolina; ANJOS, Joelma; DAMACENA, Adriane; LEOPOLDO, Denise. **O papel das cuidadoras de crianças e adolescentes e as nuances do acolhimento institucional.** Aracaju, 2016.

WAGNER, Luciane; VIEIRA, Grazielli; MACIEL, Vera. **A terceirização dos cuidados infantis: um fenômeno histórico.** Revista de Educação do COGEIME – Ano 26 – n. 51. 2017.

Entre o luto, a maternagem, o xale e a cura

Lourdisnete Silva Benevides
Teatro - PPGCult/UFS

RESUMO

O texto reflete a relação entre o eu lírico da autora, a sua relação com as pessoas do seu entorno e com as coisas do mundo. Para além desse cruzamento de imagens, memórias e sentidos revela-se um processo de luto, cuidado e maternagem acolhidos sob a potência criativa que a arte oferece nos procedimentos artísticos de fruição, nesse caso, por conta das pesquisas “Entre Bordados, Cadernos e Orações: a educação de meninas e as práticas educativas no orfanato de São Cristovão e na Escola Imaculada Conceição – (1922 -1969)”, de Josineide Siqueira de Santana, e “Leituras do Sensível: escritos femininos e sensibilidades médicas do Segundo Império (2010)”, do paraibano Iranilson Buriti de Oliveira.

PALAVRAS-CHAVE: Luto. Maternagem. Cuidado. Arte.

ABSTRACT

The text reflects the relation between the I lyricist of the author, her relation with people around and with things of the world. Beyond images, memories and meanings, a grieving process, care and mothering was revel, welcomed under the creativity potency that art offers in artistic enjoyment procedures, in this case, because of research’s “Between Embroidery, Notebooks and Prayers: Girls’ Education and Educational Practices at St. Christopher’s Orphanage and the Immaculate Conception School - (1922 -1969)” from Josineide Siqueira Santana, and “Readings of the Sensitive: Feminine Writings and Medical Sensibilities of the Second Empire (2010)”, from Iranilson Buriti de Oliveira, a author born on the state of Paraiba.

KEYWORDS: Grieve. Mothering. Care. Art.

Recebido em 26/07/19. Aprovado em 21/08/19.

Entre o luto, a maternagem, o xale e a cura

Lourdisnete Silva Benevides¹

Teatro - PPGCult/UFS

1. Professora do Programa de Pós-Graduação em Culturas Populares (PPGCult/UFS). Professora aposentada do Departamento de Teatro/UFS. Pesquisadora filiada ao Grupo de Estudos e Pesquisa: Arte, Diversidade e Contemporaneidade (ARDICO/UFS).

2. O mestrado "A Louvação das Prostitutas de Riachão do Jacuípe ao Glorioso São Roque" foi realizado no Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas – PPGAC/UFBA e gerou a obra "BENEVIDES, Nete. A Louvação das Prostitutas de Riachão do Jacuípe ao Glorioso São Roque. Salvador: EGBA, 2006".

3. O doutorado "Abram-se as cortinas: a formação teatral em Sergipe – de 1960-2000", foi realizado no Núcleo de Pós-graduação em Educação/NPGED/UFS e gerou a obra "A cidade em mim". Aracaju: EDISE, 2017.

4. Profa. Dra. Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas/PPGED/DED/UFS.

5. Profa. Dra. Maria José Dantas/DED/UFS.

6. Posteriormente a dissertação foi publicada: SANTANA, 2016.

Foi numa segunda-feira. Dia consagrado aos santos católicos, São Roque e São Lázaro, e aos orixás Exu, Omolu e Obaluaê, autoridades espirituais que regem os domínios da saúde - a quem eu dedico um profundo respeito e uma estima particular, inclusive tendo realizado um mestrado², na UFBA, sobre essas referências religiosas. Era meu primeiro dia de aula no doutoramento³, no NPGED/UFS, em Aracaju e, eu, ainda estrangeira e recém exilada na cidade, ainda não conhecia nenhuma daquelas pessoas ali presentes, além da Profa. Anamaria Bueno⁴, que nos indagou sobre qual texto, entre vários sugeridos no quadro de giz, escolheríamos para apresentar nas próximas aulas da disciplina Cultura e Práticas Escolares, durante as atividades semestrais daquele ano.

Meus olhos se detiveram na referência bibliográfica: "Leituras do Sensível: escritos femininos e sensibilidades médicas do Segundo Império" (2010), do pesquisador paraibano Iranilson Buriti de Oliveira. Fiquei por um tempo impactada pela abordagem temática daqueles escritos femininos e do Brasil Império, refletindo se somos nós que escolhemos os objetos de estudo ou se são eles que nos escolhem. Definitivamente aquele era meu texto escolhido. A obra seria vendida num lançamento do referido livro, organizado pelas professoras Anamaria e Maria José⁵, após uma conferência que o próprio Buriti faria após participar da banca de mestrado da aluna Josineide Siqueira de Santana. A sua dissertação "Entre Bordados, Cadernos e Orações": a educação de meninas e as práticas educativas no orfanato de São Cristóvão e na Escola Imaculada Conceição – (1922 -1969)"⁶, orientada pela Profa. Annamaria.

No outono daquele ano, eu ainda vivia um período de luto materno e me encontrava no auditório do NPGED/UFS para ouvir os resultados de uma pesquisa etnográfica sobre histórias de vida e de memórias referidas a década de 1920. E foi assim que, enquanto escutava e apreciava a mencionada palestra, fui tomada por uma profunda emoção de uma memória familiar que me transportou para um espaço subjetivo da mais pura liberdade poética. À minha frente, aquela pesquisa histórica se misturava à história de vida da minha mãe, dona Maria de Lourdes da Silva Benevides, a qual ficou órfã em 1927 com apenas dois anos depois do seu nascimento, no dia 11 de fevereiro de 1925, na localidade de Pau-a-Pique, Bahia, região do Médio São Francisco, filha de José Clarindo Cristo da Silva e Carmosina Pitta Silva, meus avós maternos.

À medida que eu ouvia a narrativa lírica das histórias que Joseneide nos contava, em especial, entrelaçadas entre as décadas de 1922-1969, eu pensava nas marginalices e (im)possíveis sentidos que me faziam viajar no tempo passado-presente-futuro de tudo aquilo que eu costurava nas minhas identificações com o mundo externo de mim. Eu pensava em minha mãe, desde o sentido emocional do nosso mesmo nome; no meu nascimento, na década dos inesquecíveis Anos Sessenta, no mesmo dia do aniversário de oito anos do meu irmão, Juscelino da Silva Benevides; e, com a devida licença poética, posso lembrar de dona Lourdes e do seu nascimento nos Anos Vinte (o mesmo período referido na palestra que eu ali assistia), até a sua partida, em 29 de abril de 2010, data do aniversário dos seus filhos. Tudo junto e misturado, como se diz popularmente.

Tudo de família acabou-se naquele dia. A minha Itiúba, poética cidade arrodada pelas Serras de São Gonçalo do Amarante, ficou mais triste. Nunca mais aquela Itiúba da minha infância e da minha adolescência. Nunca mais nada. Perdi os amigos mais queridos e me vi sozinha no mundo para, sobretudo, aprender a honrar a minha ancestralidade e “porque os nossos mortos querem que cantemos”, como bem escreveu Mário Benedetti, no poema “Por que cantamos?”.

Pois foi naquela noite do meu aniversário, após sepultar a minha mãe, em Itiúba, que eu retornei para Aracaju, na companhia de Juninho, amigo sergipano, sobrinho de Rosângela Cardoso. Em silêncio, percorremos o trecho que divisa os estados da Bahia e de Sergipe: 23:50, horário do meu nascimento, até cruzarmos a caatinga e encontrarmos uma imensa estrada de barro no horizonte noturno e um céu lindamente estrelado. Em nosso entorno, o delicado e sensual cheiro dos bodes, do gado, da terra, do sereno e do frescor da região.

Foi o aniversário mais emocionante e luminoso que eu conheci. Em êxtase, entendi que a minha mãe desejou me proporcionar um aniversário particularmente poético e de propósitos espirituais, fechando um ciclo de 10 anos, no

qual eu fui a sua cuidadora. E talvez essa tenha sido a mais profunda experiência da nossa relação feminina, reconfigurada de tal modo que eu me tornei a sua “mamãe, mamãe, mamãe...”. Era assim que ela me chamava sempre que percebia a minha presença e aproximação no corredor que passava na porta do seu quarto, na casa do velho Santo Antonio Além do Carmo.

Foi assim que eu perdi o meu lugar de filha e ganhei um lugar de mãe. Entre os anos de 2000 e 2010, enquanto minha mãe viveu o seu processo de envelhecimento e de *Alzheimer*, eu, ainda na casa dos quarenta anos, exerci uma interessante maternagem quando me vi responsável pela existência daquela pessoa totalmente dependente de mim. Era uma questão ética e, sobretudo, uma questão de amorosidade humana. Por isso, nada discuti quando nos encontramos naquela tarde quente, no Hospital Santa Isabel, em Salvador, Bahia, e nesse ambiente de cuidados, ela me segredou: “minha filha, me acuda!”. A decisão de acolher o seu pedido levou-me a aventuras até então impensáveis. Mas, como não atender ao seu pedido se o cuidado é,

na verdade, o suporte real da criatividade, da liberdade e da inteligência. No cuidado se encontra o *ethos* fundamental do humano. Quer dizer, no cuidado identificamos os princípios, os valores e as atitudes que fazem da vida um bem-viver e das ações um reto agir (BOFF, 1999, p. 11-12).

É sensato termos criticidade ao modelo de como a nossa civilização lida com o cuidado ao desconsiderar um princípio inspirador de um novo paradigma de convivialidade. É através das mães, conforme lembra Boff, “que cada um aprende a ser mãe de si mesmo, na medida em que aprende aceitar-se, a perdoar as próprias fraquezas e alimentar o sonho de uma grande Útero acolhedor de todos”, (*Idem*, p. 167). O fato é que “ser mãe é mais que uma função; é um modo-de-ser que engloba todas as dimensões da mulher-mãe, seu corpo, sua psique e seu espírito” (*Ibidem*, p.167).

Dali em diante ocupei-me com os cuidados da minha mãe. Começando pelas providências hospitalares para conter a febre alta, que foi vencida. Mas, em seguida ela apresentou um quadro de imobilidade e vivia numa cadeira de rodas: não mais se alimentava, só tomava líquidos, emagrecia assustadoramente e não falava nenhuma palavra. Apenas chorava dia e noite, silenciosamente, babando, entre a cadeira de rodas e a minha cama, que lhe ofereci enquanto passei a dormir no chão, já que minha família foi surpreendida com a chegada da minha mãe e até então minha casa não tinha estrutura para receber um idoso naquelas condições.

Com o tempo seu quadro modificou-se, passou a gemer noite e dia, sem trégua, e a casa foi ficando de pernas para o ar. Todos em minha casa foram encharcados pela dor e desespero de minha mãe, seus gritos eram ouvidos ao longe. As despesas crescendo, a minha inocência indo embora, a maturidade chegando severamente: uma barra de chumbo instalou-se sobre meus ombros. A minha casa foi devassada por estranhos, perdi a minha privacidade e a vida foi ficando triste. Minha mãe saiu da cadeira de rodas e reaprendeu a andar, porém, alterou seu quadro de um desespero lento para um desespero alucinado.

Agora gritava que tinha medo de morrer e de alma penada, agarrava as pessoas e se precipitava imprudentemente para cima dos objetos da casa. Delirava noite e dia e não tinha a menor tolerância. A ansiedade e o desespero lhe dominavam. Em minha casa todos tinham os nervos em frangalhos. Vivíamos em suspensão. Por muitos meses tentamos acompanhamentos médicos e, embora ouvíssemos diagnósticos de *Alzheimer*, demência, síndrome de pânico e depressão nenhum tratamento conseguia tirar minha mãe daquele surto. Muitos meses e meses se passaram. As orientações médicas sempre me dizendo para eu ter calma que os remédios ainda iriam agir, entretanto em minha casa ninguém dormia. Foi um tempo árido, sofrido, em que eu não sabia ao certo onde tudo aquilo ia dar.

Minha vida foi se entrelaçando com a vida da minha mãe. O tempo foi passando e outras demandas foram surgindo, questões de dinheiro, de gerenciamento de empregadas, que envolvia direitos trabalhistas e de inúmeros aprendizados emergenciais os quais fazem parte dos cuidados com uma idosa, sobretudo com comprometimentos de saúde. Passei a gerenciar funcionárias quase sempre desqualificadas⁷ para a função de uma cuidadora sensível e nada podia me dar ao luxo de não as ter, uma vez que eu precisava de braços fortes naquela jornada de muitos trabalhos físicos.

7. É possível que existam muitas pessoas preparadas para desempenhar a função de cuidador/a de idosos/as. Entretanto, em minha experiência pessoal, com a minha mãe, eu percebi que é raro encontrar profissionais com um perfil mais sensível a este contexto tão complexo. De um modo geral encontramos pessoas que apenas nos ajudam nas tarefas cotidianas no que se refere aos cuidados básicos. Eu tive a dupla tarefa de cuidar da minha mãe e de educar suas acompanhantes, no sentido de sensibilizá-las para um serviço mais humanizado e mais reflexivo.

Portanto, além de agradecer o apoio daquela mão que se estendia em minha direção eu tinha a responsabilidade de reeducar minha mãe, uma vez que ela desaprendeu ações do cotidiano. Principalmente, quando se acidentou, necessitou de cirurgia e ao retornar para a minha casa e por muitos dias passou por cuidados especiais, pois que o tempo pós-operatório no hospital lhe deixou uma escara no pé. Minha mãe permaneceu por muito tempo utilizando a cadeira de rodas, recebendo banhos de aroeira nas feridas do pé, e por conta do ferimento permanecia sempre sentada ou deitada. Longos meses se passaram e ela ficou sem o contato com o chão. Seus pés perderam a anatomia que lhe possibilitavam o deslocamento do seu corpo e ela parou de andar em definitivo.

De um modo geral, assumir esta maternagem como cuidadora da minha mãe me fez retomar hábitos antigos do nosso convívio: passei a lhe dar banho, alimentá-la, colocá-la para dormir, contar histórias, cortar os seus cabelos, arrumar o seu guarda-roupa, enquanto cantava canções que eu sabia que ela gostaria de ouvir, ganhar o seu abraço e a ouvi dizer com os olhos marejados de lágrimas, “Eu lhe amo, eu lhe adoro”. O tempo me ensinou que o laço espiritual merece mais atenção do que a doença em si e que o amor é a coisa mais importante da vida. E, hoje, eu ainda me emociono e agradeço o tempo dessa convivência, a experiência que a vida nos ofereceu. Foi um belo encontro de almas e de expansão de consciências.

Por isso, o trabalho apresentado por Josineide Siqueira me afetou tanto me fazendo chorar muitas vezes, especialmente quando lembrou as práticas educativas vivenciadas no orfanato de São Cristóvão e da Escola da Imaculada Conceição, “a vida longe de casa” que essas crianças viveram naquela geografia humana que se instalou na histórica cidade de São Cristóvão, estado de Sergipe, urbe que eu conheci no Festival de Arte de São Cristóvão/FASC, nos idos de 1982.

Eu pensava em minha mãe que tinha sido aluna interna do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Petrolina, Pernambuco, mas abandonou o Curso Normal para escapar do patriarcado familiar e casar-se com meu pai, Ricardo Benevides Azevedo, nascido na Serra do Lopes, Pedra Vermelha, município de Monte Santo, Bahia. Domiciliados no sertão baiano da bela Itiúba, a minha mãe veio a se tornar uma funcionária dos Correios e Telégrafos - ofício pouco exercido por mulheres já no final da década de 1950 e na virada dos anos sessenta.

A história de vida da minha mãe tinha algo em comum com aquilo tudo que me nutria o peito, sobretudo no que dizia respeito à severa educação religiosa, ao rigor das boas maneiras e com o contexto histórico daquilo que me comovia e acalentava o coração saudoso da presença de dona Lourdes em minha vida. Mas, eu também fui afetada pela brilhante presença do historiador paraibano Iranilson Buriti⁸ na banca avaliadora de Josineide, tanto pela sua preciosa apreciação a pesquisa realizada pela sergipana, como também pelo lançamento do seu livro “Leituras do Sensível: escritos femininos e sensibilidades médicas do Segundo Império”.

A sua leitura vai revelar o encantamento e a habilidade de um pesquisador contemporâneo de vasto saber científico e sensibilidade poética, curioso, que interage e brinca com o saber contido no livro “A Alegria da Casa ou Raios de Luz Sobre a Vida Familiar”, de autoria da missionária protestante inglesa Sara Pouthon Kalley, que, ao lado de seu marido, o pastor e médico Robert Reid Kalley, surgiu no Brasil na segunda metade do oitocentos e “contou com as

8. Iranilson Buriti de Oliveira. Graduado em História, com mestrado e doutorado no universo da família e ciências da saúde, na Paraíba dentre as décadas de 1920-1930, Buriti é professor da Universidade Federal de Campina Grande, pesquisador do CNPq desenvolveu uma pesquisa que investiga o sorriso e a circulação do saber médico no ambiente escolar, o saber médico e a História de Educação no Século XX.

experiências de escrita, leitura e docência para fins de evangelização e serviço de colportagem” (BURITI, 2010, p.11). Ela viria a escrever um manual de boas maneiras, editado em 1866, que nasceu do “entrecruzamento entre pesquisas e ações religiosas” (*Idem*, p.11), uma vez que o casal veio em missão protestante, todavia desenvolveu um método médico-pedagógico eficiente que foi largamente atendido na sociedade e que visava a organizar os sujeitos.

Trata-se de um rico arquivo construído para orientar sobre o saber médico, pedagógico, sanitário, arquitetônico, familiar e religioso. Tudo devidamente ritualizado no cotidiano feminino e entre as inúmeras tarefas domésticas. O livro de Sara Kalley, publica a geografia de um Rio de Janeiro Imperial, que tem influência dos ideais iluministas e da modernidade, “cujo objetivo era transmitir o conhecimento, formar um ser humano supostamente racional e autônomo” (*Ibidem*, p.12).

A investigação científica da obra rara, “A Alegria da Casa”, de Kalley, não é uma leitura de gênero, mas, os cuidados com a casa, com a circulação do saber médico no ambiente familiar. É a constatação das visibilidades e sensibilidades das casas coloniais, da casa carioca, do século XIX, que queria civilizar-se, sair da sujeira e da desorganização social rumo ao mundo urbano. Por isso, um objeto de estudo que adverte sobre os códigos da moda voltada para a urbanidade do que estava em voga na Europa sobre o “corpo feminino educado pelo saber médico no século XIX, particularmente a partir de 1860” (*Ibidem*, p.11).

Dessa maneira, o livro de Kalley é considerado pelo próprio Iranilson como um dispositivo médico-pedagógico conforme circulou o pensamento higienista e sanitarista no Segundo Império. Mas, bem que podia ser estudado como gênero, se assim o quisesse, principalmente porque, de acordo com o historiador, em sua escrita sobre o universo feminino, a inglesa “corta, recorta, tricota a própria geografia feminina e desenha novas possibilidades para a mulher, elaborando discursivamente novos valores culturais, (re)definindo os papéis femininos, discutindo os espaços, tentando desconstruir paradigmas existentes na sociedade brasileira que impunha à mulher um papel fixo, imutável, rígido”, (BURITI, 2010, p.13), o que contribuiu para a edificação de um novo modelo social.

“Leituras do Sensível...” está organizado em quatro capítulos, sempre informando sobre o contexto socioeconômico em questão e esclarecendo as novas formas de conduta da população do Rio de Janeiro, no II Império. Assim, o capítulo I intitula-se “A Alegria da Casa Imperial: a escrita e as sensibilidades urbanas” e vai mostrar a configuração da nova territorialidade, as novas

tecnologias, os produtos industrializados e a emergência de novas práticas socioculturais. Expõe um Brasil que recebe diversos imigrantes, entre leitores, viajantes e comerciantes ingleses e franceses, uma vez que o Rio era sede do poder imperial e precisava de feições mais europeias e nesse sentido era fundamental poder apagar a vida colonial para estabelecer a cena urbana do Brasil Império. Era preciso destruir a vida colonial e transformá-la em cidade. Mas, para isso acontecer, era necessário a devida infraestrutura urbana: água, iluminação, sanitário, meios de transporte, economia circulante, comunicação, segurança e cultura geral.

A cidade se transforma. A rua, agora cheia e barulhenta, assistia ao final da escravidão, vivia um trânsito de muitas etnias, testemunhava os primeiros impulsos da industrialização e os primórdios dos discursos dos que desejavam a chegada da república. A rua se colocava como texto, a cidade é vista como discurso, texto e escrita. A cidade é um texto de muitos parágrafos e de vários sentidos, para contar “novas histórias, novos escritos, novas narrativas sobre o progresso, civilização, igualdade, direitos do homem, reforma da educação, reforma da saúde, instrução pública, civilidades, boas maneiras, cultura religiosa” (*Idem*, p.18). A cidade no Segundo Império muda sua fisionomia, suas concepções e sentidos. O olfato passa a ser educado para novos odores, o paladar para um novo alimento. O povo se desinteressa pela cultura portuguesa, agora preferem “gaguejar os sons anglo-saxões” (*Ibidem*, p.18).

O autor lembra que os médicos tiveram a tarefa de cartografar os espaços entre permitidos e proibidos, desenhar limites territoriais, cuidar dos sentidos e do corpo urbano, aseado, saudável, conforme as normas de civilidade. A questão higiênico-sanitária chega a segunda metade dos oitocentos como um problema urbano, o que permitiu visibilidade ao discurso médico e a criação de hospitais, hospícios, juizado de menores e colônias de correção para punir os infratores mirins.

Diante desse panorama, a mulher recebe atenção especial do saber médico, especialmente porque o objetivo das autoridades médicas era combater os hábitos coloniais que não deveriam permanecer nas próximas gerações e a figura da mãe representava essa cuidadora, devotada, abnegada, a serviço dos filhos, marido e casa. Surge a Obstetrícia e a Pediatria como especialidades médicas. Torna-se imperativo a desodorização do corpo e do ambiente, e nesse sentido, o capitalismo se aproveita dessa demanda criando padrões de belo e feio, cheiroso ou fedorento. Emergem novos hábitos, tais como: sentar-se à mesa, caminhar, vestir-se, selecionar qual o ambiente que se deve frequentar e como se comportar no espaço público e privado.

No Segundo Império, porém, a medicina social é destinada à família burguesa. Somente em 1855, quando Kalley ancora no Rio de Janeiro, oriunda da Ilha da Madeira, na costa atlântica de Marrocos, inauguram-se novos espaços de escrita, leitura e prática pedagógica, sobretudo entre os mais necessitados, porque era preciso civilizar e higienizar a todos, de todas as classes sociais.

Com o título “Curai enfermos, ressuscitai mortos: a escrita e as sensibilidades do corpo”, o capítulo II analisa os escritos da missionária inglesa, que, no Brasil construiu diversos laços de amizade e solidariedade étnica, inclusive com o Imperador D. Pedro II. Seu livro, “A Alegria da Casa”, manual destinado às mulheres, tem 85 páginas, e na ausência das orientações médicas, viabilizou o movimento de ideias sobre o pensamento higienista e civilizatório da época. Por isso, é considerado como um dispositivo pedagógico que também funciona como um manual de boas maneiras: os cuidados com a alimentação e a higiene da pele, boca, rosto, nariz, olhos, cabelos, mãos, unhas, vestuário, o sono e o quarto de dormir.

A mulher-mãe é o foco narrativo de um texto escrito pelo olhar estrangeiro de Kalley, “uma composição entre linguagem científica, moral, instrutiva e civilizatória” (BURITI, 2010, p. 28), assinala Buriti, ressaltando que o novo ambiente urbano, o deslumbramento da família da elite, influenciada pela emergência de novos hábitos estrangeiros, consumia o que estava posto na ordem do dia: desde móveis de mogno ou jacarandá, bebidas, relógios ingleses e depois suíços, capa de borracha, armas, jogos, louça inglesa, romances policiais de Sherlock Holmes, até o hábito dos piqueniques.

O dia-a-dia da mulher é ritualizado pela escolarização, a devoção à maternidade e o cuidado dos filhos junto à escola e ao trato social. A mulher ocupa o espaço privado e nele exerce seu poder feminino, nas tarefas da casa, do quarto, do quintal, da higiene da casa e do corpo e da família. Os sentidos são um grande aliado na preservação da saúde do corpo. O olfato é “sentinela vigilante”; o paladar acode a economia doméstica, evitando desperdícios; a visão e o tato são destaques na experimentação e prontidão dos sentidos dos ambientes que circundam a família.

Ainda nesse capítulo, o autor reflete sobre “Vestindo-se para uma nova vida”, onde Kalley também se deteve na questão do rigor, tanto do figurino privado quanto do figurino público, além do traje íntimo, que sempre deve estar em bom estado. O historiador alerta que o discurso do corpo do Segundo Império é referente aos cuidados com a higiene bucal, com os dentes e as unhas, que se devem manter curtas, e com a limpeza das mãos. Tudo pensado para prevenir contra as doenças e epidemias.

O capítulo III trata das “Arquiteturas e Arquitetos Familiares: a materialidade e as escritas do visível” e compreende o corpo individual e o corpo social associados em nome da saúde da família e da nação, porque, como já dissemos, era preciso proteger-se das enfermidades infectocontagiosas. A casa

era uma escola, um edifício pedagógico, dotado de um ‘currículo’ que representava e reproduzia os estereótipos da sociedade mais ampla. Os estereótipos e preconceitos de gênero eram internalizados e subjetivados pelos filhos e filhas que (in) conscientemente esperavam e desejavam funções diferentes para meninos e meninas” (BURITI, 2010, p.51).

Buriti destaca que o capítulo I do livro de Kalley é dedicado à cozinha, que deve ser sempre “asseada” e cartão de visita de toda mulher casada e por isso mesmo deve ser o primeiro cômodo a ser higienizado. A missionária enfatiza que as mulheres organizam e ocupam a geografia da cozinha, pois, embora agindo sob os discursos patriarcais, médicos, religiosos, políticos, esposos e filhos, elas são as guardiãs da família, e “vigiam as panelas, preparam a comida, acendem e apagam o fogo, enxugam louça, espantam as moscas” (*Idem*, p.55). A figura da mãe e esposa fiel desconstrói o que poderia haver de feminilidade numa mulher. O historiador lembra que o século XIX define e determina a fixação da identificação entre masculinidade e paternidade e feminilidade e maternidade, um padrão observado por Maria Lúcia Rocha-Coutinho na obra “Tecendo por trás dos panos. A mulher brasileira nas relações familiares” (*Ibidem*, p.58).

“Vigiai os enfermos... e os seus curadores”, ainda no mesmo capítulo, vemos o embate entre médicos alopáticos e outras práticas de cura alternativa, tais como o curandeirismo, espiritismo e até a homeopatia. Defendido pelos intelectuais, o cientificismo, considerado racional e verdadeiro, legitimava o combate ao não científico, os chás e ervas que os terapeutas populares sugeriam, sobretudo porque se desejava assumir as novidades do Império em detrimento dos costumes da Colônia.

Contempla ainda a discussão entre “Educação e Controle Médico: normatizando sensibilidades”. Buriti informa que o livro “A Alegria da Casa” foi adotado em escolas públicas do Rio de Janeiro, autenticando sua circulação para além do ambiente individual e familiar. Esse fato mostra a importância do discurso médico desse período que colocou a pedagogia em função da sua fundamentação científica, uma espécie de aproximação entre a escola e o hospital. Solicitações de um tempo que ainda levava em conta a educação física, a educação sexual, a higiene dietética e a educação moral e cívica, como verdades nacionais.

O capítulo IV traz o título “Por uma Metodologia do Sensível” e se ajusta ao pensamento de Roger Chartier para evocar a leitura como uma prática e uma produção criativa, silenciosa e dialógica. Concomitantemente, Buriti destaca que, de acordo com Michel Certeau, “ler é um ato de caçar no território alheio” (BURITI, 2010, p.71), porque “ler o texto é ler a própria sociedade..., o texto é a sociedade, tem forma urbanística, industrial, comercial, sonora...” (*Idem*, p.71).

Buriti esclarece que ao investigar o olhar estrangeiro presente no livro de Sara Kalley, procurou “fazer uma história da formação dos sujeitos femininos, alvos dos discursos médico-higienistas, da produção de suas identidades, de suas sensibilidades e de suas construções discursivas” (BURITI, 2010, p.71). Igualmente, para desenvolver seu trajeto teórico-metodológico apropriou-se de diversos conceitos entre os quais podemos citar o conceito chartieriano da leitura, uma vez que o ato de ler “é uma prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis às intenções dos autores dos textos ou dos produtos dos livros” (*Ibidem*, p.72).

Por fim, e para considerar a circulação de informação sobre saúde e ambiente escolar, Buriti lança mão, também, desse conceito de “apropriação”, ao qual Chartier se refere para avaliar sobre o que os leitores fazem com a informação recebida. Como se apresenta a construção dos sentidos e a dialética entre o “mundo” do texto e o “mundo” do leitor, como interpretar a multiplicidade de sentidos que ocorrem na recepção de um discurso? Como fazemos nossas leituras de mundo?

Por conta desse entendimento, vamos notar que muitas dessas orientações contidas no livro de Kalley, e inteligentemente contempladas pelo paraibano, ainda estão impregnadas em nosso inconsciente, nas formações de gerações que nos antecederam e seguiram esses modelos com o rigor e esmero que acreditavam necessário. Cartilhas e livros de boas maneiras se espalharam mundo afora, nas estantes de nossas casas, entre os objetos de nossas mães, na educação que elas acreditavam preparar seus filhos para uma sociedade civilizada.

Foi assim que naquela manhã de segunda-feira enlutada, escolhi o texto “Leituras do Sensível: escritos femininos e sensibilidades médicas do Segundo Império”, de Iranilson Buriti de Oliveira, por empatia ao tema das sensibilidades. Sem uma consciência racional que aquela escolha era também um processo de reconhecimento de ritos de cura, também provocados pela fruição da pesquisa “Entre Bordados, Cadernos e Orações: a educação de meninas e as práticas educativas no orfanato de São Cristóvão e na Escola Imaculada Conceição – (1922 -1969)”, de Josineide Siqueira de Santana.

Interessante essa nossa estratégia simbólica de enxergarmos o mundo pelo viés da arte e das mediações artísticas, quer sejam individuais e/ou coletivas, e de toda maneira, sempre acolhendo a grandeza da dimensão estética e ética em nossa formação e existência humana. E, se a arte é um estado de expansão de consciência, escrever o texto “Entre o luto, a maternagem, o xale e a cura”, permitiu-me um reencontro com a minha mãe, sobretudo porque todos nós trazemos na alma histórias de exílios e memórias. Sobre títulos, aliás, a artista plástica italiana, Anna Maria Maiolino⁹ revela uma inquietação de sentidos quando esclarece que ao intitular suas obras não o faz por uma escolha nem uma proposta racional, o que importa é que esses títulos remetam a alguma coisa, essa é a parte filosófica do contexto. “Não sou uma artista linear no processo de criação: eu ando em espiral e busco um ponto instigante”¹⁰.

A consciência do exercício do cuidado, em relação a minha mãe reascendeu a memória da minha ancestralidade feminina e me reconectou com a sintonia e o valor intrínseco das coisas, me permitindo, ainda, viver uma experiência dimensional de alteridade, respeito, sacralidade, reciprocidade, complementaridade e afeto. E, se a cura é holística, ela é plena de processos terapêuticos, inclusive artísticos e, portanto, são eles que nos possibilitam fruições as quais funcionam como elementos catalizadores. O fato é que eu aceitei a Tomada do Xale¹¹ e, portanto, fui convidada a “voltar para casa”, para a minha essência e para o meu coração amoroso, uma vez responsável em honrar aquela maternagem que o universo me enviou.

9. Anna Maria Maiolino (Scalea, Itália, 1942). Gravadora, pintora, escultora, artista multimídia e desenhista. Muda-se em 1954, devido à escassez provocada pelo pós-guerra, para Caracas, Venezuela, onde estuda na Escuela de Artes Plásticas Cristóbal Rojas entre 1958 e 1960, ano em que transfere-se para o Brasil.

10. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4ZJ1bF1p8Yk>> e <<https://www.youtube.com/watch?v=UwByGpubSwl>>. Acessado em 13.06.2019.

11. A Tomada do Xale é um Ensino Paiúte pouco conhecido, que surgiu numa época em que alguns membros da Raça Vermelha não conseguiram mais viver no mundo dos brancos. Estes Nativos Americanos que escolheram voltar para casa e abraçar os Ensinamentos dos seus Anciões foram os primeiros a Tomar o Xale. O Xale simbolizava o retorno ao lar e aos braços da Mãe Terra e significava sentir-se envolvido pelo seu amor e pela sua proteção. Quem quisesse merecer a Tomada do Xale deveria retornar aos Ensinamentos Tradicionais da Tribo, pedir permissão para viver entre o Povo e seguir honrando os caminhos dos Ancestrais (1993, p.290).

Referências bibliográficas

- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano** – compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 1999.
- OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **Leituras do Sensível: escritos femininos e sensibilidades médicas do Segundo Império**. Campina Grande: EDUFCEG, 2010.
- SAMS, Jamie. **As cartas do caminho sagrado: a descoberta do ser através dos ensinamentos dos índios norte-americanos**. Rio de Janeiro: Rocco. 1993.
- SANTANA, Josineide Siqueira. **Casa de Meninas: práticas educativas no Orfanato de São Cristóvão e na Escola da Imaculada Conceição**. Aracaju: Edise, 2016.

A representação do materno (não) performada por artistas sergipanas da contemporaneidade

Maicyra Teles Leão e Silva
Teatro - PPGCult/UFS

Julia Caianara Dantas Vieira
Teatro/UFS

RESUMO

Este artigo busca apresentar os estudos realizados no âmbito do desenvolvimento da pesquisa de iniciação científica intitulada *Cuidados Diários: Artistas/Mães Auto-Representando Sua Maternagem Recente*, cujo plano de trabalho voltou-se ao mapeamento e discussão crítica da ocorrência (ou não) dessa autorrepresentação materna na arte produzida em Sergipe. Assim, o trabalho tem por objetivo investigar a existência dessa temática na produção teatral sergipana, levando em consideração referências históricas em âmbito internacional, para entender os movimentos e contextos que levaram à eclosão dessa temática na arte contemporânea. Através da seleção de algumas artistas sergipanas e da realização de entrevistas direcionadas, investigamos as possíveis causas para a baixa produção dessa temática no estado, além de quais seriam as principais motivações para a criação das obras de fato executadas nesta esfera. Quais são os anseios e motivações em relação a este assunto frente às demandas e desafios das carreiras artísticas dessas mulheres/artistas/mães?

PALAVRAS-CHAVE: Arte. Maternagem. Feminismo. Autorrepresentação.

ABSTRACT

This article aims to present the studies conducted in the context of the scientific research entitled *Daily Care: Artists / Mothers Self-Representing Their Recent Maternity*. The work plan turned to map and to produce critical discussion about the occurrence (or not). of this maternal self-representation in the art produced in Sergipe. Thus, the work aims to investigate the existence of this theme in Sergipe's theater production, taking into account historical references of the international scope, to understand the movements and contexts that led to the emergence of this theme in contemporary art. Through interviewing selected women artists in this state, we investigated the possible causes for the low production of this theme, and approached the main motivations for the creation of works actually performed in this sphere. What are the desires and motivations regarding this subject in face of the demands and challenges of the artistic careers of these women / artists / mothers?

KEYWORDS: Art. Maternity. Feminism. Self-representation.

Recebido em 24/07/19. Aprovado em 23/08/19.

A representação do materno (não) performada por artistas sergipanas da contemporaneidade

*Maicyra Teles Leão e Silva*¹

Teatro - PPGCult/UFS

*Julia Caianara Dantas Vieira*²

Teatro/UFS

O presente artigo busca apresentar aspectos da investigação realizada sobre a existência de obras teatrais ou performáticas, criadas por artistas/mães sergipanas, que abordem o tema da maternidade, ou melhor, de sua própria experiência com o materno, na perspectiva de constituição de uma autorrepresentação no campo da arte. O interesse por essa temática surgiu a partir da observação de um crescente número de pesquisas, obras artísticas, eventos acadêmicos e jornais especializados, associando arte e maternidade, especialmente no âmbito internacional e a partir do século XXI.

Assim, inicialmente apresentaremos algumas obras de referência que situam o contexto histórico que viabiliza ocorrências artísticas sobre essa temática no âmbito da arte contemporânea, ocidental. Mesmo que essas referências ainda soem distantes do contexto sergipano, consideramos importante mencioná-las na perspectiva de apresentação de um estado da arte do objeto que está aqui discutido, como também, para a constituição de redes de interlocução e percepção das peculiaridades de cada contexto, esteja ele pautado numa dinâmica mais local ou mais global.

1. Doutora e Professora Associada do Departamento de Teatro da Universidade Federal de Sergipe. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Culturas Populares, na mesma instituição. Coordenadora e Orientadora da Pesquisa de PIBIC *Cuidados Diários: Artistas/Mães Auto- Representando Sua Maternagem Recente*.

2. Graduanda do Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal de Sergipe e bolsista voluntária do Projeto de Pesquisa, acima indicado.

O mundo internacional que se aprende nos livros de história

De acordo com a historiadora americana Andrea Liss, em seu livro *Femist Art and The Maternal* (2009), mesmo no campo da arte feminista, a representação do materno foi pouco expressiva na década de 1970, época que marcou a “segunda onda” do movimento feminista. Para sustentar sua afirmação, Liss se pauta no trabalho da crítica de arte americana Lucy Lippard, que se tornou a principal referência da arte feminista da época. Acompanhado essa perspectiva, a pesquisadora brasileira, Silvana Barbosa Macedo, conclui:

Com a marcante força do movimento feminista nas décadas de 1960 e 70, falar de maternidade dentro do movimento era delicado, pois as mulheres estavam buscando romper com o papel tradicional da mulher como mãe e esposa no discurso patriarcal (2017, p. 2).

Ainda segundo Macedo, havia naquela época outros tópicos prioritários para muitas feministas, como a busca por igualdades de direitos e a própria liberdade sexual.

Podemos verificar também essa questão em outro estudo recente, o da inglesa Helena Reckitt e da americana Peggy Phelan. Em seu livro *Art and Feminism* (2012) elas estruturam essa constituição do feminismo a partir de três fases, sendo a primeira delas, recortada entre 1960 e meados de 1970 e identificada como essencialista, ou seja, vinculada à problematização de questões mais relacionadas ao determinismo biológico do corpo feminino, entendendo que a maternidade deveria ser evitada justamente porque era a partir dela que o confinamento e a exclusão feminina, na esfera social, estavam pautados. As autoras ainda discutem a segunda e a terceira geração, ou seja, final da década de 1970 até 1980 e a partir da década de 1990, respectivamente, indicando uma mirada mais construtivista, na segunda, que revisava reforços patriarcais no próprio movimento feminista, como a exibição dos corpos de mulheres; e, na terceira, a retomada de certos radicalismos políticos associados à valorização de experiências subjetivas e particulares.

Pensando a perspectiva contemporânea, a partir das transformações conquistadas pelo movimento ao longo do Século XX, percebem-se diversas mudanças nos padrões acerca da feminilidade, abrindo espaço para a diversidade de tratamentos em vários aspectos, sejam eles sociais, econômicos ou culturais. Sendo assim, nas décadas seguintes, a partir dessas conquistas e com o crescimento do movimento feminista, o tema foi sendo cada vez mais visibilizado, o que conseqüentemente ocasionou o surgimento de novas artistas e coletivos.

O coletivo de artistas *Mother Art*, por exemplo, formado em 1973, em Los Angeles, surgiu para ir de encontro ao contexto do *Women's Building* (1973-1991) – grupo feminista que excluía essas questões maternas. O principal trabalho do *Mother Art* foi o *Laundry Works*, de 1977, que tinha como tema a limpeza e as atividades domésticas e maternas. Na ocasião foi realizada uma série de performances em diversas lavanderias de Los Angeles. Cada uma delas tinha a duração de um ciclo de lavagem e secagem. Em entrevista para Andrea Liss o coletivo declara que seu trabalho:

cruzou as linhas de classe; havia algo absolutamente maravilhoso em lidar com a pura transformação de roupas sujas - molhadas, secas e o ciclo, a revolução literal - e as metáforas estão prontas para conexões com a revolução social, talvez até algo inimaginável, talvez utópico. (2009, p. 2-3).

Ainda nesse contexto, a pesquisadora brasileira Macedo (2017) nos apresenta o trabalho da artista americana Mierle Laderman Ukeles e seu projeto *Maintenance Art*, de 1969, no qual a artista realizava ações performáticas limpando escadarias de museus, vidros de proteção de obras de arte. O trabalho da artista é acompanhado de um manifesto, no qual a artista propõe discussões sobre o cotidiano de mulher, mãe e artista, especialmente quanto a suas funções laborais. A artista buscava questionar o papel do artista em si e a importância de funções como lavar, passar, cozinhar, varrer, atividades vistas por ela como uma prática artística, uma arte de manutenção, que exige cuidado e criatividade, assim como a arte.

No mesmo período, no Reino Unido, temos a obra *Ten Months* (1977-79) de Susan Hiller, na qual a artista criou fotografias de sua barriga em preto e branco durante 10 meses, representando as fases lunares. Junto às fotografias a artista inseriu trechos datilografados criados por ela no mesmo dia em que a foto foi produzida. A simetria e a organização das fotos, de certa forma, entram em contraste com o sentimentalismo a cerca da maternidade daquela época.

A obra *The Post-Partum Document*, realizada entre 1973 e 1978, da americana Mary Kelly, é talvez a obra mais emblemática do período uma vez que a repercussão crítica posterior da mesma foi polêmica e, portanto, gerou repercussões para além do âmbito da obra. Na obra, a artista explora a relação vivida entre ela e seu filho, durante seis anos, apresentando aspectos relacionados à psicanálise e à constituição da linguagem e do sujeito, além de apresentar materiais documentais oriundos dessa relação como diários e materiais do dia a dia de cuidados com a criança como, por exemplo, um forro de fraldas, já utilizadas e sujas. A documentação da exposição individual na qual apresentou o trabalho foi publicada em forma de livro, em 1983. Sobre esse trabalho, Macedo comenta:

Tanto os trabalhos de Mary Kelly quanto os de Susan Hiller, foram recebidos pela crítica como obras conceituais, alinhadas com o feminismo cultural, que na década de 1980 passou a (des)considerar o trabalho das artistas do início da década de 1970 como essencialista (2017, p. 5).

Como observamos, as pesquisas de Macedo (2017), Liss (2009) e Reckitt & Phelan (2012) apontam para produções artísticas feministas do Reino Unido e dos EUA, especificamente a partir da década de 1970. No entanto, isso não significa que não houve, anteriormente ou mesmo durante o mesmo período, outras produções, inclusive em outros países.

A pesquisadora brasileira Nádia da Cruz Senna (2010) apresenta em sua pesquisa uma perspectiva anterior à discussão feminista no século XX. Ela discute obras artísticas do século XVIII – que de acordo com a mesma foi um período que concentrou expressões significativas na França – e do século XIX, na Alemanha – analisando os lugares de fala da mulher burguesa na sociedade, a perspectiva de mulheres artistas e as abordagens acerca das dores vividas pelas mães que perderam seus filhos em situações de guerra, por doença, ou outras condições sociais de vulnerabilidade.

Dentre as referências apresentadas por Senna, destacamos as obras da alemã Paula Modersohn-Becker, já no final do século XIX e início do século XX, uma vez que transgrediu referências da pintura feita por mulheres, até então, tendo se autorrepresentar nua e grávida. Além dessa referência, mas ainda no âmbito europeu, vale destacar o trabalho da fotógrafa Tina Modotti, no início do século XX, que apesar de abordar temas sociais em suas obras, optou por representar o vigor do trabalho associado a mães e sua força de sustentação das crianças. Modotti originalmente nasceu na Itália, mas migrou ainda adolescente para os Estados Unidos, tendo estabelecido seu trabalho enquanto fotógrafa no México junto a outros artistas envolvidos com movimentos populares e revolucionários.

Semelhantemente, em outros países latino americanos, artistas engajadas a movimentos políticos de esquerda ou mesmo envolvidas em movimentos sociais se destacam quanto a sua produção marginal. Nesse sentido a temática da maternidade ou mesmo a perspectiva de uma autorrepresentação assumem essa perspectiva de crítica ou mesmo de embate político. É o caso por exemplo da argentina Bárbara Carrasco, que representa por exemplo uma mulher (seria ela mesma?) grávida entremeada e presa entre os fios de um novelo de lã, cujo fio simultaneamente é utilizado para tecer um sapatinho de bebê. Ou ainda da também mexicana Lourdes Grobet que, na década de 1980, registra a si mes-

ma, em fotografia, realizando ações ordinárias da rotina de uma mãe, como cozinhar ou amamentar, vestida em uma máscara tradicional de luta livre mexicana que traduz em sua visualidade elementos de confronto.

No contexto brasileiro, a artista Ana Maiolino discute questões relacionada a manutenção e à fragilidade na conexão intergeracional ao apresentar a si mesma, sua mãe e sua filha, conectadas por uma linha entre as bocas de cada uma delas. Este trabalho intitulado de *Por um fio*, de 1976, faz parte de uma série de fotografias que a artista chamou de Fotopoemação.

Atualmente, no contexto da produção artística contemporânea do norte global ocidental, podemos citar a inglesa Eti Wade e sua conhecida obra *Mother Artist Statement* (2001). Trata-se de uma coleção de fotografias criadas por Wade ao longo dos primeiros anos do seu filho, nas quais ela, de maneira performática, interage com o corpo da criança criando marcas que segundo a artista, em seu sítio eletrônico, fundem a sexualidade feminina, o desejo, o amor materno, a violência e a agressão, num só gesto. A artista vem se dedicando ao tema da maternidade desde o nascimento do seu filho, em 2000. Sobre a obra ela comenta: “Considero esse trabalho minha expressão mais crua de ambivalência materna. A imagem faz parte do meu esforço contínuo para expressar subjetividade materna complexa e intragável” (sítio eletrônico da artista). Nesse sentido, a artista busca transmitir visualmente aspectos vivenciados por ela mesma na condição da maternagem, ou seja, o ato de maternar, buscando romper com aspectos romantizados dessa experiência.

No âmbito brasileiro, podemos citar nomes como Silvana Macedo, Ana Sabiá, Clarice Gonçalves, Clarissa Borges, Juliana Crispe, Paula Huven, Roberta Barros, Ana Barros, Christina Fornaciari e Maicyra Leão, dentre outras, artistas contemporâneas do século XXI. Todas elas representaram a maternidade em pelo menos uma de suas obras, compondo o atual cenário feminino e artístico visual brasileiro com interesse pelo tema. Aqui indicamos a necessidade de citar alguns nomes do sentido de elencar e tentar trazer à tona essa produção.

Como pudemos notar, apesar de muitos avanços, o interesse teórico e artístico pelo assunto conjugando arte, maternidade e feminismo no Brasil é bastante recente e não é tão abrangente como há algumas décadas em alguns países europeus e norte americano. Nesse sentido, avançaremos para o contexto sergipano entendendo a especificidade que o tema traz como demarcadora de questões estéticas relevantes.

Sergipe não faz parte dos livros de história, mainha.

Supostamente, a maternidade seria o grande ideal feminino, no qual a mulher conseguiria alcançar a plenitude de sua feminilidade e que, a depender da época, algumas imagens e símbolos que referenciam essa maternidade poderiam variar, de acordo com a cultura, época ou contexto socioeconômico (SENNA, 2010).

Seguindo essa mesma ideia de feminilidade, ainda vivemos hoje em uma sociedade predominantemente machista e patriarcal que nos impõe o padrão da “boa mãe” – dedicada, feliz, cuidadora, abnegadora –, o que nos manteve num estado de exploração durante séculos. Esta observação é feita também por Macedo (2017), quando ela identifica na mídia ocidental, a representação de uma mãe leve, alegre e esguia, que tem sucesso na vida profissional e familiar. Esse modelo é muito diferente da realidade da maioria das mulheres ao redor do mundo, e ainda se torna mais complexo a partir de outros fatores políticos e históricos, de acordo com o país e a região.

Mesmo parecendo ser meramente um discurso amplo e genérico, essa realidade de micro e macro opressão, bem como esse condicionamento a uma suposta completude ou felicidade gerada pela maternidade, ainda é realidade predominante em diversos locais. Pudemos observar essa dinâmica sistêmica, por exemplo, durante as entrevistas realizadas com oito mulheres mães/artistas sergipanas, atuantes e ativas na atualidade. As entrevistas foram realizadas de forma entrecortada, com diálogos orientados, e procuraram seguir um roteiro semi-estruturado que buscava, a princípio, identificar um perfil socioeconômico das entrevistadas, a relação que vêm construindo no seu trabalho artístico e autoral, a maternidade enquanto experiência potencial.

Dentre as entrevistadas³, apenas três sentiram-se impelidas efetivamente a considerar sua experiência subjetiva e estrondosa, a maternidade, como material artístico. É comum entender a relação entre arte e vida como sendo própria da produção contemporânea onde não há divisórias entre esses âmbitos. As artistas entrevistadas têm afinidade com essa interlocução, mas por que apenas três produziram algo inspirado em sua maternidade recente?

Dentre as entrevistadas, uma das artistas a autorrepresentar sua maternidade recente foi Tiana, atriz e artista plástica, que com 28 anos, é casada e possui uma filha de 01 ano. Após a maternidade, sua filha passou a ser a sua inspiração artística. Apesar de trabalhar como atriz, a maternidade despertou a necessidade de uma produção visual focada na representação bidimensional da pintura, inspirando-a a criar uma coleção de obras intituladas *Eu, mãe, mulher*

3. Os nomes das artistas entrevistadas foram substituídos por nomes fictícios, não para evitar o reconhecimento das mesmas, mas porque preferimos não atrelar o depoimento à pessoa pública.

(2018). Sua obra preferida da coleção é a que representa “os seios caindo”, uma marca muito forte da sua própria experiência com a gravidez. Sua coleção traduz os sentimentos despertados na artista pela maternidade.

Ainda, na qualidade de entrevistadas, citamos também a atriz e psicóloga Eike, de 38 anos, que possui um filho de 23, um de 18 e outro de 09 anos; e a atriz Viviane, 44 anos, com um filho de 19 anos. Ambas participaram do espetáculo teatral *Bicho M*, que estrou na capital sergipana em 2016, e foi dirigido por Maicyra Leão. *Bicho M* é hoje a obra mais recente conhecida no estado que aborda diretamente o tema da maternidade. Observamos no espetáculo a presença de uma linguagem contemporânea do teatro, representado principalmente por mães/artistas sergipanas (o espetáculo possui um ator) que se aprofundaram na subjetividade de suas vivências para criarem a obra, ao mesmo tempo em que dialogam com mães não artistas que revelam ao público através de depoimentos ao vivo, suas próprias experiências ambíguas com relação à maternidade.

Em entrevista, Eike insiste que se fosse apresentar novamente o espetáculo, falaria abertamente na cena em que o público é convidado a se manifestar e o microfone fica à disposição, por um minuto - “microfone aberto” - e relataria fatos que antes não tinha coragem: “Não estava preparada para aquele microfone aberto. Talvez ainda hoje não esteja, mas hoje, há em mim uma coragem que antes não havia” (Eike em entrevista pessoal, 2019, s/p).

Já Viviane afirma que o que despertou a escolha do tema para o espetáculo foi, além da maternidade recente da diretora do espetáculo, o fato de que o assunto sempre recorria nas conversas do grupo. Optaram então por falar do que elas chamavam de “lado B da maternidade”, o outro lado que ninguém apresenta publicamente – não o da mãe divinizada, abnegadora e sim o da mãe real, do “leite que não tem”, do “bico do peito sangrando” e outras questões pertinentes às descobertas do processo de criação do espetáculo. Viviane revelou que apesar de ter tido certo apoio financeiro e familiar durante sua gestação, passou por outros tipos de dificuldades, como o fato de ter que dar uma pausa em seus estudos e em sua vida profissional, enquanto o genitor da criança seguia sua vida sem alterações.

Observamos, portanto, que as motivações que levaram essas artistas a autorrepresentarem suas maternidades recentes não são distintas das que inspiraram outras artistas ao redor do mundo. Os aspectos conflituosos como a perda da independência, da liberdade, do espaço e do tempo individual, as mudanças no corpo, cicatrizes irreparáveis e os traumas físicos são motivadores potenciais para ambas.

No entanto, há também aquelas que não percebem ou não podem perceber essas questões como motivadoras. Assim, destacaremos resultados das entrevistas que revelam essa possibilidade.

Com 29 anos, Priscila tem um filho de 01 ano e revelou que na descoberta da maternidade se sentiu “triste e feliz, desesperada e encorajada, louca e sã”. Seu desejo é futuramente abordar a maternidade artisticamente como motor positivo e negativo, através da linguagem do circo e da literatura. Apesar de hoje aceitar a maternidade como realidade em sua vida, Priscila nos lembra da geração essencialista dos anos 1960 e 1970 do feminismo que combatia o discurso patriarcal negando a maternidade.

Para Mayara, de 30 anos, mãe de uma menina de 02 anos e meio, a “maternidade é submundo”. É uma tarefa pouco dividida, pouco retratada artisticamente e pouco debatida socialmente. Seu desejo é escrever, catalogar algo para posteridade, que outras mães possam ler e ter acesso, além disso, tem vontade também de fazer algo para o público infantil. Ela vê a maternidade não como obstáculo, mas como a resignificação das coisas, do mundo. Em entrevista ela se recordou de uma mulher que disse “eu amo meus filhos, mas não gosto de ser mãe”. Revelou que não se sente assim, que gosta da função de educar uma pessoa para o mundo, mas reclamou da falta de apoio, da falta de creches e de assistência.

Chamou-nos a atenção que enquanto ela falava sobre as dificuldades da maternidade, sua filha interferia a entrevista, enfatizando ainda mais essa solicitação persistente da filha, Mayara lamentou o pouco tempo que tinha para se doar ao seu grupo de teatro desde que se tornou mãe e falou que receia que esse tempo que doa para suas atividades artísticas faça falta à sua filha. Ela afirmou que ainda está numa espécie de “gangorra emocional” (termo da entrevistada). Seu desejo é poder um dia retratar a maternidade de forma crítica: a construção social e responsabilização individual da mulher.

Samara, de 30 anos, com sua filha de apenas 04 meses, revelou que teve dificuldades para engravidar, ela e o marido cogitaram fazer fertilização *in vitro*, mas descobriu a gravidez antes de iniciar o tratamento. Ela enxerga a maternidade como um “trabalho invisível”, que muitas vezes não é valorizado. A atriz se preocupa como será quando acabar sua licença-maternidade e lamenta o fato de ter que trabalhar intensamente durante as fases de crescimento e desenvolvimento da filha. No entanto, sente saudades de suas atividades, do seu trabalho, de sua independência e liberdade, ao mesmo tempo em que se sente um pouco culpada por sentir essa saudade. Samara anseia que um dia possa abordar a maternidade artisticamente na perspectiva de quem não consegue engravidar, ou até de quem não quer, da ansiedade das tentantes e de como algumas mães

se sentem muitas vezes “superiores” às não-mães, o que a incomoda. Para ela, mulheres que não querem ser mães não são bem vistas pela sociedade.

Renata, de 43 anos, tem um filho de 01 ano e 07 meses. Revelou que seu interesse pelas artes vem desde a infância e que por opção escolheu ser mãe aos 42 anos, pois segundo ela já estava com o “prazo de validade vencendo”. Caso fosse abordar a maternidade em alguma obra, retrataria sua própria experiência de ser mãe aos 42 anos.

Valquíria, de 52 anos, a mais velha das entrevistadas, possui um filho de 11 anos. Com uma carreira bastante conhecida no cenário teatral sergipano, revelou que a experiência da maternidade tardia a fez evoluir artisticamente de uma “mera atriz” à diretora de sua própria companhia de teatro.

Fui mãe no momento exato, no momento em que eu estava madura. Não para interromper, mas para adaptar, já por justamente ter vivido e realizado na carreira, o que podia e queria e não “transferir” o peso do “não ter feito por sua causa”. Estar plena (Valquíria em entrevista pessoal 2019, s/p).

Nas duas últimas entrevistas citadas acima evidenciamos a gravidez tardia das artistas. Ambas manifestaram que se esquivaram da maternidade no auge de suas carreiras, porém hoje se sentem felizes por terem feito a escolha do momento “certo”, de acordo com as mesmas.

Vias de uma inconclusão local

Como observamos, com o passar dos anos e com o fortalecimento do feminismo, cada vez mais mulheres passaram a ocupar espaços de fala na sociedade, inclusive no campo das artes. Logo, percebemos que o aumento dessa representação artística vem contribuindo para uma nova visão da mulher na sociedade em todo o mundo, ainda mais quando se trata da expressão da maternidade, algo tão particular do universo feminino.

A maternidade vista pela artista mulher, e na maioria das vezes, mãe também, apresenta diferenças peculiares em relação à produção masculina. Destaca-se a compreensão e o significado do tema a partir de uma experiência que é única. As transformações físicas, o parto, a amamentação e os cuidados com o bebê são vividos de forma intensa e particular. Esta consciência e envolvimento profundo entre o par “mãe e filho” se fazem presentes nas obras das artistas. A mãe é representada como o sujeito da ação, e não, como um simples objeto do olhar (SENNA, 2010, p. 9).

Em Sergipe, no entanto, como já destacado inicialmente, observamos a baixa ocorrência de obras e artistas que autorrepresentaram sua maternidade no campo das artes performáticas, nas últimas décadas, diferentemente de outros países.

Dentre alguns aspectos que nos chamaram a atenção neste quesito, e que se destacam quanto a possíveis suspeitas para esse baixo quantitativo, encontram-se: a falta de apoio por parte de familiares e pessoas mais próximas para com o cuidado com a criança; a ausência ou pouca presença da figura paterna nesse cuidado; a invisibilidade do trabalho materno e portanto o despreparo social quanto à valorização dessa função; as queixas em relação à visão romantizada da maternidade o que leva a pressões e cobrança tanto no nível pessoal quanto social; as dores vivenciadas no processo de parto, de gestação e cuidados, tanto do ponto de vista físico quanto afetivo, que muitas vezes anestesia a percepção criativa da própria experiência; as mudanças na mente e no corpo ou ainda a negação da própria maternidade; a urgência com relação ao tempo físico, uma vez que a recém mãe dispõem de pouco tempo para exercer funções laborais e/ou criativas para além dos cuidados com criança e sua própria manutenção financeira.

Observamos ainda, que essas questões se aproximam das motivações que também inspiraram outras artistas a criarem suas obras. Portanto há uma ambiguidade quanto a essa motivação. De toda a sorte, apesar das questões serem semelhantes e de haver o interesse em representar a maternidade por parte de todas as entrevistadas, efetivamente a criação ainda é incipiente no estado. Acreditamos que essa baixa ocorrência se deve ao fato de haver pouca visibilidade, em Sergipe, sobre este tema no meio social e político.

Portanto, para concluir, acreditamos, então, que falar da maternidade como um ato revolucionário na luta feminista se faz necessário e que hoje, no século XXI, o assunto teoricamente já não seria mais um tabu, como nos anos 1960/1970, mas a rigor ele sobrevive como um tema delicado e como uma estratégia coercitiva fundamental para a perpetuação de valores e noções conservadoras.

Referências

- LISS, Andrea. **Feminist, Art and the Maternal**. Minneapolis: University of Minnesota Press. 2009.
- MACEDO, Silvana Barbosa. **A expressão do poder materno na arte contemporânea**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.
- RECKITT, H. and PHELAN, P. **Art and Feminism**. New York: Phaidon, 2001, 2012.
- SENNA, Nádia da Cruz. **A imagem da mãe pelas artistas plásticas do século XX. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 9th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2010.

Maternalismo, direitos sexuais e maternidade solidária na ficção utópica de Gioconda Belli

Melanie Létocart Araújo
Letras Estrangeiras/UFS

RESUMO

No projeto de escrita ficcional de Gioconda Belli, encontram-se não somente as mulheres, mas a maternidade e as mães na sua diversidade. No romance *El país de las mujeres* (2010) – que encena uma sociedade idealizada, organizada em torno de um Estado ginocrático –, alguns temas provocam a transformação da instituição materna.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo. Maternidade. Direitos sexuais.

ABSTRACT

At the heart of Gioconda Belli's fictional writing project, we find not only women but also maternity, as well as mothers in all their diversity. Belli's novel *El país de las mujeres* (2010) portrays an idealised society structured around a gynocratic State, in which certain themes lead to a transformation of the maternal institution.

KEYWORDS: Feminism. Maternity. Sexual rights.

Recebido em 27/06/19. Aprovado em 29/07/19.

Maternalismo, direitos sexuais e maternidade solidária na ficção utópica de Gioconda Belli¹

Melanie Létocart Araújo²
Letras Estrangeiras/UFS

Após as mobilizações e reflexões das feministas ocidentais nas décadas de 1960 e 1970 – que dissociaram as mulheres de sua capacidade reprodutora e rejeitaram a experiência materna na sua configuração patriarcal –, a maternidade constitui, hoje, um objeto de pesquisa que continua, por um lado, desafiando o pensamento feminista e, por outro, inspirando inúmeros artistas. Na década de 1970, a escritora Adrienne Rich (1980) revelou e examinou amplamente dois aspectos fundamentais da maternidade:

[...] a *relação potencial* de uma mulher com seus poderes de reprodução e com seus filhos, e a *instituição* que busca submeter esse potencial – e todas as mulheres – à autoridade masculina (RICH, 1980, p. 9, grifo do original).³

1. Texto adaptado de um estudo mais amplo cuja publicação está prevista para abril de 2020, na coletânea *Nouvelles perspectives sur les maternités. Regards croisés des Sciences et de la Littérature* organizada por Marjolaine Raquin da Universidade de Luxembourg e Hélène Barthelmebs da Universidade de Liège (Editora Peter Lang).

2. Professora do Departamento de Letras Estrangeiras, da Universidade Federal de Sergipe.

3. Tradução livre de: “[...] la *relation potentielle* d'une femme avec ses pouvoirs de reproduction et avec ses enfants, et *l'institution* qui vise à faire que ce potentiel – et toutes les femmes – soit soumis à l'autorité masculine” (RICH, 1980, p. 9, grifo do original).

Em um ensaio recente, a socióloga espanhola Esther Vivas (2019) observou que, depois da necessária rebelião da Segunda Onda Feminista, as tensões, os dilemas, as contradições, a indiferença, ou ainda o desprezo de parte do Feminismo em relação ao tema incômodo da maternidade requeriam, mais do que nunca, um olhar atento e uma renovação da abordagem. Em meio à persistência do modelo patriarcal e às injunções liberais do mercado, que subordinam a experiência materna, ela chama à desobediência das mães e defende um projeto de emancipação baseado na representatividade, na valorização e na visibilidade da função materna na reprodução humana e social – o que abarcaria a maternidade como responsabilidade coletiva (VIVAS, 2019, p. 15-16). Segundo a autora, uma vez que a maternidade não é mais assimilada como destino, as mulheres precisariam, doravante, conquistar o direito de viver ou não a experiência dignamente, e com liberdade. Em busca de uma resolução do

abandono da questão materna por uma parte do Feminismo, ela aponta tanto para o sofrimento individual e social materno (op. cit., p. 114) quanto para a desvalorização da maternagem e dos cuidados pelas políticas públicas e pelo sistema socioeconômico (op. cit., p. 120-121).

Em outro registro, alguns anos antes, a romancista chilena Lina Meruane analisou, em um ensaio polêmico (2014), o atual fenômeno de ressencialização da maternidade, bem como os preceitos sociais de propaganda procriadora, deparando-se com três posicionamentos feministas: i) o igualitarismo, que defende para as mulheres as mesmas oportunidades e garantias que para os homens, a mesma liberdade no tocante ao corpo, às relações parentais e à contracepção, e o direito de exercer a maternidade com facilidades e com a total colaboração do parceiro progenitor (MERUANE, 2014, p. 118); ii) o diferencialismo que, partindo da diferença entre homens e mulheres na dimensão da biologia e da procriação, busca legiferar e valorizar “o inigualável aporte feminino” (op. cit., p. 118);⁴ e, finalmente, iii) a vertente maternalista-essencialista, que celebra a diferença, a superioridade do corpo feminino e a maternidade de forma mais radical, a partir de uma retórica ecologista, o que levaria a renunciar às vantagens obtidas pelo Feminismo igualitarista para voltar à “[...] retrógrada equação mulher = natureza que isenta os homens” (op. cit., p. 122).⁵

Desde o início de sua carreira literária na década de 1970, a romancista nicaraguense Gioconda Belli se debruçou sobre experiências maternas e filiais, próprias, ficcionalizadas ou ficcionais. Desmascarou alguns tabus e criou um mosaico de mães e filhas com características heterogêneas e por vezes ambivalentes, cujos elementos integram desde figuras maternas míticas (de tradição mesoamericana ou bíblica) até outras, deficientes, como é o caso do último romance publicado, *Las fiebres de la memoria* (2018). Todavia, destacam-se recorrentes personagens de mães ausentes que encarnam o tema onipresente do desamor materno e a repetida perspectiva de protagonistas-filhas que sofrem com a indiferença, com a distância e com o abandono da mãe.⁶ Diante da persistência do tema, resulta instigante examinar a amplitude das identidades maternas construídas na obra narrativa. Se alguns estudos abordaram⁷ aspectos psicanalíticos e míticos do imaginário materno de Gioconda Belli, a maternidade como *potencial* reprodutivo (RICH, 1980) e o *posicionamento* feminista (MERUANE, 2014) da romancista face a este potencial são dimensões que ainda merecem uma investigação minuciosa.

Para isso começo examinando, aqui, o romance *El país de las mujeres* (2010), corpus que se justifica pela centralidade do tema materno na obra. Neste sexto romance, Gioconda Belli opta por encenar novamente *Faguas*,⁸ país fictício onde, em um futuro indeterminado, um grupo de mulheres conduzidas pela

4. Tradução livre de “el inigualable aporte femenino” (MERUANE, 2014, p. 118).

5. Tradução livre de “[...] retrógrada ecuación mujer = naturaleza que exige a los hombres” (op. cit., p. 122).

6. Ver os romances *La mujer habitada* (1988), *Sofía de los presagios* (1990), *Waslala* (1996), *El pergamino de la seducción* (2005), todos de Gioconda Belli.

7. Cf. os estudos de Sophie Large (2014), Nathalie Besse (2003) e Valeria Lafita Fernández (2015).

8. Nome do país criado no romance *La mujer habitada* (1988) e retomado em *Waslala* (1996).

jornalista *Viviana Sansón* funda o *Partido de la Izquierda Erótica* (PIE)⁹ e instaura um governo ginocrático que coloca a maternidade no centro de um projeto de transformação política.

As medidas são recebidas com hostilidade por membros de um partido de oposição, que organizam um atentado contra a presidenta eleita. Dentre os elementos que permitem examinar a experiência *potencial* de reprodução das mulheres e o posicionamento feminista, selecionei o tema da *maternidade* como escolha e com facilidades. Postulo que o acesso ao controle do seu potencial de fecundidade pelas mulheres desestabiliza o modelo patriarcal de maternidade e configura um posicionamento feminista híbrido.

Guy Bouchard (1994) mostrou que

[...] nas utopias feministas, a ginocracia se conjuga no futuro. De fato, basta uma guerra ou uma catástrofe de envergadura planetária para desconstruir todas as relações de poder atuais e instaurar uma sociedade diferente (BOUCHARD, 1994, p. 492).¹⁰

Com muito humor e liberdade, o romance de Gioconda Belli se inscreve, claramente, no gênero utópico feminista, uma vez que, durante a campanha eleitoral, uma nuvem vulcânica – cujo efeito diminui drasticamente o nível de testosterona nos homens e os deixa incapazes de reagir – permite a vitória do PIE e a eleição de Viviana Sansón à presidência de Faguas. Ao comando da nação, as mulheres reorganizam a sociedade por meio de medidas concentradas na desconstrução das relações de gênero e na implementação de valores maternalistas que hipervalorizam tanto a experiência como os saberes maternos: cuidar do país como se fosse um filho ou uma filha; valorizar os saberes maternos projetados nas relações sociais, cívicas e políticas com a adoção da *Cuidadania*¹¹ para fundar um novo civismo; substituir os funcionários públicos homens por mulheres durante seis meses; oferecer aulas de Maternidade para meninas e meninos nas escolas; oferecer um Curso de Maternidade na Universidade; repreender severamente as agressões sexuais contra mulheres e crianças, com exposição pública dos réus; promover políticas de cuidados e higiene voltadas para as crianças em troca de água potável gratuita; criar o Ministério das Liberdades Ilimitadas para efetivar a igualdade entre os gêneros etc. (LARGE, 2014, p. 24).

Uma dessas medidas visa o controle, pelas mulheres, do seu potencial reprodutivo, através de direitos sexuais que incluem a despenalização da interrupção voluntária da gravidez¹² (BELLI, 2010, p. 162). Para defender a votação da lei despenalizando a *interrupção voluntária da gravidez no Congresso de Faguas*, as fundadoras do PIE deixam de lado as considerações religiosas e se concentram em diversos aspectos, os quais examino a seguir.

9. Trata-se de uma homenagem ao livro *Poemas de la izquierda erótica*, da poetisa guatemalteca Ana María Rodas, publicado em 1973.

10. Tradução livre de: “[...] dans les utopies féministes, c’est au futur que se conjugue la gynocratie. Il suffit en effet d’une guerre ou d’une catastrophe d’envergure planétaire pour déconstruire toutes les relations de pouvoir actuelles et instaurer une société différente” (op. cit., p. 492).

11. O neologismo – que fusiona o substantivo *ciudadanía* (do espanhol, “cidadania”) e o verbo *cuidar* – remete à possibilidade de formar cuidadores da pátria Faguas e busca ampliar o conceito de *ciudadania* ao associar o comportamento próprio de um bom cidadão à sua habilidade para cuidar (de si mesmo e dos outros).

12. Atualmente, a questão é uma das principais pautas de diversos coletivos feministas na América Latina. Com exceção do Uruguai, da Guiana, de Cuba, Porto Rico e da Cidade do México, que autorizam livremente o acesso ao procedimento médico, nos outros países latino-americanos – inclusive a Nicarágua, onde nasceu a romancista – a interrupção voluntária da gravidez é ilegal, sendo considerada crime previsto em código penal para as mulheres que a praticam clandestinamente, fora dos quadros jurídicos próprios de cada país. Podem ser mencionadas, aqui, as numerosas mobilizações e votações organizadas no Chile e na Argentina, por exemplo, e o *Prêmio Simone de Beauvoir para a liberdade das mulheres*, entregue em janeiro de 2019 à salvadorena Sara García Gross.

Em primeiro lugar, os argumentos usados estabelecem uma relação direta entre a proibição legal, a *prática* clandestina e os riscos à *saúde* das mulheres: “[...] era inútil proibir o aborto. Ocorria de todas as formas e a incapacidade de fazê-lo nas condições adequadas era a responsável pelas mortes” (BELLI, 2010, p. 162).¹³ Ao invés de manter a proibição, o PIE obtém a despenalização através da *Ley del Aborto Inevitable*, oferecendo, assim, *proteção médica e escudo jurídico às mulheres*. Dessa forma, o Estado ginocrático supera os limites do tabu religioso e da herança criminalizante, colocando o corpo e a saúde das mulheres no centro das decisões *políticas*, dos direitos sexuais e reprodutivos, bem como oferecendo procedimentos *médicos* seguros.

Em paralelo, o governo de Faguas implementa uma *política de prevenção* orientada por alguns dos motivos que levam as mulheres a abortar, tais como dificuldades socioeconômicas e profissionais ou questões psicológicas geralmente levantadas pela decisão de ser mãe – dimensão que Yvonne Knibiehler (2004) chama de *maternidade psíquica*:

De tal forma que muitas jovens mães vivem ansiosas, estressadas, decepcionadas. [...] Os que se dedicam ao estudo da maternidade psíquica observam o aumento das patologias na relação mãe-filho [...]. Divididas entre procriação e produção, as Ocidentais observam que suas tarefas não estão simplesmente justapostas, nem sobrepostas: cada tarefa se repercute nas outras e as modifica, as redetermina. Precisamos rever tudo: não somente o tempo e o espaço das mulheres, mas suas responsabilidades, seus papéis sociais, seus vínculos afetivos (KNIBIEHLER, 2004, p. 121).¹⁴

A historiadora observa, também, que para assegurarem a função social de renovação das gerações, “[...] as mulheres precisam sentir em torno delas uma coletividade solidária, precisam de aprovação e de reconhecimento” (op. cit., p. 121).¹⁵ No romance de Gioconda Belli, ao considerar as penalidades do modelo de maternidade herdado em Faguas, o PIE busca pôr em prática a solidariedade e cuidar da *saúde psíquica das mães*: “[...] garantir que por razões econômicas, de opções de trabalho, de preocupações sobre o cuidado futuro do filho, nenhuma mulher visse o aborto como uma opção necessária” (BELLI, 2010, p. 162).¹⁶ Portanto, a respeito da interrupção voluntária da gravidez, o governo atende não somente aos aspectos médicos e jurídicos, mas também às dimensões socioeconômicas, profissionais e outras, mais sutis, de ordem subjetiva, como a *angústia* materna para conciliar maternidade e profissão. Se trataria de um modelo *político* de maternidade *solidária*, que provê às necessidades das mães, oferecendo *proteção e facilidades*, e resolvendo dificuldades materiais e *psíquicas* para antecipar um eventual recurso ao aborto.

13. Tradução livre de: “[...] era inútil proibir el aborto. Ocurría de todas formas y era la incapacidad de hacerlo en las condiciones adecuadas la responsable de las muertes” (BELLI, 2010, p. 162).

14. Tradução livre de: “[...] aussi nombre de jeunes mères vivent-elles dans l’anxiété, le stress, la déception. [...] Ceux qui se consacrent à l’étude de la maternité psychique constatent la progression des pathologies dans la relation mère-enfant [...]. Écartelées entre procréation et production, les Occidentales constatent que leurs tâches ne sont pas simplement juxtaposées, ni superposées: chaque tâche retentit sur les autres et les modifie, les redétermine. Tout est à revoir: non seulement le temps et l’espace des femmes, mais leurs responsabilités, leurs rôles sociaux, leurs liens affectifs” (KNIBIEHLER, 2004, p. 121).

15. Tradução livre de: “[...] les femmes ont besoin de sentir autour d’elles une collectivité solidaire, elles ont besoin d’approbation et de reconnaissance” (op. cit., p. 121).

16. Tradução livre de: “[...] garantizar que por razones económicas, de opciones de trabajo, de preocupaciones sobre el cuidado futuro del hijo, ninguna mujer viese el aborto como una opción necesaria” (BELLI, 2010, p. 162).

Um pouco mais adiante, a personagem Viviana afirma o seguinte:

Tanto mimo lhes ofereceremos [...] que, tal como sempre devia ter sido, a mulher sentirá a gravidez como algo que enriquecerá sua vida [...] para abolir o aborto o que falta não é proibi-lo, mas sim deixar de penalizar a maternidade (op. cit., p. 163).¹⁷

Assim, para prevenir os sacrifícios *maternos habituais* e a fatalidade da pobreza com sua correlativa dependência financeira a respeito do companheiro ou da família, o governo de Faguas considera favorecer, também, a dignidade no exercício da maternidade, dando às mulheres grávidas todos os cuidados possíveis. Pelo atalho *elíptico penalizar la maternidad*, a romancista faz a economia de uma exposição de aspectos que convém mencionar para melhor analisar seu alcance.

Por um lado, para o governo de Faguas, trata-se de confrontar e revisar um passado de subordinação e de *dom de si* das mães, contra o qual numerosos coletivos feministas da década de 1970 se revoltaram. De fato, a afirmação *tal como debía siempre haber sido* remete a uma temporalidade passada e comporta uma *crítica implícita ao exercício patriarcal da maternidade*, “[...] que passa pelo abandono de suas potencialidades criativas antes que por sua realização” (CHOLLET, 2018, p. 80).¹⁸

Por outro lado, a enunciação tanto mimo les ofereceremos indica uma inversão dos papéis tradicionais: de cuidadoras – esquecidas de si, socialmente relegadas ao lar, dedicadas aos cuidados dos(as) filhos(as), em um estado de abnegação condicionada pelas normas sociais –, as mães passam a receber cuidados. Em Faguas, o governo assumiria, portanto, as necessidades das mães para acabar com sua situação de isolamento e de carga exclusiva dos cuidados filiais. O termo mimo, que também denota uma demonstração de afeto e carinho específica da esfera íntima, remete a uma prática fusional e corporal da relação pais-filhos(as). Seu traslado na área pública de uma política governamental indica a vontade de criar uma nova perspectiva social – afetiva e atenta – em relação às mães. Também visa transformar a experiência individual da maternidade, reequilibrando a balança dos cuidados – o que Fabienne Brugère (1982, p. II) chama de “[...] o equilíbrio encontrado entre preocupação consigo mesma e preocupação com os outros”.¹⁹ Passa-se, assim, da norma social da mãe como única provedora de cuidados e mimos ao modelo de uma coletividade, preocupada pelo bem-estar da mãe. Em suma, o governo do PIE não somente reconhece a dívida histórica da sociedade de Faguas e do Estado em relação às mães (tal como debía siempre haber sido), como também estende seu ideal maternalista às próprias mães. Gioconda Belli antecipa, assim, no plano da ficção, uma resposta à pergunta recentemente formulada por Esther Vivas (2019, p. 41): “quem defende as mães?”.²⁰

17. Tradução livre de: “[...] tanto mimo les ofreceremos [...] que, tal como debía siempre haber sido, la mujer sentirá el embarazo como algo que enriquecerá su vida [...] para abolir el aborto lo que falta no es prohibirlo, sino dejar de penalizar la maternidad” (op. cit., p. 163).

18. Tradução livre de: “[...] qui passe par l’abandon de ses potentialités créatives plutôt que par leur réalisation” (CHOLLET, 2018, p. 80).

19. Tradução livre de: “[...] l’équilibre trouvé entre souci de soi et souci des autres” (BRUGÈRE, 1982, p. II).

20. Tradução livre de: “[...] ¿quién defiende a las madres?” (VIVAS, 2019, p. 41).

O conjunto das medidas revela a confiança e a temeridade da romancista, pois a interrupção voluntária da gravidez continua sendo um tema extremamente tabu em muitos setores das sociedades latino-americanas.²¹ Globalmente, no romance de Belli (2010) se reafirma a liberdade das mulheres quanto ao seu potencial de reprodução, prevendo um exercício da maternidade com dignidade, comodidades e facilidades para permitir a realização pessoal e profissional das mulheres-mães. Se afasta dessa forma da prescrição patriarcal, que criminaliza a interrupção voluntária da gravidez e coage a mulher a se tornar mãe em condições frequentes de sofrimento psíquico e fragilidade material.

Se consideramos, como demonstrou Yvonne Knibiehler (2004, p. 4), que “[...] a produção de filhos sempre foi e continua sendo uma questão de poder”²² e que “[...] o controle da fecundidade feminina é o lugar por excelência da dominação de um sexo pelo outro”,²³ a despenalização da interrupção voluntária da gravidez em Faguas significa, por um lado, a efetivação do poder político feminino e, por outro, o fim da dominação masculina sobre o corpo das mulheres, a autonomia no controle de sua fecundidade pelas mulheres. Se durante muito tempo o poder político instrumentalizou a maternidade e a fecundidade das mulheres ao serviço das nações (KNIBIEHLER, 2004, p. 92), no romance de Gioconda Belli inverte-se o movimento, e o poder político se coloca a serviço das mulheres, para que possam controlar sua fecundidade e vivê-la de forma digna e livre.

Sendo uma eventualidade e não mais uma penalidade, a procriação escapa, portanto, ao domínio da natureza e da clandestinidade, enquanto práticas coletivas solidárias se implementam para favorecer a emancipação das mulheres. De fato, outras medidas preveem a construção de restaurantes de bairro, por exemplo, com refeitórios e gestão coletiva, sem discriminação de gênero entre os habitantes quanto às atividades de refeição e limpeza:

Já fazia um ano que funcionava no bairro o sistema de cozinha rotativa, nascido da ideia de aliviar o trabalho doméstico. As famílias – homens e mulheres – se dividiam em turnos para preparar o jantar que se servia na casa da comunidade, construída entre todos (BELLI, 2010, p. 30).²⁴

Por outro lado, as empresas são obrigadas a construir creches e jardins de infância para os(as) filhos(as) de suas funcionárias e funcionários, sob pena de multa (op. cit., p. 180), e os pais são incentivados – ou obrigados, segundo seu estatuto trabalhista – a cuidar do lar e dos(as) filhos(as), para que aprendam a domesticidade (op. cit., p. 154). Finalmente, o governo cria *casas de mães voluntárias* (sic), a domicílio, com cargos para auxiliares maternos(as) remunerados(as), para mulheres ou homens com vocação materna. De fato, o governo

21. É oportuno lembrar que, fato raro na literatura hispano-americana, ela evocou, em suas memórias, sua própria experiência de aborto. Cf. Belli (2002, p. 256).

22. Tradução livre de: “[...] la production des enfants a toujours été, et demeure, un enjeu de pouvoir” (KNIBIEHLER, 2004, p. 4).

23. Tradução livre de: “[...] le contrôle de la fécondité féminine est le lieu par excellence de la domination d’un sexe sur l’autre” (op. cit., p. 4).

24. Tradução livre de: “[...] Ya hacía un año que funcionaba en el barrio el sistema de cocina rotativa, nacido de la idea de aliviar el trabajo doméstico. Las familias – hombres y mujeres – se turnaban en preparar la cena que se servía en la casa comunal, construida entre todos” (BELLI, 2010, p. 30).

considera importante “[...] separar a função do cuidado dos filhos do gênero feminino” (op. cit., p. 180).²⁵

Embora inúmeros aspectos relacionados ao exercício contemporâneo da maternidade e da parentalidade fiquem de lado – tais como a carga mental, o fracionamento do tempo das mulheres (CHOLLET, 2018, p. 83), as desigualdades intrafemininas de gênero, de classe e de raça, as relações de subalternidade em torno aos cuidados (PAPERMAN, 2015) –, ao longo do romance desenha-se o paradigma de uma relação das mães com os(as) filhos(as) que não é mais exclusiva ou coerciva, mas *potencial*. Essa ruptura com a maternidade, tal como Adrienne Rich (1980, p. 9) já havia denunciado enquanto instituição submetida à autoridade masculina, é acompanhada de um derrube do estereótipo patriarcal da *mãe natural* que encontraria somente satisfação nas suas tarefas maternas e no isolamento do lar (op. cit., p. 19).

A presença de tais temas em uma ficção utópica do século XXI revela outras dimensões importantes que merecem atenção. Como outros romancistas emblemáticos da literatura continental fizeram antes ao criar espaços imaginários como *Macondo*, *Santa María* ou *Comala* (CAMAYD-FREIXAS, 1998), por meio de *Faguas* – país inventado com referências à realidade sociológica da Nicarágua e, mais amplamente, à realidade das sociedades hispano-americanas –, Gioconda Belli propõe um pacto de leitura de nível duplo. O primeiro, literal, remete estritamente à tomada do poder pelas mulheres em Faguas, enquanto que o segundo, figurado, oferece uma alegoria das relações de gênero na América Latina.

A criação de um Estado ginocrático na ficção, ao mudar as relações de gênero e o lugar das mulheres, faz, implicitamente e por contraste, referência às inúmeras aspirações e dificuldades que conhecem as mulheres da região. Tal estratégia narrativa permite lançar luz sobre a instituição materna e a ordem sexuada dominante. Nas entrelinhas, Gioconda Belli parece lembrar que muitas mulheres ainda estão longe de alcançar a igualdade e a emancipação – seja dos papéis maternos tradicionais ou do controle masculino sobre sua vida reprodutiva –, aspectos que constituem desafios penderes. Nesse sentido, a presença de temas que estiveram no centro das lutas feministas ocidentais dos anos 1970 poderia sinalizar a atrofia que se produziu, desde então, em grande parte da região, os numerosos obstáculos até atingir formas emancipadoras de maternidade e o imenso caminho a percorrer com vistas à obtenção ou à ampliação de direitos sexuais, reprodutivos e parentais – seja na Nicarágua, seja em diversos países da América Latina.

Na perspectiva da maternidade como *potencial* de reprodução, os aspectos examinados até aqui permitem concluir que a desconstrução das relações de gênero, a implementação de valores maternalistas que hipervalorizam os sabe-

25. Tradução livre de: “[...] separar la función del cuidado de los hijos del género femenino” (op. cit., p. 180).

res maternos e o autocontrole feminino sobre suas capacidades reprodutivas provocam a subversão da instituição materna. No tocante ao posicionamento materno-feminista da romancista, revela-se fronteiro e misto, entre os Feminismos igualitarista e diferencialista, sem nenhum vestígio interseccional, *queer* ou mesmo decolonial. Se, por um lado, as ideias igualitaristas estão claramente defendidas – liberdade das mulheres, maternidade com facilidades, igualdade parental e autocontrole da fecundidade – por outro lado Gioconda Belli afirma *alto* seu apego ao diferencialismo, através da hipervalorização da experiência feminina e dos saberes maternos. Tal como se observa em numerosos ensaios e obras de crítica literária feministas hispano-americanas, existe, portanto, no romance, uma tensão entre a aspiração à igualdade de direitos e “[...] a manutenção do *feminino* como indício identificador” (COURAU, 2017, p. s/p, grifo do original),²⁶ o que configura um feminismo híbrido. Este assume as dicotomias, reivindica a igualdade de direitos entre homens e mulheres e instaura práticas maternas alternativas e emancipadoras, numa combinação de forças que potencializa e amplifica o campo das possibilidades.

Referências

- BELLI, G. *La mujer habitada*. Barcelona: Editorial Seix Barral, 1988.
- _____. *Sofía de los presagios*. México: Editorial Planeta Mexicana/Seix Barral, 1990.
- _____. *Waslala*. Buenos Aires: Grupo Editorial Planeta/Seix Barral, 1996.
- _____. *El país bajo mi piel: memorias de amor y guerra*. Nova York: Paperback, 2002.
- _____. *Mi íntima multitud*. Madri: Visor Libros, 2003.
- _____. *El pergamino de la seducción*. México: Editorial Planeta Mexicana, 2005.
- _____. *El infinito en la palma de la mano*. Barcelona: Editorial del Grupo Planeta, 2008. (Colección Booket).
- _____. *El país de las mujeres*. Barcelona: Editorial Seix Barral, 2010.
- _____. *Escándalo de miel. Antología poética personal*. Buenos Aires: Seix Barral, 2011.
- _____. *Las fiebres de la memoria*. Barcelona: Editorial Planeta, 2018.

BESSE, N. Mythe et récit dans les romans de Gioconda Belli. 2003. 598 f. Tese (Doctorat en Études hispaniques et latino-américaines) – Université Sorbonne-Nouvelle Paris 3, Paris, 2003. Disponível em: <<https://www.theses.fr/2003PA030095>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

BOUCHARD, G. Les modèles féministes de société nouvelle. *Philosophiques*, v. 21, n. 2, 1994, p. 483-501. Disponível em: <<https://doi.org/10.7202/027289ar>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

26. Tradução livre de: “[...] le maintien du *féminin* comme indice identificateur” (COURAU, 2017, s/p, grifo do original).

BRUGÈRE, F. Cinq questions à Fabienne Brugère. In: GILLIGAN, C. (Org.). *Une voix différente, la morale a-t-elle un sexe?* Paris: Flammarion, 1982. p. I-VIII.

CAMAYD-FREIXAS, E. *Realismo mágico y primitivismo. Relecturas de Carpentier, Asturias, Rulfo y García Márquez*. Lanham; Nova York; Oxford: University Press of America, 1998.

CHOLLET, M. *Sorcières. La puissance invaincue des femmes*. Paris: Éditions La Découverte, 2018.

COURAU, T. La République des Lettres au féminin et le différentialisme latino-américain. In: BARRIENTOS-TECUN, D.; REYNES-DELOBEL, A. (Dir.). *Écritures dans les Amériques au féminin*. Aix-en-Provence: Presses Universitaires de Provence, 2017. p. 1-29. Disponível em: <<http://books.openedition.org/pup/7556>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

FROIDEVAUX-METTERIE, C. *Le corps des femmes. La Bataille de l'intime*. Paris: Philosophie magazine Éditeur, 2018.

GARCIA IRLES, M. Recuperación mítica y mestizaje cultural en la obra de Gioconda Belli. *Cuadernos de América sin nombre*, Alicante, Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, n. 5, 2003. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/recuperacion-mitica-y-mestizaje-cultural-en-la-obra-de-gioconda-belli--0/html/ffe6c1d8-82b1-11df-acc7-002185ce6064_10.html>. Acesso em: 25 jun. 2019.

GILLIGAN, C. *Une voix différente, la morale a-t-elle un sexe?* Paris: Flammarion, 1982.

GUERRA DE LEMOS, B. *Sob o signo de Tláloc – Construção identitária e memorial na obra de Gioconda Belli*. 2008. 356 f. Tese (Doutorado em Letras Neolatinas – Estudos Literários Neolatinos) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.letras.ufrj.br/pgneolatinas/media/bancoteses/bethaniaguerradelemosdoutorado.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

KNIBIEHLER, Y. *Histoire des mères et de la maternité en Occident*. Paris: PUF, 2004.

LAFITA FERNÁNDEZ, V. *Latinoamérica con voz de mujer. Un análisis de la identidad latinoamericana y femenina en cuatro novelas de Gioconda Belli*. 2015. 283 f. Tese (Doctorado en Teoría de la Literatura y Literatura Comparada) – Departament de Filologia Espanyola, Universidad Autónoma de Barcelona, Barcelona, 2015. Disponível em: <<https://www.tdx.cat/handle/10803/382645>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

LARGE, S. *Révolte, Révolution et Utopie dans les romans de Gioconda Belli*. 2014. 562 f. Tese (Doctorat en Langues, Idées, Sociétés, Institutions, Territoires) – Ecole doctorale Langues, Idées, Sociétés, Institutions, Territoires, Université de Bourgogne, Dijon, 2014. Disponível em: <<http://www.theses.fr/2014DIJOL031>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

MERUANE, L. *Contra los hijos (una diatriba)*. Barcelona: Penguin Random House, 2014.

PAPERMAN, P. L'éthique du care et les voix différentes de l'enquête. *Recherches féministes*, v. 28, n. 1, 2015, p. 29-44. Disponível em: <<https://www.erudit.org/fr/revues/rf/2015-v28-n1-rf01908/1030992ar/>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

REISZ, S. Estéticas complacientes y formas de desobediencia en la producción femenina actual: ¿es posible el diálogo? In: CASTRO-KLARÉN, S. (Dir.). *Narrativa Femenina en América Latina: Prácticas y Perspectivas Teóricas*. Madri: Iberoamericana, 2003. p. 331-350.

RICH, A. *Naître d'une femme*. Paris: Éditions Denoël-Gonthier, 1980.

VIVAS, E. *Mamá desobediente. Una mirada feminista a la maternidad*. Madri: Capitán Swing Libros, 2019.

ENSAIO

Fotos da série “Autoras”

Victoria Araújo

Artista

Victória Steffany de Araújo Silva é fotógrafa de mulheres, gestantes, partos, bebês, famílias, gatos e tudo que pulsar vida sob seus olhos. Através de um olhar sensível, ela segue o chamado de retratar mulheres para que se vejam numa outra perspectiva e possam despertar a consciência sobre uma reflexão mais saudável sobre si, sua história e seu corpo.

As fotografias aqui publicadas foram apresentadas na exposição *De Mulher: nascida*, com curadoria de Jhon Eldon e Maicyra Leão, que fez parte do Seminário tratado aqui nesta edição da revista Trapiche. Elas fazem parte da série *Autoras*, que de acordo com Victória é constituída por fotos de desconstrução e que remetem ao nosso poder feminino, nossas inquietações, nossas alegrias, nossa trajetória, nossa essência em construção. Que esse espaço fotográfico seja nossa casa, a natureza ou onde nosso corpo aquietar!







<https://seer.ufs.br/index.php/trapiche>

RESUMOS EXPANDIDOS

Filho da mãe! Contradições feministas da maternidade

Laiany Rose Souza Santos¹

PROGEO - UFS

Carla Apenburg Trindade²

Geografia - UFS

RESUMO

Compreende-se o feminismo como um campo político (FRACCARO, 2018), que surge a partir da necessidade de enfrentar uma sociedade capitalista-patriarcal-racista (SAFFIOTI, 1987). E mulheres, como uma categoria política, diversa e antagônica ao padrão homogêneo de mulher, condicionadas pelo estereótipo de gênero imbuído de fragilidade, dependentes da figura masculina. No que cabe a maternagem, pelo cuidado e doçura, delegam a ela a responsabilidade com a criação. “Filho da mãe!” é definido como expressão coloquial carregada de signos e significados, que impõe o “lugar da mulher” na sociedade, que se exacerba no atual cenário político ultraconservador. Através da categoria trabalho são expressas as contradições na leitura da maternagem, uma vez que, o dispêndio de energia gasto pelas mulheres no cuidado dos/as filhos/as e domicílios não é tratado como trabalho, dificultando o reconhecimento das múltiplas jornadas – e consequências – a que estas estão submetidas de forma exploratória e violenta.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Feminismo. Maternagem.

TRABALHO: A funcionalidade da inferioridade do trabalho feminino para o capital

O trabalho é mediador, que transforma os corpos (para e a partir do trabalho) assim como as relações sociais, ele “é o esforço humano dotado de um propósito e envolve a transformação da natureza através do dispêndio de capacidades mentais e físicas” (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996. p. 773), e este é inalienável ao ser humano.

Recebido em 27/06/19. Aprovado em 29/07/19.

1. Feminista, Doutora em Geografia – Universidade Federal de Sergipe, Pesquisadora no Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos – LABERUR/UFS, Pesquisadora no Grupo de Pesquisa Relação Sociedade Natureza e Produção do Espaço – PROGEO/UFS. laiany.santos@gmail.com.

2. Graduanda em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), pesquisadora PIBIC/CNPq e integrante do Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos (LABERUR/UFS), colaboradora na Rede DATALUTA/SERGIPE. apenburgct@gmail.com.

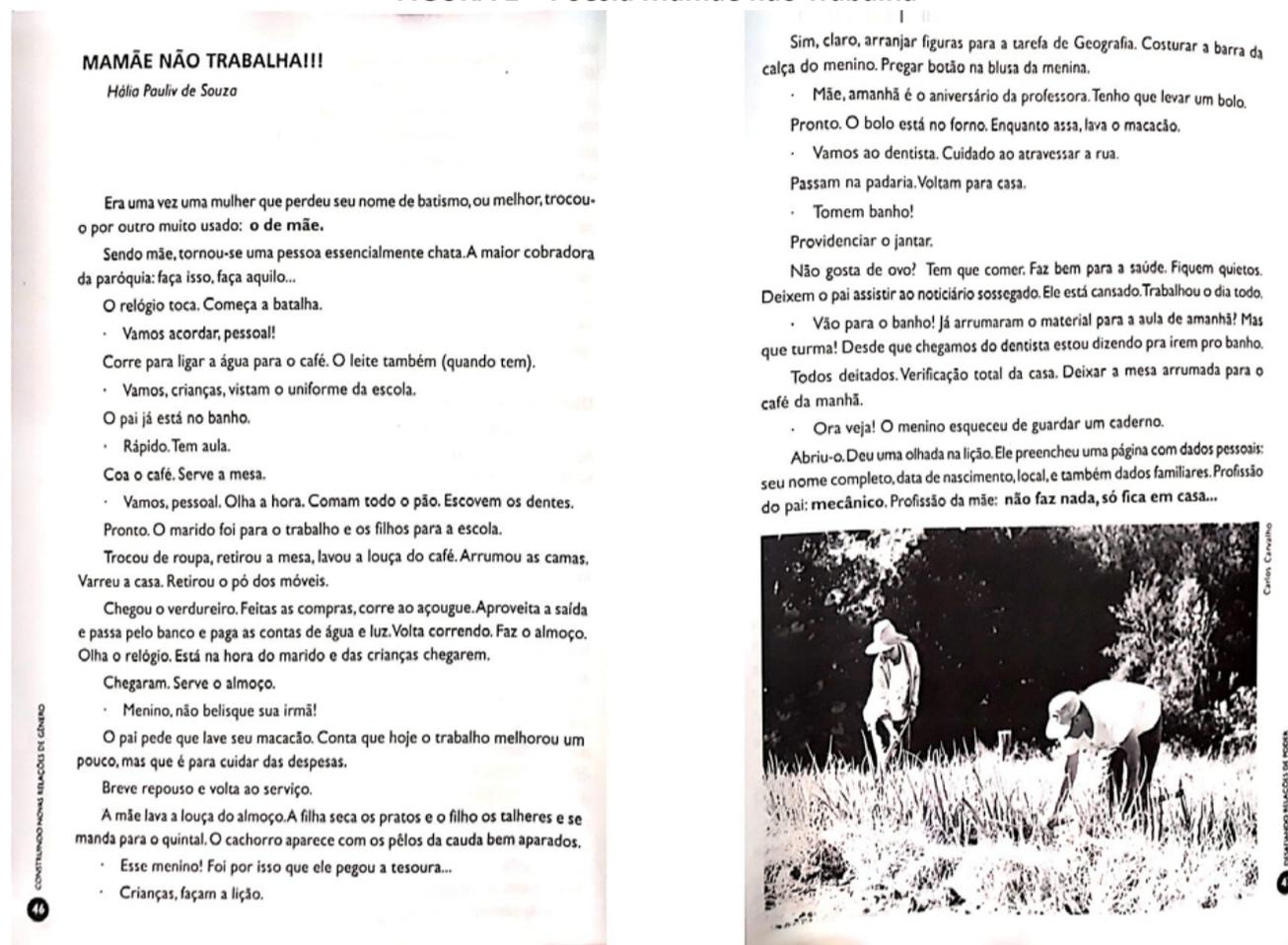
O fundamento de toda sociedade são as relações de produção. No capitalismo, as relações de produção são predominantemente distintas dos modos de produção anteriores. Os meios de produção aparecem separados dos produtores diretos; a propriedade privada é hegemônica e controla o trabalho, tornando-o uma mercadoria vendida e explorada conforme a dinâmica da acumulação; a natureza é transformada e submetida pelo trabalho (trabalho vivo) e pela técnica (trabalho morto) ao domínio do capital.

Para Lisboa (2018, p.70) “o avanço da acumulação capitalista com o seu sociometabolismo autoexpansível e incontrolável transforma ininterruptamente a relação sociedade/natureza mediada pelo trabalho”, o desenvolvimento do modo de produção capitalista constrói arranjos espaciais desiguais e contraditórios, firmados numa estrutura patriarcal sustentada no antagonismo entre o homem e a mulher, marcada pela organização de família baseada na monogamia (“só para a mulher, e não para o homem. E na atualidade, conserva-se esse caráter” (ENGELS, 1984, p.67)).

O trabalho da mulher não vai ser visto como parte do processo social produtivo, mas como auxílio para suprimento das necessidades da família. Esse é um dos fatores que contribuem para opressão econômica da mulher “a forma mais significativa da divisão sexual do trabalho é a que se faz entre o trabalho doméstico [...] e o trabalho assalariado pelo capital” (BOTTOMORE, 2001, p. 384).

A ideologia capitalista atribui um papel social para a mulher, que define o seu trabalho (inclusive como não trabalho ao afirmá-lo enquanto tarefas domésticas). Ao colocá-la enclausurada na esfera reprodutiva dá-lhe o veredito da opressão e das múltiplas jornadas de trabalho, que justificadas na capacidade feminina de concentrar-se em múltiplas coisas ao mesmo tempo, ensinada e atribuída a ela como condição natural, nega a condição de superexploração que está submetida, como observa-se nesta poesia:

FIGURA 1 – Poesia Mamãe não Trabalha



A intenção de excluir a mulher do processo produtivo não é o apresentado pelo sistema como a fragilidade, deficiência física ou mental, mas ao se colocar esta barreira haveria a possibilidade de desviar o foco da sociedade de classes para fatores biológicos. Dessa forma, o trabalho realizado pela mulher geraria muito mais riquezas, pois há exploração de mais horas trabalhadas e salários menores, por causa da sua condição de inferioridade “natural”.

As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos (SAFIOTTI, 1976, p.36).

Condição que ainda é latente na vivência das sujeitas “mulheres”, compreendendo que estas constituem uma categoria política diversa e antagônica ao padrão homogêneo de mulher, condicionado pelo estereótipo de gênero imbuído de fragilidade, dependente da figura masculina para se realizar e, principalmente, no que consta a expressão da maternagem pelo cuidado e doçura, obedientes a um padrão de moral que se exacerba no atual cenário político conservador.

A partir da categoria trabalho que se pode compreender as contradições na leitura da maternagem feminista, uma vez que o dispêndio de energia gasto pelas mulheres no cuidado dos/as filhos/as e domicílios não é tratado como trabalho, dificultando o reconhecimento das triplas jornadas – e consequências – a que estas estão submetidas de forma exploratória e violenta.

Assim a expressão coloquial “Filho da mãe” ora utilizada como xingamento e ora para demarcar a atribuição da responsabilidade com a maternagem que recai sob a mulher, é representativa e acertiva ao afirmar a quem pertence a responsabilidade de condução social (educação, saúde e afeto) do sujeito.

FEMINISMO: contradições na luta pela equidade em meio à realização da maternagem

O feminismo é um movimento político, cujo pilar é a luta por igualdade, e surge da necessidade da defesa da condição da mulher como sujeita da sua própria história, o que possibilita processo de que a faça perceber que o pessoal é político, e portanto, essa condição contribui para transformação social, que em nossa compreensão feminista abarca a luta contra a simbiose capitalismo-patriarcado-racismo (SAFFIOTI, 1987), que estrutura formas diferenciadas que, como aponta García,

Condiciona a maneira como as pessoas experimentam o mundo, como interagem com os outros e quais oportunidades ou privilégios são oferecidos e negados. Neste sentido, um dos elementos fundamentais das relações de gênero é a maneira como se concretizam as relações de poder (2004, p.35).

Ressaltamos a contribuição de Arendt (1970) a respeito de que violência e poder não podem ser analisados separadamente, mesmo quando ocorrem no sentido de anulação um do outro. Para ela a violência se configura num meio para se chegar a determinados fins e, portanto possui “caráter instrumental”, enquanto o poder é compreendido como um “fim em si mesmo”.

Nem a violência nem o poder são fenômenos naturais, isto é, manifestações do processo vital; pertencem ao domínio político dos assuntos humanos cuja qualidade essencialmente humana é garantida pela faculdade do homem de agir, isto é, pela sua capacidade de principiar algo novo.” (ARENDR, 2007, p. 152).

A necessidade do feminismo se expressa também na condição de políticas de enfrentamento e combate a violência, em que o próprio Estado assume que há desigualdade social baseada na condição de gênero e constrói focopolíticas

(LEGUIZAMÓN, 2002) para atender essa “demanda”. Nesse sentido concordamos com Segato ao afirmar que:

El Estado entrega aquí con una mano lo que ya retiró con la otra: entrega una ley que defiende a las mujeres de la violencia a que están expuestas porque ya rompió las instituciones tradicionales y la trama comunitaria que las protegía. El advenimiento moderno intenta desarrollar e introducir su propio antídoto para el veneno que inocular (2010, p. 5).

Para a autora o papel do Estado não é acabar com a violência, mas exercer uma mediação para manutenção da sua estrutura, que trata a mulher como “ser de segunda categoria” (BEAUVOIR, (1949) 2008). Diante disso a violência pode ser compreendida como fenômeno social existente a partir das contradições nas relações materializadas no espaço, que impõe papéis sociais bem estabelecidos, sendo a maternidade construída como fetiche da idealização de mulher invisibilizando a condição de trabalho por ela realizado.

Assim, mesmo as mulheres mães feministas vivem com esse processo de contradição de ao mesmo tempo em que buscam afirmar-se enquanto sujeitas precisam cotidianamente dar conta de outros indivíduos por meio do discurso da sociedade capitalista-patriarcal-racista da “ajuda” masculina que em si já expressa a atribuição da responsabilidade para outrem.

Ao ouvir que o “filho é da mãe” primeiramente parece questionador e desqualificador da condição feminista assumida, embora na prática seja necessário levar em consideração que a educação formal recebida tem sua estrutura como instrumento mantedor da sociedade e por isso que condiciona as mulheres o papel de mães (tanto enquanto *feitiche* como também para executar um trabalho que deveria ser coletivo de forma individual e não pago), por isso contraditório.

PISCINA DE CULPAS: o que nos prende, o que nos move

Diante desse referencial e da vivência das autoras a proposta de exposição da condição da mulher mãe feminista foi o grito de desabafo que se deu por meio de *performance*, entendida como linguagem estético-artística interdisciplinar capaz de dialogar os conceitos aqui trabalhados, realidade e cultura (como expressão da sociedade que é modo de produção e também que de forma contra hegemônica se expressa pelas comunidades, povos tradicionais, grupos e movimentos organizados e corpos que se rebelam).

Enquanto o sistema capitalista-patriarcal-racista nos submerge em culpas advindas da “incapacidade” de alcançarmos a excelência em todos os âmbitos da vida, devido principalmente a impossibilidade de escolhas, por maneira como se concretizam as relações de poder.

Diante dos caminhos abertos desde Goffman (1975), não apenas tomamos a metáfora do teatro, do palco, do cenário, dos atores como vocabulário técnico, mas nos apropriamos tornando-a um espaço de investigação que diz respeito não a o quê os seres humanos fazem quando interagem uns com os outros, mas como fazem isso, levantando o debate do porquê.

A figura a seguir apresenta uma das cenas da performance em questão tomando-a desde nossa perspectiva metodológica materialista-histórica-dialética de apresentar as contradições, não nos prendendo somente aos padrões estéticos, mas utilizando-a como instrumento pedagógico político de diálogo com a sociedade.

FIGURA 2



Fonte: Acervo fotográfico Laiany Santos, 2018.

Nessa piscina (cenário) de 1 m² (um metro quadrado) propomos um diálogo sobre a condição da mulher, do trabalho feminino e como recai sob ela o processo de culpabilização de dentro pra fora (cobranças internas e sentimento de incapacidade) e de fora pra dentro (com os dedos apontados da sociedade como as “pedras atiradas na Geni”) numa maneira “filha da mãe” de expressar as correntes que nos prende.

Mas como a perspectiva é dialética apontamos o feminismo como possibilidade de transformação, uma vez que “Eu [nós] não me vejo na palavra, Fêmea: Alvo de caça, Conformada vítima, Prefiro queimar o mapa, Traçar de novo a estrada, Ver cores nas cinzas e a vida reinventar” (FRANCISCO, EL HOMBRE, 2016³).

Assim as pessoas que puderam assistir jogaram na piscina seus sentimentos de culpa e incapacidade que atingem a mulher e também o homem (não da mesma forma e intensidade) construindo “o que nos move”, e nos movimentando

3. Música do álbum de estreia da banda Francisco, el hombre, SOLTASBRUXA estreado em 2016. O grupo foi formado em 2013, e no seu som mistura elementos da música brasileira e mexicana.

de forma individual/coletiva para romper com as correntes do capitalismo-patriarcado-racismo (enquanto simbiose) na busca pela superação da condição de opressão/exploração a qual estamos submetidas.

Referência bibliográfica

ARENDT, Hanna. **O que é política?** Fragmentos das obras póstumas compilados por Ursula Ludz. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2007.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo [2]; a experiência vivida.** Tradução Sérgio Milliet, Lisboa, Bertrand Editora, 2008.

BOTTOMORE, Tom (coord). **Dicionário do Pensamento Marxista.** Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade e do Estado.** 9.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FRACCARI, Glaucia. **Os Direitos das Mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937).** FGV Editora, São Paulo, 2018.

GARCÍA, Maria Franco. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema.** Tese de doutorado. Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2004.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 1975.

LEGUIZAMÓN, Sonia Alvarez. La transformación de las instituciones de reciprocidad y control, del don al capital social y de la 'biopolítica' a la 'focopolítica'. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales** (Caracas) Vol. 8, Nº 1, janeiro-abril, 2002.

LISBOA, Josefa. **O trabalho como fundamento pedagógico para a compreensão do campo na formação de professores.** In: SANTOS, Marilene; VILAR, Joelma C; SANTOS, Flávia C. dos. Educação do campo: avanços, desafios e perspectivas: o Programa Escola da Terra em Sergipe. Gráfica e Editora Super Print, Itabaiana, 2018.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX.** Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 773).

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade;** prefácio | de| Antônio Cândido de Mello e Souza. Vozes. Petrópolis, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção polemical).

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. Tradução de Rose Barboza. **E-cadernos CES**, n.º 18, Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical, 2012.

Educação Feminina: Uma crítica de Mary Wollstonecraft à John Gregory

Mariana Dias Pinheiro Santos¹

Filosofia - UFS

RESUMO

No século XVIII a Europa estava contaminada com o que hoje consideraríamos o mais vil e ferrenho machismo. A conduta ideal da mulher chegou a ser preconizada por homens, que as consideravam apenas sob o prisma de elementos como amor e afeição, como foi o caso de John Gregory. O autor escocês redigiu um tratado com o intuito de ensinar às suas filhas o comportamento adequado de uma mulher: esconder os sentimentos, fazer as mais belas medidas, ser servil aos seus esposos e boas mães para seus filhos. Em uma palavra, a educação feminina era, em alguma medida, apenas uma forma de cárcere, e este era um pensamento comum na Europa do século XVIII. É neste cenário que Mary Wollstonecraft se insere, e escreve a obra *Reivindicação Dos Direitos da Mulher*, que não poderia deixar de ter em sua composição uma crítica direta ao autor escocês. O nosso intuito é não apenas apresentar a crítica dirigida por Wollstonecraft diretamente a Gregory, mas evidenciar o contraponto estabelecido por ela, ao longo de toda a obra, aos ideais de educação defendidos em *O Legado de um pai para suas filhas*, com o objetivo de mostrar que o pensamento da autora, ainda que contemporâneo a uma época em que sobressaía a ideia da submissão feminina, promove o espaço da mulher com direito à fala, ao estudo e ao trabalho, não apenas educando-as para serem belos corpos que são boas mães e boas esposas.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher. Comportamento. Direito. Educação.

INTRODUÇÃO

O século XVIII, na Europa, foi um período repleto e contemplado com diversos autores preocupados com a natureza humana e com a moral. Havia, de modo geral, um capricho para explicar as ações que os homens tinham, porque

Recebido em 20/07/19. Aprovado em 21/08/19.

1. Graduanda do terceiro período do curso de Filosofia da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

os homens cometiam determinadas ações, o que levava os homens a terem algumas condutas, e quais eram as condutas ideais para os homens. Como o leitor deve ter percebido, a palavra “homens” repete-se aqui, propositalmente, de forma exaustiva, e isso tem uma razão: o homem, em ampla medida, era tido como a criatura racional, e a mulher como a criatura levada pelas sensibilidade e pela delicadeza natural. O cultivo, o aprimoramento e o uso da razão, eram atividades voltadas, naturalmente, para as faculdades masculinas. E as faculdades femininas, por outro lado, estavam voltadas, naturalmente, para o zelo com a modéstia, com as medidas, com a boa galanteria, com o cuidado com a família e com os filhos.

É neste contexto que visamos a obra *O legado de um pai para suas filhas*, do escocês John Gregory, como um retrato, em alguma medida, da educação feminina do século XVIII europeu. Após perder sua esposa, o autor se propõe a tarefa de transmitir à sua prole as condutas ideais que deveriam cultivar e as que deveriam evitar, levando sempre em conta o que era tido como adequado e natural para o sexo feminino. Reservar uma modéstia natural, fazer medidas adequadas, evitar pronunciar-se em demasia quando estivesse em companhias, evitar o cultivo da razão, aprender tricô, ser uma boa esposa, ter estima pelos homens, não evidenciar suas faculdades do entendimento, compreender qual vestido é adequado para cada situação, e, como não poderia deixar de ter com tudo isso, uma espirosidade e uma reserva refletidas em todas as suas ações. Essas condutas, como Gregory evidencia ao longo do Tratado, não só eram esperadas daquelas do sexo feminino, como também tidas como naturais para o mesmo.

Entretanto, na contramão deste movimento, no final do século XVIII, Mary Wollstonecraft coloca-se como uma figura que tem a pretensão de mostrar como a conduta anteriormente descrita não era naturalmente feminina, e sim uma decorrência de toda a educação que as mulheres recebiam, e, mais ainda: a educação de que eram privadas, a saber, a educação voltada para o uso e o cultivo da razão. Dito isto, pretendemos com esta breve comunicação, evidenciar, de modo geral, os argumentos de que Wollstonecraft se vale para revelar que os preceitos (ou, se vocês preferirem: preconceitos) tomados por Gregory como naturais à conduta feminina, são, em última instância, injustos com mulheres no estado em que eram colocadas, o estado de ignorância.

Metodologia

Pesquisa bibliográfica de caráter reflexivo baseando-se na análise das obras dos autores Mary Wollstonecraft, John Gregory e Juan Bautista Cubié.

Fundamentação teórica

A partir das obras *Reivindicação dos direitos da Mulher*, *A Father's Legacy to his daughters* e *Em defesa das mulheres*, o texto irá evidenciar os diferentes tipos de concepções acerca da educação feminina que de um lado Wollstonecraft e Cubíe defendem, e do outro Gregory opõe-se.

Considerações finais

Como já foi dito, o estudo pretende evidenciar duas diferentes concepções que Wollstonecraft e Cubíe defendem, e Gregory opõe-se. Com isso, pretende-se adquirir subsídios para pesquisas posteriores que dirão respeito a críticas literárias aos ideais da novela como modo de educação das mulheres no século XVIII.

Referências

CUBÍE, Juan Bautista. **Em defesa das mulheres das calúnias dos homens: com um catálogo das espanholas que mais se destacaram nas Ciências e nas Armas**. Tradução Dafne Melo. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

GREGORY, Jonh. **A Father's Legacy to his Daughters**. Creative Media Partners, LLC, 2010.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos Direitos da mulher**. Tradução de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

Entre Corpos e Inquietações: Clarice Lispector e Nélide Piñon

Eliliane Santos Ferreira¹

PPGL - UFS

RESUMO EXPANDIDO

Ao observarmos o contexto histórico da literatura, podemos notar que é muito recente a conquista das mulheres por esse espaço nas produções literárias, ambiente que por muito tempo foi dominado por homens brancos, heterossexuais e de classe média alta, como nos fala Linda Hutcheon em seu livro *A Poética da Pós-Modernidade* (1991). Contudo, os estudos referentes às obras de autoria feminina, por mais diversos que sejam, ainda nos deixam muito a descobrir, inclusive na temática que envolve o corpo. Com o intuito de contribuir nas discussões acerca do corpo em obras escritas por mulheres, esta reflexão propõe uma abordagem sobre a construção e representação narrativa dos corpos femininos. Para promover discussões acerca do tema, utilizamos teorias que abordam o corpo, como o livro do sociólogo David Le Breton, *A Sociologia do Corpo* (2007), e a obra da autora Elódia Xavier, *Que Corpo É Esse: o corpo no imaginário feminino* (2007). A fim de abranger nosso alcance referente ao domínio corporal, também trabalhamos em nossas análises com fragmentos da obra *O Corpo Impossível: a decomposição da figura humana* (2010), da pesquisadora Eliane Robert Moraes. Nesse sentido, os contos que selecionamos como *corpus* de nossa pesquisa são “O Corpo”, da coletânea *A Via Crucis do Corpo* (1974), de Clarice Lispector, e o conto “I Love my Husband”, da obra *O Calor das Coisas* (1980), de Nélide Piñon; partindo para uma aproximação existente entre as duas autoras. Piñon conta em uma entrevista dada ao programa *Trilha de Letras*, que ao se encontrar com Clarice, elas buscavam não falar sobre literatura e técnicas literárias: «A Clarice não gostava. Ela tinha uma singeleza extraordinária e ao mesmo tempo era como se dissesse: ‘Chega de tanta literatura.’” As duas autoras eram muito próxi-

1. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe.

mas, também em suas escritas, sendo Piñon taxada por um crítico próximo à autora, como “papel carbono de Clarice”. Nélda Piñon fala em um compilado de depoimentos a respeito da despedida de Clarice Lispector. “Quando ela faleceu, à direita estava Olga Borelli segurando com a mão direita e eu com a mão esquerda. Ela entra em estágio terminal e nós duas grandes amigas de Clarice, as duas irmãs, o filho Paulo e sua mulher Leilana, todos nós juntos nos despedimos dela. ”. Voltando ao nosso objeto de estudo, o enredo do primeiro conto selecionado, escrito por Clarice Lispector, gira em torno de um casal bígamo: Xavier, Carmen e Beatriz; eles viviam em harmonia até as mulheres descobrirem que estavam sendo traídas pelo companheiro. No início as duas personagens não possuíam uma relação de cumplicidade, mas após a traição acabam se unindo, visto que partilhavam da mesma dor e ressentimento. O enredo sofre uma reviravolta. Carmen e Beatriz arquitetam um plano e acabam matando Xavier. O segundo, de Nélda Piñon, conto traz um ambiente conjugal tradicional. O casal não é nomeado. As figuras se caracterizam como “marido” e “esposa”. Trata-se de um monólogo onde a personagem e narradora apresenta todos os fatos que rodeiam seu relacionamento com o marido. Ela traz em seu interior grandes questionamentos e insatisfações referente à sua vida, ao mesmo tempo em que se espelha nos ensinamentos que seu pai lhe instruiu no passado, inclusive a ideia de um enlace matrimonial que deve durar até a morte. O contraste no tratamento das protagonistas em relação aos corpos masculinos que também povoam estes textos, precisa ser igualmente considerado para uma maior abrangência do tema. As personagens masculinas de Xavier e do marido, exercem uma relação de poder sobre os corpos das personagens femininas, tanto no sentido sexual, quanto no financeiro. São eles quem trabalham para sustentar os lares e as esposas. Nesse sentido, é significativo retomar a categoria de ‘corpo disciplinado’, apontada por Elódia Xavier, pois “a descoberta do corpo como objeto e alvo do poder suscitou uma teoria geral de adestramento.” (XAVIER, 2007, p. 59). Observamos que a atitude da personagem ‘esposa’, do conto “I love my husband”, ao permanecer no casamento mesmo ele estando fracassado, está associada ao seu passado, visto que ela cresceu ouvindo seu pai, uma figura que exerceu influência nas atitudes e escolhas da personagem. Confirmamos isso através da citação de David Le Breton, quando nos fala que o corpo “existe na totalidade dos elementos que o compõe graças ao efeito conjugado da educação recebida e das identificações que levaram o ator a assimilar os comportamentos de seu círculo social.” (BRETON, 2007, p. 09). Partindo para o conto “O corpo”, podemos definir os corpos das personagens Carmen e Beatriz com o conceito de ‘corpo violento’, visto que, as personagens “rompem com a ideia da ‘vitimização feminina’, mostrando que as mulheres podem ser tão violenta quanto os homens.” (XAVIER, 2007, p. 129). Essas duas personagens sofrem ao longo do conto mu-

danças em seus comportamentos, que foram ocasionadas pela traição. Eliane Robert Moraes traz em seu livro a concepção batailliana que afirma: “o corpo humano figura como suporte original das metamorfoses: ele contém, em si, a capacidade de desdobrar-se em outros e, conseqüentemente, de projetar-se fora de si.” (MORAES, 2010, p. 134). As escritoras que selecionamos trazem em suas obras realidades acerca da vida conjugal; Clarice Lispector apresenta a bigamia como uma quebra no padrão social, enquanto Nélda Piñon faz uma crítica às amarras sociais implantadas à figura da mulher no matrimônio. Embora as obras sejam construídas de formas distintas, podemos localizar a semelhança entre ambas nas carências, incertezas, sofrimentos e inquietações presentes nas representações femininas expostas nos contos.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo e Narrativa. Autoria Feminina. Clarice Lispector. Nélda Piñon.

Referências

CLARICE, uma velha amiga. Documentário publicado no canal Johnlispector, em 31 de julho 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8K2X-emZ8GQ>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

HUTCHEON, L. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

LE BRETON, D. *A sociologia do corpo*. 2. Ed. Tradução de Sonia M.S. Fuhrmann- Petrópolis. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

LISPECTOR, C. *A via crucis do corpo*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

NÉLIDA Piñon comenta críticas e comparações com Clarice Lispector. Entrevista ao Trilho da Letra. Publicado no canal Tvbrasil, em 09 de março de 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Rrx11BboOvg>>. Acesso em: 20 maio 2019.

MORAES, E. R. *O corpo impossível: a decomposição da figura humana: de Lautréamont a Bataille*. São Paulo: Iluminuras, 2010.

PIÑON, N. *O calor das coisas: contos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

XAVIER, E. *Que corpo é esse? O corpo no imaginário feminino*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.

Da Maternidade: Reflexões sobre identidade, quadrinhos autobiográficos e subjetividades na arte contemporânea

Marta Mencarini Guimarães¹

PPGAV - UnB

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo acrescentar reflexões ao diálogo feminista sobre a maternidade no âmbito da produção artística contemporânea. Através da investigação de aspectos identitários, plásticos e conceituais de obras artísticas presentes nos quadrinhos autobiográficos: *Você é minha mãe?* Um drama em quadrinhos de Alison Bechdel, *O exército de uma mulher só* de Thaiz Leão Gouveia e minha produção autobiográfica *Da Maternidade: De (em) mim, para (sobre) você*, um livro de artista que se compõem como uma coletânea de manuscritos e aquarelas. Por uma afirmação da representação dos corpos, narrativas e imaginários pessoais em perspectivas do feminino.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo. Maternidade. Identidade. Quadrinhos Autobiográficos. Arte Contemporânea.

1. Da Maternidade: Processo de reflexão e reconstrução identitária

Segundo a historiadora Michelle Perrot (2007, p.68) “A maternidade para as mulheres é fonte de identidade, o fundamento da diferença reconhecida, mesmo quando não é vivida”. O modelo patriarcal estabelece um papel sociocultural da mulher relacionado à esfera privada e aos homens à esfera pública, impondo uma caracterização identitária que reduz suas potencialidades. Buscamos contrapor essa construção cultural patriarcal de um determinismo biológico feminino, que transmite às mulheres cumprir sua função social na maternidade, que se alimenta de uma construção de dominação e desequilíbrio das funções e responsabilidades sociais.

Recebido em 22/07/19. Aprovado em 21/08/19.

1. Doutoranda e Mestre em Arte e Tecnologia pela Universidade de Brasília – UnB - martamencarini@gmail.com

A pesquisadora Maria Collier de Mendonça (2017) traz à tona o termo maternagem, em tradução do conceito *motherhood* cunhado por Adrienne Rich, imerso à esforços em uma retomada ao debate sobre maternidade no discurso feminista. Pontuando o conceito maternagem como prática e posicionamento político em uma busca por igualdade na criação das filhas e filhos. “(...) a maternagem libertada da maternidade, poderia ser experimentada como um lugar de capacitação e de mudança social se, recorrendo às palavras de Rich, as mulheres “desobedecessem às leis da instituição da maternidade (...)” (LEMES *apud* O’REILLY, 2018, p.26).

2. Da memória feminina: Autobiografia e Histórias em Quadrinhos

Dentre os aspectos identitários que atravessam essa pesquisa-reflexão, criamos um recorte em relação ao caráter processual e dinâmico da produção artística autobiográfica em histórias em quadrinhos, traçando análises de obras artísticas que apontam discursos, narrativas e subjetividades femininas em outros modos de ser e estar no mundo considerando a ressonância histórica da arte feminista. Desta perspectiva, acreditamos que a pesquisa em quadrinhos autobiográficos feito por mulheres apresentam características ímpares, no sentido em promover conexões do privado, subjetivo e imaginário pessoal, projetada aos espaços públicos em afirmação da representação do corpo, expressões e narrativas femininas.

2.1. Reflexões e Análises: Subjetividades

Essa reflexão busca analisar três obras, que apresentam três linhas de vivências da maternidade: A perspectiva da filha, a perspectiva da gestante e a perspectiva da mãe de primeira viagem. Cada uma em sua construção indenitária, social e cultural, apresentado particularidades dispare e comuns. Em uma reflexão analítica a partir dos aspectos supracitados. Pontuamos que os aspectos aqui apresentados, foram reduzidos devido as características desta publicação.

a) Alteridade

Você é minha mãe? Um drama em quadrinhos (2013), Alison Bachdel cria uma linha temporal na qual; A primeira imagem apresenta sua mãe, seguindo as referências de suas terapeutas e seus “enlaces românticos”. Em meio a citações de Donald Winnicott e Freud, Alison aponta para a relação entre a

maternagem e o desenvolvimento do indivíduo. “Se me apresentam um bebê é certo que me apresentam também quem cuida deste bebê” (BACHDEL *apud* WINNICOTT, 2013, p 22).

O exército de uma mulher só (2019), Thais Leão utiliza a expressão “aborto legalizado” que exprime com precisão a conduta patriarcal, machista que sobrecarrega as mulheres das funções privadas estruturantes da família, oprimindo e impondo a mulher condições desiguais nos espaços públicos sociopolítico e econômicos. “(...) toda uma sociedade dedicada ao bem-estar da vida, dos seus membros, e que nos coloca como potências individuais em igualdade. Quem faz a conta da nossa humanidade de forma correta com as variáveis dos eixos multidirecionais que nos determinam histórica, psicológica e biologicamente” (GOLVEIA, 2019, p.122).

De (em) mim, para (sobre) você (2018) Mencarini relata os comentários indesejáveis do pessoal do trabalho, a saga em encontrar uma creche para matricular a filha e as inseguranças que esse processo emergem em uma mãe puérpera. “Recentemente ouvi essa frase; ‘no trabalho você deve se comportar como se não tivesse filhos e fora dele como se fosse mãe em tempo exclusivo’ em minha mente uma frase ecoa: Ah! Vá pá porra!” (GUIMARÃES, 2018, s.n.).

b) Figura materna

Em uma laboriosa análise da obra do pediatra Winnicott, Bachdel (2013) retorna ao passado, descrevendo um acidente que aconteceu com ela ainda bebe, no qual um grande espelho, caiu sobre ela. Ao descrever o acidente Alison relaciona a experiência infantil em se reconhecer através do espelho e a identificação de sua própria imagem. Em um percurso temporal, retoma ao presente no momento em que ela discute com sua mãe ao telefone e pela primeira vez desliga o telefone na cara de sua mãe. Uma questão interessante na construção da imagem em quadrinho, desenvolvida por Bachdel, está na exposição da técnica que utiliza para fazer seus desenhos. Uma cena dramática é desvelada ao fruidor através da presença da câmera fotográfica. Nos quadrinhos que se seguem Alison confessa uma intrigante relação entre a profissão dela e da mãe. Enquanto sua mãe interpreta personagens no teatro, Alison interpreta a si mesma, e constrói as imagens e narrativas da forma como pretende para sua autobiografia.

A figura materna será mais marcada quando Thais Leão (2019) descreve seu difícil processo em contar que estava grávida e que seria mãe solo. Ao saber da notícia os questionamentos de sua mãe, revelam a realidade que vivencia, passando a aprovação para a figura masculina; “conversa com seu pai”. O pai de

Thaiz apresenta-se aliviado ao saber da gravidez, porque sua filha “definitivamente se relacionava com um homem” e que “queria falar com o tal do pai para botar juízo na cabeça dele”. As composições imagéticas e narrativas que Leão constrói remetem as intromissões, interpretações e sugestões de um machismo estrutural e latente no discurso familiar.

De (em) mim, para (sobre) você (2018) Marta Mencarini, relata a percepção particular sobre sua própria individualidade e a preservação da privacidade, e como a maternidade pôs as duas por terra. “Num misto de sensações pendulares entre o não querer e o precisar” ela se abre a uma “contribuição extremamente modificadora e revolucionária” a presença da própria mãe.

c) Contar a própria história

No título do romance gráfico: Você é minha mãe? (2013) Alison cria um título-pergunta no qual, a resposta vem em várias camadas de análise interpretação da obra. Alison mostra que não está apenas tentando responder à pergunta, mas sim, procura encontrar a si mesma. Em um trabalho meticuloso de investigação de seus próprios diários, fotografias e diálogos intensos com sua mãe. Alison busca se ver através de seu próprio espelho e construir seu eu particular.

O exército de uma mulher só (2019) Thaiz Leão nos mostra o fenômeno social maternidade em uma compreensão de sua faceta contemporânea vívida. Em relatos sinceros e reflexivos, contextualizado à crítica feminista Thaiz empoderou-se em suas escolhas em uma conduta dadivosa e crítica. O que a define como mãe é seu filho e nada mais.

De (em) mim, para (sobre) você (2018) um livro arte, feito com o intuito em presentear a filha. Os textos são separados como um diário que se reportam às datas específicas de cada vivência envolvidos em aquarelas e desenhos em guache que projetam as sensações vivenciadas em cores, traços e fluidos. “Parece que a maternidade veio me perguntar: O que realmente importa? A resposta vem no sorriso da minha filha, Athena, colada no meu corpo enquanto mama!” (GUIMARÃES, 2018, s.n.).

Considerações finais

Retomamos o posicionamento de O’Reilly (2016) no sentido em que, as questões voltadas à uma outra concepção política cultural e familiar está intrinsecamente ligado a quebra do discurso patriarcal, bem como na potencialização de

novas identidades. A criação de uma criança deve ser uma construção social, na qual toda conjuntura de pessoas e instituições em torno da criança promovem uma estruturação significativa. A crítica feminista bem como os debates e reflexões estabelecidas em relação ao gênero, a maternidade bem como a maternagem promovem reconstruções na estrutura sociocultural familiar. Em como iremos criar, cuidar, educar e manter nossas crias estabelece uma possibilidade revolucionária, em que as identidades podem ser desconstruídas bem como, reconstruídas.

Referências

BECHDEL, Alison. *Você é minha mãe?: um drama em quadrinhos*. 1ª ed. São Paulo: Quadrinhos na Cia, 2013.

GOUVEIA, Thaiz Leão. *O exército de uma mulher só*. Caxias do Sul, RS: Belas Letras, 2019.

GUIMARÃES, Marta Mencarini. *De (em) mim, para (sobre) você*. Brasília, 2018. Não publicado.

LEMES, Luana Borges. *Novas práticas de maternagem e feminismo das mulheres da plataforma Cientista Que Virou Mãe*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humana, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2018.

MENDONÇA, Maria Collier de. *Principais resultados da pesquisa doutoral: a maternidade na publicidade. Uma análise qualitativa e semiótica em São Paulo e Toronto*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

O'REILLY, Andrea. *Matricentric Feminism: Theory, Activism, and Practice*. Paperback, Bradford, ON: Demeter Press, 2016.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

Arquivo expandido: a performance de “Passado a limpo”

Grasiele Silva de Sousa¹

Psicologia Clínica - PUC/SP

RESUMO

A proposta deste resumo expandido é apresentar o relato da performance *Passado a limpo* (2017) que estabelece uma conversa com o público sobre mulheres e trabalho, a partir da pergunta: o que elas (mães, irmãs, avós, tias, colegas, dindas, conhecidas etc) fazem dentro e fora de casa, de forma remunerada e não? Na história da arte, as mulheres foram amplamente representadas em situações que as integravam ao espaço doméstico (cuidado, toalete, amor, acompanhante, reprodução etc), reforçando a ideia de que o trabalho reprodutivo é algo inerente a sua natureza. Como efeito de um olhar masculino, esses retratos devem ser confrontados com outros pontos de vista produzidos no próprio campo da arte. Iremos exemplificar um caso em que o arquivo na performance criou um lugar de discussão sobre o trabalho reprodutivo, trocando a representação do tema por uma prática relacional, do arquivo como obra dependente da representatividade para acontecer.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Trabalho doméstico. Performance. Arquivo.

Apresento o relato da performance “Passado a limpo” (2017) como um exemplo de discussão no campo da arte sobre divisão sexual do trabalho e possíveis convergências com a noção de arquivo e práticas relacionais como obra. De acordo com esta experiência, ativar nossa atenção sobre o que fazem as mulheres de nosso convívio como trabalho, ocupação, tarefa, profissão etc, nos aproxima desse problema, por uma via, micropolítica (ROLNIK, 2018). Ao reunirmos informações sobre pessoas próximas, durante um acontecimento artístico, nos organizamos como parte de uma narrativa pública que atesta a contínua exploração capital de nossos corpos, quando nosso trabalho é invisível, não

Recebido em 15/07/19. Aprovado em 21/08/19.

1. Mestra em Psicologia Clínica pelo Núcleo de Estudos da Subjetividade Contemporânea da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

remunerado, ou menos valorizado que o de um colega de igual função. Saber se nossa posição está mais acima ou abaixo, lado a lado ou atrás das mulheres que conhecemos é importante para desmontar essa cadeia, o que quer dizer, fazer algo por todas nós.



Registro da performance "Passado a limpo", Instituto Goethe/BA, 2017. Créditos Taylla de Paula

Uma caixa de giz de costura, 15 metros de tecido brim verde, uma mesa, dois bancos, um ferro de passar e a pergunta: "quem são as mulheres de seu convívio e quais atividades relacionadas a trabalho (remunerado e não, dentro e fora de casa) realizam no dia a dia?", são elementos constituintes da performance "Passado a limpo". A cada sessão de 4 horas, fico posicionada em um local de fluxo de pessoas, no intuito de que se aproximem para conversar e escrever, o que sabemos do tema mulheres e trabalho, desde esse viés particular. Durante a conversa, a escrita é desenvolvida a "quatro mãos". A única instrução é que nos guiemos sempre pela construção de diagramas explorando formas gráficas para interligar informações e pessoas de modo que possamos compreender a conexão daquele que relata com os nomeados. Em princípio, esse inventário parece algo simples, como responder a um questionário, indicando nome, profissão, idade, ocupações, grau de parentesco etc. Só que ele desperta uma conversa mais prolongada, cujo registro visual configura apenas um aspecto do que acontece. A complexidade tecida durante cada encontro pode ser exemplificada com alguns depoimentos que apresento.

Um garoto afirmou que sua avó não trabalhava. Na tentativa de explorar o motivo pelo qual ele era categórico em sua resposta, insisti que pensasse sobre o que ela realizava no dia a dia, e, então, ele lembrou que ela plantava. Começamos então a conversar sobre as ações implicadas na atividade da lavoura que a avó executava, só que, com alguma nova ciência de que ela estava trabalhando. Depois da avó, o garoto que, inicialmente mencionou apenas a mãe como trabalhadora, porque é empregada doméstica, considerou também as pulseiras de miçanga que a tia faz e o cuidado materno como trabalho.

Pesquisador da história da própria bisavó, o jovem, centrou seu relato em torno desta figura, que ele não conheceu viva, que foi escravizada no sertão da Bahia e, era alfabetizada, única responsável por ler e escrever a correspondência local. Não há muitas pistas sobre essa senhora, o paradeiro das cartas, sua letra, a forma como se alfabetizou, no entanto, a escrita aqui marcou uma condição extraordinária para a mulher negra da época, que, não deve nos eximir de pensar os termos de sua vida, também exposta a toda sorte de violência fruto do trabalho escravo ao qual o colonizador e a colonizadora a sujeitou.

O desenvolvimento profissional da mãe que conseguiu uma carreira com determinado êxito, foi dependente da mulher que cuidou da casa e de sua família. Na redistribuição do trabalho doméstico, se confundiu a prestação do serviço com um laço afetivo. A dedicação da empregada era materna, tornando-a membro da família, pelo tempo que ela pode trabalhar. Depois, essa pessoa foi demitida sem receber seus direitos por tempo de serviço. Foi com lágrimas que me relataram esse fim.

Houve também uma rede em que, desde a avó, as mulheres tiveram êxito na carreira. Se o trabalho doméstico não apareceu como parte das atribuições elencadas, todavia, a oportunidade de viver de herança familiar sim. Foi uma conexão, sobre a qual é preciso meditar, entre a invisibilidade que mulheres de determinada classe social dão a suas funcionárias domésticas e o benefício de ter um “teto todo seu” como reivindicou Virgínia (WOOLF, 1985).

Às vezes, a pergunta-tema era respondida como forma de expandir a atenção que estava dando às mulheres, ao querer saber quem cuida da casa, dos filhos, sua presença nos postos subalternizados. Como se estivesse ali constituindo um relato um tanto quanto limitado no que se refere à apresentação de mulheres cuja atuação forma uma outra representatividade de gênero e resistência em espaços predominantemente masculinos, como o da política e da academia. Com esta mesma tônica, outra mulher, preferiu discutir sobre a perspectiva de recusa ao trabalho e do direito ao descanso que reivindicava

para si. Foi comum às duas vezes que ativei a performance, estar com pessoas de idades, gênero e condição social diversa, o que conferiu, como vimos, uma amostragem aberta, todavia testemunha da forma como o tema surgere interesses específicos.

“Passado a limpo” está inserido em uma vertente da performance como dispositivo, dependente da interação do público para acontecer. A cada vez se produz, com a peça de tecido sobre a mesa, uma lousa expandida e uma lição horizontal, diagramática, de autoria e pontos de vista diversos. Com os dados recolhidos, poderíamos explorar este inventário conforme iniciativas como a do grupo de ativistas feministas Guerrilla Girls, constituindo estatísticas e reivindicações. No caso delas, o intuito é o de rever a inexpressiva presença de mulheres artistas nos Museus e, por outro lado, a massiva aparição nua de mulheres em quadros pintados por homens.



Guerrilla Girls, “Conscience of the Art World”. 1989, cartaz, 28x71 cm.

Contudo, preferimos não tabular nenhum dado e fazer do registro algo temporário de acordo com o que a performance possibilita realizar. Na última etapa da ação, o tecido é deslocado para uma tábua de roupas e passado a ferro.



Registro da performance "Passado a limpo", Instituto Goethe/BA, 2017. Créditos Taylla de Paula

Logo, o que havia sido escrito apaga-se, pois o giz é removido com o calor do eletrodoméstico. Encerramos a performance com um ato que tensiona os limites entre memória e apagamento.

Ao menos duas abordagens poderiam ser discutidas como esse desfecho. A mais direta mostra o paradoxo de construir um arquivo "deletado", enfatizando certo desprestígio que o trabalho e a história feita pela maioria de nós possui, podendo ser descartado de forma banal. Ou poderia sugerir que, esse arquivo se desfaz para que a artista o incorpore como trabalho físico, fruto de uma tarefa doméstica, assumida como arte, virtualmente dotado de valor comercial e relevância estética. Mais que finalidade última da ação, o texto é tratado como uma espécie de lembrete de algo corporificado.

Acrescentamos que a retirada do texto da lousa expandida também quer discutir meios de elaborar uma variação de atitude e metodologia para debatermos temas e assuntos de nosso interesse, que não ignorem o corpo como lugar de repertório de experiências verbais e não (TAYLOR, 2013) e, como formula Suely Rolnik, de "saber do corpo" (ROLNIK, 2018) em resposta a certa homogeneização de nossas subjetividades codificadas para responder com competência determinada estrutura social dominante. É tão clichê a separação corpo-mente, quanto a suposição de que homens e europeus são

mais cerebrais que nós, o “resto” e a maioria da matéria humana. Contudo, a cultura moderna ocidental, civilizatória, do colonizador, de fato, criou esta cisão em nossas subjetividades, impondo a construção do conhecimento como determinada pela razão, a verificação científica e o documento histórico, oprimindo as manifestas formas de vida ancestrais, comunais, indígenas, não-ocidentais que são atravessadas por outros recursos de aprendizado não separados do corpo e da convivência respeitosa com a terra e seus seres.

Como uma arte do “ao vivo”, cuja centralidade do corpo é condição para o desempenho do artista e testemunho do público, “parte do que a performance e seus estudos nos permitem fazer, então, é levar a sério o repertório das práticas incorporadas como um importante sistema de conhecer e de transmitir conhecimento.” (TAYLOR, 2013, p.57).

Nossa percepção é a de que na primeira parte de “Passado a limpo” construímos um conhecimento coletivo e, posteriormente, criamos uma estratégia para que ele fosse redistribuído, na expectativa de que formemos uma sensibilidade interessada em pensar nossa própria posição em relação ao cotidiano de trabalho das mulheres que ficaram em nosso repertório: se acima ou abaixo, lado a lado, à frente ou atrás.

Referências bibliográficas

ROLNIK, Suely. **Esfemas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório**: performance e memória cultura nas Américas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Percursos de pesquisa: notas iniciais sobre o trabalho de campo com o projeto Parir no Vale do Capão (BA)

Danielle Parfentieff de Noronha¹

Mídia, Comunicação e Cultura – Universidad Autònoma de Barcelona

RESUMO

Neste resumo expandido busco apresentar algumas considerações da pesquisa etnográfica realizada com o projeto Parir – Parto Domiciliar Planejado, que é desenvolvido no Vale do Capão, município de Palmeiras, Bahia. O foco são as Rodas do Parir, encontros abertos à comunidade realizados semanalmente, onde são compartilhadas diferentes experiências relacionadas à maternidade. A partir da observação participante e de entrevistas com as organizadoras e mulheres que frequentam a Roda, em diálogo com a antropologia, os estudos de gênero e os estudos decoloniais latino-americanos, esta pesquisa, ainda em desenvolvimento, irá apresentar discursos *outros*, contra-hegemônicos e plurais, sobre questões que envolvem a gestação, o parto e o puerpério, que incluem (re)pensar as narrativas sobre corpo, empoderamento, poder, família, ser mulher e ser mãe, levando em consideração as intersecções entre gênero, raça e trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo. Gênero. Maternidade. Parto domiciliar. Poder.

Introdução

Nos últimos anos tivemos a oportunidade de acompanhar um crescimento em diversas áreas, com especial atenção às ciências sociais, de pesquisas relacionadas com o parto e demais temas que envolvem o universo da maternidade. Desde a perspectiva da antropologia e sociologia podemos encontrar diversos estudos que nos apresentam investigações sobre as dinâmicas da maternidade na vida social, com especial foco ao parto humanizado (SOUZA, 2005; RODRIGUES, 2015; MELO, 2017) e outras formas de vivenciar a

Recebido em 15/07/19. Aprovado em 21/08/19.

1. Doutora em Mídia, Comunicação e Cultura pela Universitat Autònoma de Barcelona, mestra em Antropologia pela Universidade Federal de Sergipe e jornalista, graduada na Universidade Metodista de São Paulo.

maternidade (NUCCI, 2019) – nos quais esta pesquisa se insere –, a violência obstétrica (PULHEZ, 2013) e, mais recentemente ainda, estudos sobre a maternidade em tempos de Zika vírus (LUSTOSA E FLEISCHER, 2019), entre outras diversas problemáticas.

É possível pressupor que esse aumento no número de pesquisas sobre o tema esteja intimamente relacionado com o crescente movimento em torno de questionar e (re)pensar a maternidade hoje, que inclui a gestação, o parto, o puerpério e as diversas formas de ser ou não ser mãe². Por outro lado, atualmente, também estamos vivenciando um movimento, construído desde o Estado, que visa disputar essas narrativas relacionadas com a maternidade e atuar para desconstruir os poucos avanços que tivemos em termos políticos, sociais, econômicos e simbólicos no que diz respeito à maternagem. Enquanto o Brasil é o segundo país que mais realiza cesáreas no mundo³, a deputada Janaina Paschoal (PSL-SP)⁴, sem nenhum estudo ou contato com pesquisadores ou pesquisadoras da área, defende um projeto de lei (435/2019) que visa que as mulheres atendidas pelo SUS possam optar pelo parto cesariano até a 39ª semana, mesmo que a Organização Mundial da Saúde indique que a cesárea deva ser realizada somente quando necessária. Além disso, enquanto o termo “violência obstétrica” é abolido e deixa de ser utilizado pelo Ministério da Saúde⁵, uma em cada quatro brasileiras diz ter sido vítima deste tipo de violência⁶.

Nesse contexto, um dos objetivos desta pesquisa é visibilizar experiências com o parto humanizado domiciliar em um lugar onde cerca de 90% das gestantes⁷ optam por parir em casa. Através de entrevistas com as responsáveis pelo Parir – Parto Domiciliar Planejado e com mulheres que tiveram seus filhos e filhas em casa no Vale do Capão, município de Palmeiras, Bahia, e do acompanhamento das Rodas do Parir, busco apresentar diferentes discursos sobre maternidade, parto, poder, corpo e ser mulher e ser mãe. A pesquisa de campo terminou no final de 2018 e atualmente trabalho na escrita do artigo principal, em que serão apresentadas algumas das percepções vivenciadas e sentidas no campo e nas entrevistas realizadas.

Como fonte teórica, esta pesquisa será construída a partir do diálogo entre a antropologia, os estudos de gênero e os estudos decoloniais, que, entre outras coisas, visam dialogar com diferentes saberes e formas de pensar e produzir conhecimentos, e nos possibilita refletir sobre as colonialidades do ser (MALDONADO-TORRES, 2007), do saber (MIGNOLO, 2013; LANDER, 2000) e do poder (QUIJANO, 2007). Por mais que o objeto de análise desta investigação esteja relacionado a uma realidade muito específica, acredito ser um exemplo interessante para pensarmos outras vivências relacionadas à gestação e ao parto, como também ao ser mãe e ser mulher em diferentes contextos.

2. Acredito que no caso brasileiro, tais questionamentos estejam mais ligados a um grupo social e econômico específico, de classe média/alta e branco. Porém, por limitação de espaço, essas questões não serão discutidas. Ainda lembro que as mulheres negras são as que mais morrem na gestação e parto. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/por-que-mulheres-negras-sao-as-que-mais-morrem-na-gravidez-e-no-parto>>. Acesso em julho de 2019.

3. Disponível em: <<https://revistacrescer.globo.com/Gravidez/Parto/noticia/2019/06/polemica-pl-propoe-que-gestantes-do-sus-tenham-direito-optar-por-cesarea-em-sao-paulo.html>>. Acesso em junho de 2019.

4. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2018/10/brasil-e-o-segundo-pais-com-maior-taxa-de-cesareas-do-mundo.shtml>>. Acesso em junho de 2019.

6. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/05/07/ministerio-diz-que-termo-violencia-obstetrica-tem-conotacao-inadequada-e-deixara-de-ser-usado-pelo-governo.ghtml>>. Acesso em junho de 2019.

7. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/07/violencia-obstetrica-1-em-cada-4-brasileiras-diz-ter-sofrido-abuso-no-parto.html>>. Acesso em junho de 2019.

8. Informação obtida durante entrevista com a enfermeira obstétrica Natália Andrade, que atua como enfermeira no posto de saúde do Vale do Capão, além de ser fundadora e parteira do projeto Parir.

Metodologia e percursos da pesquisa

O Vale do Capão é um lugar privilegiado para pensarmos sobre o parto domiciliar. Com um amplo histórico de parteiras tradicionais na região – e na Chapada Diamantina como um todo – atualmente podemos refletir desde a perspectiva da simbiose de conhecimentos, conforme nos explica Dona Prazeres⁹, em que saberes populares são somados a saberes científicos. Neste sentido, o projeto Parir pode ser pensado desde essa perspectiva: um diálogo entre diferentes conhecimentos em torno do parto humanizado e domiciliar.

No momento em que a pesquisa de campo foi realizada, o Parir, que nasceu em 2010, era formado por uma enfermeira obstétrica e parteira, uma doula e técnica de enfermagem, uma doula e psicóloga e uma parteira. A pesquisa foi realizada durante o segundo semestre de 2018 e acompanhou as Rodas do Parir, encontro semanal aberto à comunidade que acontece também desde 2010, que reúne as profissionais do Parir, mães, gestantes (além de pais e familiares) e estudantes de medicina da Universidade Federal da Bahia que faziam residência no posto de saúde do Vale. As entrevistas foram agendadas e realizadas em dias diferentes das rodas, de forma individual, e com um questionário semiestruturado. Além de três profissionais do Parir, foram entrevistadas quatro mulheres: duas grávidas e duas que tinham tido seus partos com o Parir.

A observação participante e as entrevistas, baseadas na etnografia e na busca por uma descrição densa (GEERTZ, 1997), tiveram o objetivo de perceber como funcionam as rodas e quais são os principais temas tratados e discursos *outros* que são construídos pelas mulheres, tanto individual quanto coletivamente. Entre os principais temas apresentados nas rodas estão: 1) desmistificações de questões que rodeiam o parto; 2) patriarcado e controle do corpo; 3) os medos envolvidos no processo e a relação com a dor; 4) as mortes da mulher e o nascimento da mulher mãe; 5) a importância da família e do pai; 6) o protagonismo da mulher e do bebê; 7) violência obstétrica; 8) a fisiologia do parto e importância de compreender o processo; 9) a cesárea como plano B; e 10) a confiança e o empoderamento da mulher.

Considerações finais

A pesquisa ainda está em desenvolvimento e no momento de escrita de seus resultados. Uma das dinâmicas das Rodas do Parir consistia nos relatos de parto, momento em que as profissionais do projeto compartilhavam as diferentes experiências dos partos que haviam acompanhado naquela semana anterior ao encontro. Ao contar as histórias ficava evidente para todas e todos presen-

9. Parteira tradicional de Jaboa-tão dos Guararapes e personagem principal do curta *Simbiose* (2017), dirigido por Júlia Morim.

tes a diversidade de dinâmicas, corpos e distintos tempos que acontecem no momento do parto. Ao mesmo tempo, os relatos também visibilizavam todo o protagonismo da mulher e do bebê no processo.

Por um lado, a forma como o parto é representado na mídia e reproduzido no imaginário popular mais urbano, muitas vezes, se refletia nos medos e angústias que eram compartilhados semanalmente nas rodas. Além disso, ao ter contato com os e as estudantes de medicina era possível ter acesso a uma outra versão, que nos possibilitava entender a distância entre a medicina tradicional e o parto humanizado. Por outro lado, as mães que já tinham tido a experiência do parto em casa acalmavam àquelas que estavam aguardando o momento chegar. Existir um espaço para a troca de experiências e onde seja possível compartilhar dúvidas, angústias e alegrias pode ser um importante passo para uma nova compreensão individual e social sobre o parto natural.

Referências bibliográficas

GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Petrópolis: RJ, Vozes, 1997.

LANDER, Edgardo. *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000.

LUSTOSA, Raquel; FLEISCHER, Soraya. “O que adianta conhecer muita gente e no fim das contas estar sempre só?” O desafio da maternidade em tempos de Síndrome Congênita do Zika Vírus. *31ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Brasília, DF, 2018.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. Págs. 127-68 en *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*, CASTRO-GOMES, Santiago y GROSFUGUEL, Ramón (Orgs.). Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

MELO, Camila. *No tempo da espera: reflexões sociológicas sobre a humanização do parto no Recife*. Tese de Doutorado: Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

MIGNOLO, Walter. *Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal, 2013.

NUCCI, Marina. Maternidade, gênero e ciência: reflexões e tensionamentos. *31ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Brasília, DF, 2018.

PULHEZ, Mariana. A “violência obstétrica” e as disputas em torno dos direitos sexuais e reprodutivos. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder e clasificación social. Págs. 285-327 en *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*, CASTRO-GÓMEZ, Santiago y GROSFUGUEL, Ramón (orgs.) Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

RODRIGUES, Laís. *PARIR É LIBERTÁRIO: Etnografia em um grupo de apoio ao parto humanizado de Recife/PE*. Tese de Doutorado: Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

SOUZA, Heloisa. *A ARTE DE NASCER EM CASA: Um olhar antropológico sobre a ética, a estética e a sociabilidade no parto domiciliar contemporâneo*. Dissertação de mestrado: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

A maternidade enquanto fator impulsionante para a submissão da mulher africana

Beatriz Linhares Silva¹

Letras - UFS

Evelyn Ralyne Freire Fonseca²

Letras - UFS

RESUMO EXPANDIDO

O romance *Alegrias da Maternidade*, escrito por Buchi Emecheta no ano de 1979, elucida as dificuldades vividas pela mulher na sociedade nigeriana, principalmente quanto à problemática da maternidade compulsória. Pelos olhos da personagem principal, Nnu Ego, contemplamos os contrapontos entre tradições africanas - presentes em Ibuza, seu local de origem - e do choque cultural quando muda-se para Lagos, ainda dominada pelos ingleses no processo anterior à independência da Nigéria. O continente africano, antes da sua colonização europeia, era povoado por tribos com ideias e vivências totalmente diferentes, assim como seus dialetos e simbologia. Diante disso, questões que envolvem o casamento como ator coadjuvante para a procriação desenvolvem-se na ideia do filho como a maior conquista alcançada por uma mulher, principalmente se o filho for do sexo masculino, perpassando por discursos machistas do filho homem como um sistema de segurança social ou como um trabalhador braçal na sociedade nigeriana. No âmbito das diferenças culturais, ainda encontramos diversos aspectos que não tangem apenas a questão maternal, mas também questões ligadas à cultura, autonomia, violência, e do próprio imperialismo, marcado, principalmente, na discussão de gênero e estereótipos do novo marido de Nnu Ego, Naife, que é descrito como o oposto do “bom homem” de Ibuza - forte e musculoso para as atividades braçais-, e que realizava trabalhos vistos como femininos, dedicados aos colonizadores. A partir destes aspectos, vemos

Recebido em 26/06/19. Aprovado em 29/07/19.

1. Graduanda do curso de Letras da Universidade Federal de Sergipe.

2. Graduanda do curso de Letras da Universidade Federal de Sergipe.

discussões acerca de problemáticas comuns à realidade da época, a exemplo das tensões de classe, raça e gênero na maternagem e da vivência da mulher do continente africano, tal como o papel da literatura africana na contemporaneidade, buscando quebrar preceitos formados pela literatura europeia sobre a África e outras literaturas “subdesenvolvidas”, termo criado por Edward H. Said em seu livro *Cultura e Imperialismo*. Consoante a Elizabeth Batinder, filósofa francesa, em “O Mito do Amor Materno”, o automatismo do amor materno evidencia-se enquanto mito, pois, ainda que venha sendo perpetuado há séculos como natural, o amor, independentemente de qual forma tome, não é um sentimento instantâneo. Tal idealização tem início na França, durante o século XVII, em que se constrói, de modo proposital, a ideia de instintividade materna, visando diminuir os índices de mortalidade infantil por meio da amamentação e de mães sempre a postos. Ao estado, a questão interessava porque, se os nascituros não sobreviviam, de onde surgiriam os soldados, camponeses e demais subordinados? No hodierno, a manutenção dos estereótipos de como a maternidade deve ser vivenciada, segundo Batinder, ainda possibilita à desigualdade entre os gêneros, posto que continua atribuindo um papel exclusivo às mulheres, sendo este o cuidado com a prole. Posto isso, ainda que uma mãe, como a Nnu Ego, possua dupla jornada continuará sendo atravessada em maior escala, em comparação aos pais de seus filhos, pelas necessidades implicadas no ato de matinar. São diversas as vezes nas quais Nnu Ego percebe-se acometida pela culpa de não desempenhar, como acha devido, os estereótipos da maternidade, embora todos os seus sacrifícios para cuidar e alimentar a família na ausência de seu marido Naif, quando obrigado a servir à guerra, não sejam reconhecidos ou recompensados. O culto à mãe perfeita põe em voga a culpabilização de mulheres, pois supõe a maternidade enquanto algo intrínseco, um ato válido por si só. Tal inferência acarreta na cultural santificação póstuma da figura materna, visto que socialmente concebe-se a imagem da mãe enquanto um ser desprovido de falhas humanas. À vista disso, após sua morte, mesmo tendo sido crucificada em vida e abandonada pelos filhos ao final desta, um altar fora construído para Nnu Ego, espelho às futuras mães e figura de devoção às jovens inférteis, em uma espécie de “fatalismo” maternal.

PALAVRAS-CHAVE: África. Maternidade. Mulher. Amor materno.

Referências

SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo. 1ª Ed. Companhia das Letras, 2011.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução de Waltensir Dutra. — Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1985.

Notas Sobre Feminismo Africano a partir de “*As Alegrias da Maternidade*”, de Buchi Emecheta

Fernando de Mendonça¹
DELI/PPGL - UFS

RESUMO EXPANDIDO

A consolidação de identidades nacionais, especialmente nos países que atravessam o lento processo de emancipação colonial, acompanha o amadurecimento de suas expressões literárias. Identificamos isso na consciência nigeriana contemporânea, inclusive pelo surgimento de escritoras que re-dimensionam o lugar da mulher numa sociedade violentamente patriarcal. Nossa proposta foca uma pioneira das letras na Nigéria, a romancista Buchi Emecheta, e seu mais reconhecido trabalho “*As Alegrias da Maternidade*” (1979), livro que abarca um amplo retrato nacionalista do século XX e que hoje pode ser considerado precursor de teorias críticas essenciais para distinguir a capacidade autorreflexiva daquele país. Nesse sentido, e sob a perspectiva de um feminismo interseccional (CRENSHAW, 1991), necessário por compreender a discriminação da mulher negra não apenas como vítima do patriarcalismo, mas também do racismo e da opressão de classes, objetivamos refletir a relação do projeto ficcional de Emecheta com importantes conceitos de feministas africanas e nigerianas, dentre os quais destacamos pelo menos três correntes críticas: o *African Womanism* (OGUNYEMI, 1985; HUDSON-WEEMS, 2000), o *Nego-Feminism* (NNAEMEKA, 2004) e o *Motherism* (ACHOLONU, 1995). A primeira perspectiva citada, compreende que o feminismo africano difere do ocidental em sua raiz, pois se baseia no bem coletivo e no sistema das comunidades, contrariando a dicotomia entre os sexos em busca de uma cooperação não hierárquica, típica dos padrões americanos e eurocêntricos; de perspectiva humanista, visa-se aqui o bem-estar dos dois sexos. Essa coletividade avessa ao egocentrismo se revela um

Recebido em 30/07/19. Aprovado em 21/08/19.

1. Professor da Universidade Federal de Sergipe (DELI / PPGL) e Doutor em Teoria da Literatura (UFPE).

alicerce da narrativa de Buchi Emecheta, pois todas as dores de suas personagens são partilhadas pela comunidade (a Ibuza rural), o que desperta um fator de estranhamento quando estas se deslocam para o centro urbano (a cidade de Lagos), culturalmente diferente para a determinação de suas relações sociais – lembrando-se de que seu enredo toma início na Nigéria dos anos 1930 para se estender adiante por algumas décadas, cobrindo um período de devastadoras transformações. No romance, a protagonista Nnu Ego atravessa uma longa jornada existencial que se justifica pela concretização da maternidade, algo desejado e vivido não apenas no núcleo familiar dos matrimônios, mas junto a todos que os cercam. Em sua reprodução, conectam-se os anseios de diversas gerações, como se o seu corpo respondesse por todos que carregam do mesmo sangue. Também sob esta sensibilidade plural, o *Nego-Feminism* orienta seu enfoque crítico, conhecido por se concretizar como um feminismo de negociação, assentado no valor comunitário e não egoísta; ele enfatiza os valores da África subsariana, onde predominam o compromisso mútuo (dar e receber), o equilíbrio e a harmonia, buscando uma adaptação da mentalidade sem confrontos e uma transformação que se opera de maneira paralela em relação à própria concepção de masculinidade mantida pelos homens destes agrupamentos. Nesse sentido, o *Motherism* completa uma espécie de reequilíbrio, pois estabelece a maternidade como elemento de poder, numa busca pela reconquista do estado pré-colonial (onde, inclusive, existia a noção de homens-mães para os chefes das tribos), resgatando-se a figura da mãe comunitária (*othermothering*). Aqui, a mulher é reconhecida como transmissora de cultura, centro de organização social, que traz vida ao mundo e é responsável pela regeneração espiritual dos anciãos. Em “As Alegrias da Maternidade”, verificamos um impulso narrativo plenamente ancorado nestas dinâmicas do feminismo africano (ARNDT, 2002), não sendo possível limitar a visão de sua autora a interpretações que se concentrem em apenas uma linha de resistência dentro do debate de gêneros. O romance explora complexas percepções do choque de culturas sofrido nesta nação, que até hoje mantém fortes consequências na realidade de seus cidadãos, naturalmente refletidas em suas manifestações artísticas e representativas. Buchi Emecheta recupera vozes que experimentaram de um cruel silenciamento, mas que nunca deixaram de ecoar os princípios de ancestralidades ainda presentes no imaginário nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo Interseccional. Literatura Africana. Mulher e Literatura. Buchi Emecheta.

Referências

ACHOLONU, Catherine. **Motherism**: an afrocentric alternative to feminism. Abuja: AFA Publications, 1995.

ARNDT, Susan. **The dynamics of african feminism**: defining and classifying african feminist literatures, Africa World Press: Trenton, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford law Review** 43(6), 1991, p. 1241–99. Disponível em: < https://blackwomenintheblackfreedomstruggle.voices.wooster.edu/wp-content/uploads/sites/210/2019/02/Crenshaw_mapping-the-margins1991.pdf> Acesso em 11 Jun. 2019.

EMECHETA, Buchi. **As alegrias da maternidade**. Porto Alegre: TAG, 2017. [1979]

FREITAS, Alessandra Martich. Feminismo africano e nigeriano em Americanah de Chimamanda Ngozi Adichie: da teoria à ficção. In: X CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES NEGROS, 2018, Uberlândia. **Anais...** Disponível em: < https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1528659532_ARQUIVO_FeminismoafricanoenigerianoemAmericanah-ArtigoCopene2018.pdf> Acesso em 11 Jun. 2019.

HUDSON-WEEMS, Clenora. Africana Womanism: An Overview. In: **Out of the revolution**: the development of africana studies. Delores P. Aldridge e Carlene Young, Editors. Lexington Books, 2000, pp. 205-217. Disponível em: < <http://web.missouri.edu/~hudsonweemsc/>> Acesso em 11 Jun. 2019.

NNAEMEKA, Obioma. Nego-Feminism: Theorizing, Practicing, and Pruning Africa's Way. **Signs**, v. 29, N. 2, p. 357-385, 2004. Disponível em < <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/378553?mobileUi=0&>> Acesso em 11 Jun. 2019.

OGUNYEMI, Chikwenye Okonjo. Womanism: the dynamics of the contemporary black female novel in english. **Signs**, v. 11, n. 1, p. 63-80, 1985. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3174287?seq=1#page_scan_tab_contents> Acesso em 11 Jun. 2019.

Maternidade e branquitude: uma discussão sobre os privilégios raciais, simbólicos e materiais

*Bárbara Ferreira de Freitas*¹
PPGNEIM - UFBA

RESUMO

Neste texto, entendo a maternidade enquanto uma construção social e um trabalho que, para existir, necessita de um conjunto de fatores sociais, políticos e econômicos; e a branquitude, como um conjunto de elementos sociais: um lugar de privilégio estrutural, um ponto de vista hegemônico de onde se enxerga o mundo e um conjunto de práticas e identidades culturais. O objetivo é analisar a categoria maternidade a partir do conceito de branquitude. Portanto, demonstro que: privilégios, poderes e ideologias da branquitude, historicamente construídos, funcionam enquanto um marcador de distinção social e um referente hegemônico no exercício da maternidade; e que o discurso essencializante da maternidade, enquanto um desejo natural de todo ser do sexo feminino direcionado ao cuidado materno desconsidera a construção social das mulheres, confinando-as a uma condição biológica universal e invisibiliza as desigualdades sociais, vulnerabilidades e os privilégios que diferenciam o acesso ao exercício da maternidade, entre mulheres negras e brancas.

PALAVRAS-CHAVE: Maternidades. Contínuo histórico. Branquitude. Privilégios.

A maternidade é uma trama que permeia relações e vivências em pluralidade; e os dados sobre maternidade e saúde da mulher² revelam especificidades e desigualdades de gênero, raça e classe nessas experiências: durante o aborto, as mulheres negras têm 2,5 vezes mais chance de morrer do que as mulheres brancas (MONTEIRO, 2008); em 2012, as taxas de mortalidade materna foram de 60% em mulheres negras e 34% para as mulheres brancas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016); e os estudos sobre violência obstétrica trazem que 22% das mulheres negras não recebem anestesia, já entre as brancas a taxa é de 16% (LEAL, 2005).

Recebido em 05/08/19. Aprovado em 21/08/19.

1. Mestre em Estudos Interdisciplinares em Gênero, Mulheres e Feminismo (PPGNEIM/UFBA).

2. Os números referentes à saúde são descentralizados, pois, não há um controle nacional sistemático que abranja todo o território brasileiro.

Esses números sinalizam contextos de violências que precarizam as maternidades das mulheres negras mães, de forma que não há acesso universal pleno à maternidade, mas uma negação desse lugar, a partir do momento em que o Estado não fornece condições para que ela exista e ainda atua como violador de direitos, oprimindo as maternidades dessas mulheres. Por isso, a partir da inquietude, provocada por esse quadro de números díspares, neste estudo revisito: os questionamentos dos primeiros movimentos das mulheres do século XX, com a pulverização do conceito de mulher e sua pluralidade de opressões; as condições, divergências e experiências no exercício da maternidade entre mulheres brancas e negras no período escravista; a construção da branquitude; e como as dinâmicas da branquitude hoje estruturam as maternidades das mulheres.

Desde os anos 1960, nos grupos de conscientização, nos EUA, mulheres ativas se reuniam para socializar experiências e discutir o “ser mulher” através de temas como sexualidade, relações afetivas, trabalho e maternidade. (SADENBERG, 2018). Nesse momento, os movimentos de mulheres, através do mote *o pessoal é político* (FIRESTONE, 1968), provocaram uma ruptura (NICHOLSON, 1992) da dicotomia público/privado, à medida que colocaram para o espaço público, questões que antes eram reservadas ao doméstico, de responsabilidade da mulher. A desconstrução ou flexibilização³ das dicotomias expôs a reprodução social como um elemento intrínseco à produção, sem o qual seria impossível a perpetuação do sistema econômico vigente, isso levou também a maternidade à política, deslocou-a do espaço privado para à responsabilidade coletiva.

A década de 1970 foi um momento de conquistas para as mulheres quanto à desnaturalização da reprodução e aos direitos reprodutivos com os métodos contraceptivos. Entretanto, as crises econômicas da década de 1980 trouxeram o desemprego maciço e as mulheres começaram a retornar para casa; com baixos salários, cuidar dos filhos foi mais. Apesar disso, segundo Banditer (2010), as mulheres agora teriam o poder de escolher ou não a maternidade.

Todavia esse poder de escolha é questionável, pois os avanços trazidos pelos movimentos feministas das décadas de 1970/80 não foram uniformes. A retomada do discurso de valorização da maternidade, engendrada pelo interesse econômico de manter as mulheres no lar, não foi para todas as mulheres. O feminismo hegemônico⁴ definiu “a mulher com base em experiências tidas como universais” (BAIRROS, 1995, p.459), quando tratavam dos problemas da maternidade das mulheres brancas.

Os movimentos feministas negros tinham como pauta dos direitos reprodutivos a não esterilização compulsória de mulheres negras, que era institucionalizada como política de combate à pobreza e controle demográfico, que punia a

3. Entendo que apesar de todo o processo de transformação da vida das mulheres, provocada pelo movimento feminista, não houve materialmente uma superação das dicotomias, mas um processo lento, gradual e significativo de flexibilização e fragmentação.

4. Nomeio feminismo hegemônico, aquelas teorias que universalizam a experiência do ‘ser mulher’. Correntes feministas anteriores aos feminismos negros.

maternidade dessas mulheres (WERNECK, 2005). Isso aponta vivências, pontos de vista e experiências distintas que necessitam ser consideradas, pois se trata do “entendimento crítico sobre o terreno de onde essa realidade emerge.” (BAIRROS, 1995, p.462).

Na agenda política das mulheres negras havia duas dimensões da violência que têm relação direta e indireta com a maternidade, seja a partir da negação desta, sem possibilidade de escolha consciente, com a esterilização compulsória ou incentivada de mulheres de baixa renda; seja na subjetividade através da imagem e representação negativa das mulheres negras que limitam as possibilidades de vivências no *mercado afetivo* (CARNEIRO, 2003).

Tais percepções sobre a multiplicidade das vivências das mulheres não surgiram na década de 1970, Sojourner Truth (1851) trouxe a diferença de tratamento recebida por mulheres brancas e negras, questionando se ela não era uma mulher. Havia incompatibilidade do discurso sobre a ideia de feminilidade do século XIX que exaltava a docilidade e amabilidade das mães e donas de casa, pois as mulheres negras não ocupavam esse lugar, elas sempre trabalharam fora de casa, tiveram sua força de trabalho explorada tanto quanto a do homem negro de casa e, seus filhos foram objetificados. (DAVIS, 2016) Foi devido às opressões e dinâmicas do período escravista que o espaço doméstico, que as mulheres brancas tinham como destino opressivo, teve para homens e mulheres negras grande importância social, pois foi “o único espaço em que podiam vivenciar verdadeiramente suas experiências como seres humanos” (DAVIS, 2016, p. 29).

Considerando tais experiências, e a maternidade enquanto um fenômeno social, tais fatores recaem de diversas formas sobre as mulheres: no direito de escolher ou não a maternidade; na restrição de prazeres para não comprometer a saúde da criança; na amamentação; e na retórica ideológica do que é ser *boa mãe*, adjetivo que vem acompanhado de um pacote de comportamentos que para serem executados, necessitam de dedicação em tempo integral, sobrecarregando mulheres que não podem abdicar do trabalho pelos filhos, sendo este um privilégio branco. À medida que uma representação única do que é ser mulher e mãe é o parâmetro e a visão pela qual se enxerga a vivência da maternidade, exige-se a uniformização de todas as outras mulheres, que não considera o sexismo, o racismo e o classismo pelos quais são oprimidas e que produzem desigualdades sociais no exercício da maternidade.

E, quais as origens dessa questão? Associei tais condições à branquitude, que são “traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das ideias sobre branqueamento”, ela produz privilégios subjetivos e objetivos que constroem

substancialmente e materialmente as práticas e comportamentos sociais, produzindo e reproduzindo o racismo (BENTO, 2014, p.25).

Para criar a ideia de raça, diferenciou-se os povos a partir da valoração hierárquica, momento em que se determinou quem é *o outro*. Essa divisão serviu como justificativa para colonizar, subjugar e explorar a raça inferiorizada, desumanizada e animalizada; ao mesmo tempo que positiva o comportamento universalizante, afetando diretamente a autoestima e a identidade das dos outros. Ser branco não é apenas uma questão fenotípica, mas é ser proprietário de privilégios raciais, simbólicos e materiais. Ao se colocar como raça superior, o branco se consolidou como modelo universal de humanidade o que não foi só uma especificidade de um fator social, mas uma estrutura que predominou na construção das relações e, por isso, reflete-se também nas condições que perpassam a vida, a vivência e a experiência das mulheres mães, ou seja, nos padrões de comportamento e nos modelos de maternidade. Assim, os processos de branqueamento tornaram o branco referência e apropriou a cultura negra, “legitimando sua supremacia econômica, política e social.” (BENTO, 2014, p.25) Essa tentativa de apagamento cultural, ou embranquecimento da cultura negra, é uma das estratégias do genocídio do negro brasileiro (NASCIMENTO, 2017).

O silêncio e a omissão do papel do branco nesses processos coloca a desigualdade racial como problema exclusivamente do negro, pois só ele seria *sujeito* de pesquisas, enquanto a branquitude, o branqueamento e os papéis e padrões de comportamento do branco não são estudados. Isso traz benefícios simbólicos e materiais, pois perpetuam sem abalar as dimensões do privilégio, uma herança da escravidão para os brancos, as quais se materializam em status, poder, prestígio e normatividade: motores da discriminação racial, pois se engendraram às estruturas sociais também na prática do discurso que normatiza os comportamentos, determinando como a maternidade que deve ou não ser vivenciada e exclui aquelas que não cumprem o padrão branco (BENTO, 2014).

A maternidade da mulher negra no Brasil sempre foi mitigada, seja na vinda forçada ao Brasil, ou na escravização, condições que colonizaram corpos, mentes e a sociedade. (GIACOMINI, 1988) Após a abolição de 1888 teve início no século XX o projeto higienista de embranquecimento da população brasileira, através das migrações dos europeus para o Brasil e silenciado pelo discurso do mito da democracia racial brasileira. De forma que até os dias de hoje nas relações sociais entre brancos e negros, reproduz-se as práticas do racismo velado e mascarado, bem como os brancos usufruem dos privilégios e vantagens sociais.

O sistema escravista negava a maternidade das mulheres negras escravizadas: a gravidez e a amamentação eram motivos de penalidades, então elas utilizavam o aborto e o infanticídio como forma de resistir ao sistema; além do

aspecto físico e material traduzido na separação dos corpos, não havia um reconhecimento dos vínculos subjetivos nas relações entre mães e filhos escravizados, ficando a devir dos interesses comerciais e sexuais dos senhores; não havia incentivo para formação de vínculos e uniões familiares, sendo comum a separação de casais e filhos; as *mães-pretas*, na condição de amas de leite ao adentrarem à casa da família branca, eram separadas de seus filhos; e enquanto a sexualidade das mulheres brancas estava reservada à procriação, a das mulheres negras estava sujeita apropriação sexual pelos homens da família branca (GIACOMINI, 1988).

Na década de 1980, o aborto não era um tema consensual na agenda feminista devido às diferenças de percepção das mulheres negras e brancas sobre controle de natalidade e os direitos reprodutivos, pois muitas mulheres negras e latinas que recorreram ao aborto relatam tal desejo devido as condições sociais precárias que os filhos seriam submetidos. O que tem relação com o período escravista, quando o aborto e o infanticídio eram estratégias de sobrevivência extremas e resistência dessas mulheres, para não ter seus filhos escravizados (DAVIS, 2016).

As violências físicas, psicológicas e simbólicas desse período atravessaram as vivências de amor desses povos, pois “a opressão e a exploração distorcem e impedem nossa capacidade de amar” (bell hooks⁵, 1993, p.231); feridos nutriam um sentimento de inferioridade que afetava a sensibilidade das emoções, pois presenciaram a exploração, a tortura, a venda e a morte de familiares. O racismo obriga as mulheres negras mães a lutarem pela sua sobrevivência e manterem seus filhos vivos, e a construção do amor, diante do racismo cotidiano e institucional, configura-se fora dos modelos romantizados, mas a partir da concretude da experiência e contatos de necessidades materiais dessas mulheres, dilemas entre sobrevivência e emoção que às direcionaram para o “sentido prático de sua realidade” (bell hooks, 1993, p. 232).

As relações de poder e o racismo prevaleceram após a abolição e as estratégias de sobrevivência dos homens e mulheres negras, apesar das transformações inerentes ao devir histórico, continuaram a permear as relações sociais. Na educação dada às crianças negras do sul dos EUA, elas foram ensinadas a reprimir o choro quando agredidas, ideia passada através das gerações, produzindo simbologias e representações dolorosas da mulher negra forte. (hooks, 1993). Hoje essa ideia é relatada como uma das práticas de racismo nos partos realizados nas maternidades brasileiras: as puérperas negras têm maior risco de terem um pré-natal inadequado, falta de vinculação à maternidade, ausência de acompanhante e peregrinação para o parto; receberam menos orientação durante o pré-natal; recebem menos anestesia na episiotomia (LEAL; 2017); e

5. **bell hooks** é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, A autora utiliza seu nome em letras minúsculas com o objetivo de dar foco mais ao conteúdo do que a sua pessoa.

no nível de acesso considerado *bom* as mulheres brancas representam 15,4%, enquanto as negras são 7,9% (GOES, NASCIMENTO, 2013).

A falta de acesso pleno ao sistema de saúde atrelada à prática da violência obstétrica, promove institucionalmente violências físicas, psicológicas e simbólicas às mães. Essa divisão de quem acessa ou não o sistema de saúde hierarquiza os grupos sociais e parte da lógica de desumanização dos sujeitos negros e a invisibilização dessas violências em nossa sociedade. É transformação dos sujeitos em pessoas-objeto, em seres descartáveis: corpos que devem viver, corpos que devem morrer.

A política higienista de esterilização compulsória para controle demográfico em prol de um Brasil branco, produziu corpos morríveis e influenciou nas condições de acesso à maternidade das mulheres negras e brancas, estruturaram e produziram desigualdades que não foram superadas, mas alimentam um sistema de divisão social que hierarquiza grupos sociais e constrói maternidades precarizadas. Por isso, problematizar e entender as dimensões da branquitude faz parte do desafio para construir uma luta antirracista. Estamos acostumadas a falar sobre a negritude e das relações raciais brasileiras, mas pouco se expõem sobre os brancos numa sociedade em que o branqueamento foi um projeto nacional que fez da branquitude uma norma que estrutura as relações e tem o genocídio do negro brasileiro e a *necropolítica* como instrumentos de dominação do povo negro (MBEMBE, 2018).

Os discursos, as representações e as formas desiguais de vivências precarizadas de maternidade são questões que passam pela discussão do papel dos brancos na sociedade, os locais ocupados e o padrão de existência que é imputado às outras raças e etnias, violentando as mulheres e o exercício das suas maternidades possíveis. Por isso, é necessário reconhecer e nomear os privilégios para que se identifique os artefatos hegemônicos de manutenção do poder, abordando o racismo institucionalizado e o privilégio da branquitude de acessar melhores condições no exercício da maternidade.

Portanto, é preciso: descolonizar a experiência da maternidade, enquanto um compromisso político e feminista; visibilizar, tirar a neutralidade da maternidade branca e seus privilégios, que culpabiliza mães a partir do momento que se coloca padrões materialmente inacessíveis para uma grande parte das mães; e incluir da maternidade como pauta feminista e categoria de análise para os feminismos.

Referências

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil** / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Temático Saúde da População Negra. Brasília, 2016. (Painel de Indicadores do SUS, v. 7, n. 10).

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Estudos Avançados. São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, dezembro de 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em 05 de junho de 2019.

DAVIS, Ângela. Mulheres, raça e classe. São Paulo, Boitempo, 2016.

FIRESTONE, S. The Women's Rights Movement in the U.S.A. Notes from the First Year, 1968.

GIACOMINI, Sonia Maria. Mulher e Escrava. 2ª Ed. Curitiba: Ennris, 2013.

GOES, Emanuelle Freitas; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do. Mulheres negras e brancas e os níveis de acesso aos serviços preventivos de saúde: uma análise sobre as desigualdades. Saúde debate, Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 571-579, Dec. 2013.

hooks, bell. Living to love. 1993 (p.231-236). Tradução de Máisa Mendonça: Vivendo de amor. 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor>. Acesso em: 12 de junho 2019.

LEAL, Maria do Carmo; GAMA, Silvana Granado Nogueira da; CUNHA, Cynthia Braga da. Desigualdades raciais, sociodemográficas e na assistência ao pré-natal e ao parto, 1999-2001. Rev. Saúde Pública. São Paulo, v. 39, n. 1, 2005. Disponível http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102005000100013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 de junho 2019.

MABEMBE, Achille. Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 3ªed. São Paulo: Perspectivas, 2017.

NICHOLSON, Linda. Hacia un método para comprender El gênero. In: SCADON (org). Gênero e História. México: Instituto Mora/UAM. 1992.

SARDENBERG, Cecilia M. B. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. Revista Inc.Soc. Brasília, DF, v.11 n.2, p.15-29, jan./jun. 2018.

LEAL, Maria do Carmo et al. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 33, supl. 1, e00078816, 2017. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017001305004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 30 junho 2019.

WERNECK, J. O Belo ou o Puro?: Racismo, eugenia e novas (bio)tecnologias. In Rotania, A. A & Werneck, J. (Org). Sob o Signo das Bios: vozes críticas da sociedade civil. Vol. 1. R.J.: E-papers Serviços Editoriais, 2004.

GALERIA

Fanzine feminista “Mães Invisíveis”

Bruxxa

Artista

Nesta seção será apresentado trecho do fanzine *Mães Invisíveis*, assinado pela artista que utiliza o pseudônimo de Bruxxa. O fanzine foi produzido por ocasião da realização da Oficina sobre Fanzine Feminista, realizada como atividade preparatória do I Seminário Arte, Maternagem e Feminismos.

A oficina teve como facilitadora a convidada Laila Thaise Batista de Oliveira, Mestra em Comunicação Social pela Universidade Federal de Sergipe e Gerente de Igualdade Racial da Diretoria de Direitos Humanos SEMFAS/PMA, e também foi assistida por Wexyza Ferreira de Lima Moraes, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Culturas Populares-UFS e bacharel em Comunicação Social pela UFCG.

A ideia foi instrumentalizar as (os) participantes para a criação de um fanzine feminista, em torno do tema da maternagem, atrelando as experiências particulares e perspectivas do conhecimento de cada participante. O que verão nesta sessão é um exemplar deste processo.

FAMÍLIA
trápiche
educação, cultura

DESEJOS

CULPA

UNIVERSIDADE

MÃES

MEDO

INVISÍVEIS

Você se sen-
tiu SOZINHA
DEPOIS QUE
TEVE FILHXS?

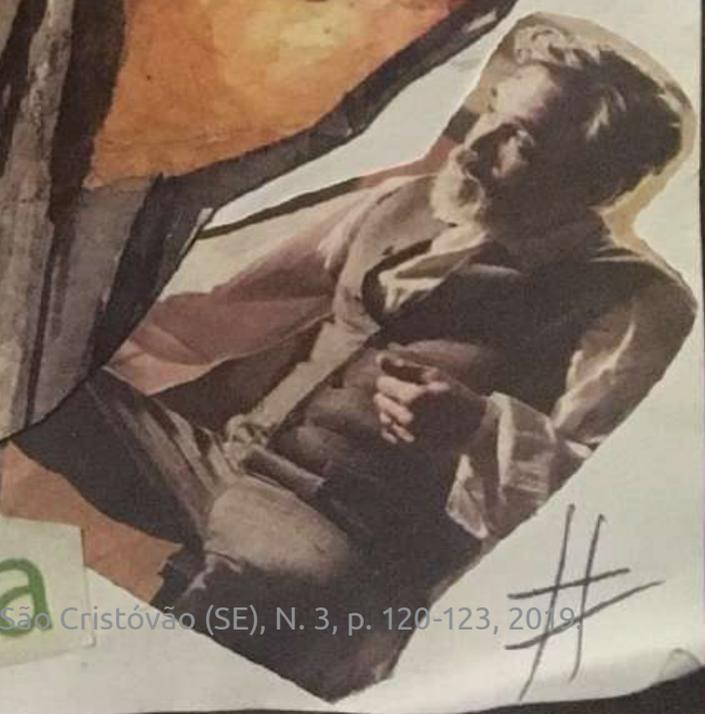
MERCADO
DE
TRABALHO



MIGXS



SOCIEDADE casa



<https://seer.ufs.br/index.php/trapiche>



ALÉM

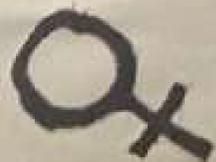
DE

MAMÃE!

MULHER

Com seus desejos, sonhos e necessidades

VONTADES



A INVISIBILIDADE

MATERNA

Torna-se mãe em um modelo social patriarcal, em que os papéis femininos e masculinos são bem definidos, é conviver com a SOLIDÃO, mas não se trata de uma ausência de companhia apenas, mas sim do fato de fazer tudo sozinha, ouvindo sempre: "Quem pariu que balance!"

São poucas as pessoas que se preocupam realmente com o que essas mães mulheres sentem ou/precisam, desde família; às instituições e mercado de trabalho

As mulheres são excluídas do desenvolvimento capitalista

Dalla Costa e Selma James defendiam que a exploração feminina havia cumprido uma função central no processo de acumulação de capital, na medida que foram elas produtoras e reprodutoras da força de trabalho.

Contudo conclui-se que essa invisibilidade é proposital desse sistema patriarcal capitalista, cruel e excludente, é preciso lutar por mudanças, igualdade de direitos e oportunidades...

SIMBORA



Gente Informada transforma o mundo

**É VALORIZÁ-LAS
E APOIÁ-LAS
TODOS OS DIAS.**

RESENHAS

É PRECISO LER E OUVIR AS MULHERES!

Recebido em 12/08/19. Aprovado em 21/08/19.

Trapiche - educação, cultura & artes / São Cristóvão (SE), N. 3, p. 125-128, 2019.

VER.SAR Práticas artísticas, maternidades e feminismos

Priscila Costa Oliveira¹

A maternidade se torna matéria viva na poética de **Clarice Lispector** nos diálogos com seus filhos na voz da **Taís Baia**, escutamos angustiadas o funcionamento de violência e anestesia contados por **Verônica Stigger** na voz de **Kamilla Nunes**, compreendemos a importância das mães estarem bem e felizes consigo mesmas no manifesto *Para educar crianças feministas* de **Chimamanda Ngozi Adichie** na voz de **Anna Moraes**, ouvimos sobre o matriarcado das famílias negras da qual fala **Conceição Evaristo** e a convocação as novas gerações na voz de **Renata Sampaio**. Entremeadas na escuta/imagem ouvimos sobre amor, desencanto e recomeços em a moça tecelã de **Marina Colasanti** na voz de **Sil Saldanha**. Com dor e esperança ouvimos o manifesto de **Zoe Leonard** em *I want president* na voz de **Cyntia Werner**. Em *Fato Bruto* podemos compartilhar da poesia e afetos de **Leila Danziger** a procura de um túmulo para a baleia enalhada, ser que conhece as águas e as cinzas, na voz de **Mayra Redin**. Levadas a um cenário com clima psicológico denso e confusões mentais ouvimos a história de *Karen*, romance de **Ana Teresa Pereira** na voz de **Gabriela Motta**. Ouvimos como os traumas, as dores e as alegrias de **Geni Guimarães** são trazidas em forma de texto como um exercício emancipatório e de liberdade da voz afro descendente na voz de **Fernanda Raquel da Silva**. Numa linguagem decolonial, descobrimos as raízes brasileiras no processo de fazer *Sagu*, texto da artista agricultora **Mariana Berta** na voz de **Flávia Person**. Fomos abraçadas pela música *Carinhoso* na voz de **Mônica Hoff** que também falou sobre o momento político brasileiro. Escutamos sobre borrar os limites da arte com *Curadoria por números* da **Lucy Lippard** na voz de **Lorena Tavares Salamanca**. Aprendemos que a dor não é mais forte que a força de resistência com *Parto* de **Mina Loy** na voz de **Gabi Bresola**. A poesia feminista é manifesta em *Uma mulher limpa* de **Angélica Freitas** na voz de **Alice Porto**. Fomos convidadas a refletir sobre infraestrutura, maternidade, paternidade, economia do cuidado e trabalho no texto de **Cris Ribas e Barbará Lito** na voz de **Diana Kolker**. Em leitura coletiva, ouvimos **Fernanda Grigolin** sobre o Jornal de Borda. Sentimos o poder da ação discursiva e combativa das mulheres no julgamento de **Louise Michel** na voz de **Carolina Pommer**. Ouvimos sobre o cotidiano da casa em **Ana Martins Marques** na voz de **Helene Sacco**. Rimos com **Adriene Coelho** ao ler **Clarissa Pinkola Estés**. A condição da mulher negra no Brasil é evidenciada no texto de **Aline Silveira** na voz de **Dalva França**. Nos transportamos ao cotidiano das mulheres camponesas ao escutar **Mariana**

1. Artista e Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Artes Visuais da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Berta e Tânia tirando leite da vaca enquanto recitam a receita de pão. Ouvimos sobre a emancipação da mulher de **Maria Lacerda de Moura** numa leitura noturna com **Bruna Maria**. Ouvimos atentas as relações entre masculinismo e militarismo, entre patriarcado e ditadura dos textos de **Virginia Wolf** na voz de **Carolina Votto**. Escutamos o discurso do impeachment de **Dilma Rousseff** na voz de **Sarah Zewe Uriarte**. Fomos convidadas a pensar sobre as vulnerabilidades impostas à população LGBTI no texto de **Rachel Swirsky** na voz de **Rachel Limma**. Ouvimos o queimar da fogueira no desejo pelas igualdades no texto autoral de **Sarah Motta**. Na próxima semana, mais duas mulheres irão compor essa trama, e depois mais duas, e mais, até que as texturas das leituras sejam incorporadas em nós, transformando quem sabe os sentidos que nos habita. Os textos lidos, ouvidos, vistos e compartilhados servem de suporte e atualização das nossas práticas políticas-artísticas. Eles compõem e fazem ecoar outras vozes e falas de mulheres que lutam e lutaram para serem ouvidas e lidas. Cada leitura, cada texto, cada mulher no ato de pronunciar-se, constrói alternativas para que outras se pronunciem. Ouvir as mulheres é ato fundamental da construção de um conhecimento despatriarcalizado, por isso, VER.SAR é endereçado a leitoras e leitores, mas se utiliza de uma plataforma de compartilhamento democrática como *podcast* para chegar a pessoas analfabetas, com alguma deficiência visual, ou que por qualquer motivo, são impedidas de ler. Os episódios são facilmente compartilhados por celulares, são vinculados em rádios locais e colocados pontos de escutas em lugares como salões de beleza, mercados, etc para que mulheres que não pertencem ao meio acadêmico e artístico possam ter acesso a estes textos e vozes sobre práticas artísticas, maternidades e feminismos. Quantas mulheres compõem sua biblioteca?

VER.SAR é um podcast com artistas convidadas a compartilhar leituras de textos sobre práticas artísticas, maternidades e feminismos.

Em nossa programação você vai encontrar curiosidades, poesias e debates.

VER.SAR significa folhear, dedicar-se ao estudo de, discorrer sobre, constar, poetar, poetizar, compulsar, considerar, praticar, analisar minuciosamente, ato de aludir, falar, abordar, ponderar, passar de um lugar para outro.

Este Podcast é uma plataforma de comunicação colaborativa que reúne mulheres artistas e seus referenciais textuais, a partir do exercício da leitura em voz alta e pública, busca criar um arquivo de consulta e compartilhamento gratuito de conteúdo relacionado as questões estruturais e conceituais implicadas em ser mulher na contemporaneidade. As artistas convidadas são mulheres que investigam e discutem os conflitos políticos da vida doméstica e pública, que geram debates, tensionamentos, engajamentos e trabalhos que produzem pensamento crítico em nosso contexto e propõem mudanças significativas no que diz respeito à participação e reconhecimento das mulheres no mundo da arte.

O método de fala e escuta é um ato político-educativo fundamental para construção do conhecimento a partir das nossas experiências cotidianas. Nas leituras reconhecemos as mulheres como sujeitos da ação política transformadoras de suas vidas e do mundo. É preciso Ouvir as mulheres!

Quem apresenta?

Priscila Costa Oliveira e Maria Flor

www.podcastversar.com